



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



GEORGE GONÇALVES MACHADO

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS DA CIDADE DE SANTO AMARO,
BAHIA: OS CASOS DA CANDOLÂNDIA, CAIXA D'ÁGUA E CAIEIRA**

Salvador – BA

2023

GEORGE GONÇALVES MACHADO

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS DA CIDADE DE SANTO AMARO,
BAHIA: OS CASOS DA CANDOLÂNDIA, CAIXA D'ÁGUA E CAIEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Dária Maria Cordeiro Cardoso

Salvador – BA

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

M149 Machado, George Gonçalves

Transformações urbanas da cidade de Santo Amaro, Bahia: os casos da Candolândia, Caixa D'água e Caieira / George Gonçalves Machado. – Salvador, 2023.

175 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dária Maria Cordeiro Cardoso

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, Salvador, 2023.

1. Expansão territorial – Santo Amaro-BA. 2. Mancha Urbana. 3. Sistema de Informação Geográfica (SIG). 4. Transformações. I. Cardoso, Dária Maria Cordeiro. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

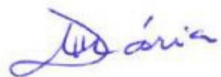
CDU:911.375.1

TERMO DE APROVAÇÃO

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS DA CIDADE DE SANTO AMARO,
BAHIA: OS CASOS DA CANDOLÂNDIA, CAIXA D'ÁGUA E CAIEIRA**

GEORGE GONÇALVES MACHADO

BANCA DE DEFESA - DISSERTAÇÃO



Prof^ª. Dr^ª. Dária Maria Cordeiro Cardoso (Orientadora/Presidente)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof. Dr. Shanti Nitya Marengo
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)



Prof. Dr. Anderson Gomes de Oliveira
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)

Aprovada em Sessão Pública de 25 de abril de 2023

*“A curiosidade leva a pesquisa, a pesquisa
leva a busca do conhecimento”*

(Paulo Freire, 1996)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus pela benção e proteção que me permitiu concluir com saúde esse trabalho.

À minha família: Neliene Fatel (mãe), meu irmão Geovane Machado e minha madrinha Márcia Fatel, pelo carinho, motivação e apoio ao longo dessa jornada. Sem vocês eu não conseguiria.

À minha orientadora, professora Dra. Dária Maria Cordeiro Cardoso, pela confiança e motivação, pelos ensinamentos e apoio e por toda paciência em orientar-me nestes anos de mestrado tão atípicos em nossas vidas.

Aos meus amigos, os que aqui encontrei e aos de longas datas que independente da distância física se fizeram presente comigo, acompanhando minha trajetória, dando apoio, compartilhando momentos e me motivando. Ariane Ribeiro, Deise Lima, João Nascimento, Thais e Thalidi Ferreira, e Raquel Porto, lembrando-se dos meus amigos do grupo “Sanjuca” e da minha colega de pós-graduação e representação estudantil, Izis Santiago, e em especial à amiga e colega de laboratório, Fábيا Zaloti, por todos conselhos, indicações de leituras, dicas e apoio que me foi dado, muito obrigado!

Aos colegas do Laboratório de Cartografia (LACAR), pela partilha de conhecimento, pela convivência, motivação, apoio e não menos importante, pelas conversas e boas risadas em nossas confraternizações. Sou muito grato, vocês são exemplos de professores, pesquisadores, geógrafas e geógrafos: Erika do Carmo, Juliet Oliveira Santana, Luiz Felipe Moura Bastos Borges, Luã Carneiro, Desirée Alves e Micael Gidi, a quem também deixo meu muito obrigado pelo apoio no trabalho de campo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO/UFBA) que partilharam de seu conhecimento contribuindo muito para minha pesquisa.

À coordenação do programa de pós-graduação em Geografia pela disponibilidade em sempre me receber e solucionar minhas dúvidas, professores Alcides Caldas, Paulo Zangalli, Greice e a secretária do colegiado, Joseane Rosa.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO) pela oportunidade de realizar o Mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) pela concessão da bolsa de estudo para financiamento e estímulo ao desenvolvimento da pesquisa. Recurso esse, de extrema importância para o fomento e progresso da educação pública e ciência brasileira.

À CONDER e a CBPM pela disponibilização de dados cartográficos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

À população santamarense pela recepção e participação nos questionários, em especial ao Sr. Raimundo Arthur, Elis Regina, a senhora secretária de planejamento do município, Aurea Mércia e Dionysio Eneas Neto (Sr. Louro), coordenador do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro, pela solicitude, compartilhamento das informações e toda contribuição que foi dada.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise sobre as transformações ocorridas na morfologia da mancha urbana da cidade de Santo Amaro – Bahia, a partir do mapeamento das ocupações (em área construída) dos anos de 1959, 1976, 1998, 2010 e 2020, no qual, por meio dos dados dos censos demográficos do IBGE, das técnicas de geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (imagens de satélite, ortofotos e fotografias aéreas), conjunto das atividades de campo, tornou-se possível caracterizar e descrever o processo da ocupação, e suas transformações populacional e espacial. A cidade de Santo Amaro tem apresentado, sobretudo nesses últimos 30 anos, um paulatino crescimento populacional e territorial de caráter predominantemente desordenado, espontâneo, tendo um grande contingente de sua população vivendo nesses aglomerados subnormais. É concomitante ao período de crescimento da população urbana municipal, a partir de 1980, que se tem o surgimento e também a consolidação de áreas na periferia da cidade de Santo Amaro, como os casos dos bairros da Candolândia, ao norte da mancha, a Caixa D'água, ao noroeste, e a comunidade formada pelas ruas da Caieira e Conde, no bairro do Trapiche de Baixo, situadas na porção sul. Áreas predominantemente caracterizadas por uma precária infraestrutura. A partir dos modelos gerados, verificou-se ter havido e estar havendo ainda o adensamento e um crescimento extensivo da mancha urbana. O acumulado histórico registrado, entre 1959 a 2021, foi de um aumento de 307% em área construída. Os resultados desta pesquisa revelam ainda, que atualmente 68% da população concentra-se em somente 1% de todo território municipal.

Palavras-Chave: Santo Amaro-BA; Ocupação; Mancha Urbana; Sistema de Informação Geográfica (SIG); Transformações

ABSTRACT

This research presents an analysis of the trends that occurred in the morphology of the urban area of the city of Santo Amaro - Bahia, based on the mapping of occupations (in built-up area) in the years 1959, 1976, 1998, 2010 and 2020, in which, by using data from the IBGE demographic censuses, geoprocessing and remote sensing techniques (satellite images, orthophotos and aerial photographs), a set of field activities, it became possible to characterize and describe the occupation process, and its population transformations and space. The city of Santo Amaro has shown, especially in the last 30 years, a gradual and territorial population growth of a predominantly disordered, spontaneous character, with a large contingent of its population living in these subnormal agglomerations. It is concomitant with the period of growth of the municipal urban population, from 1980 onwards, that areas on the outskirts of the city of Santo Amaro have been developed and consolidated, such as the cases of the neighborhoods of Candolândia, to the north of the stain, Caixa D'água, to the northwest, and the community formed by the streets of Caieira and Conde, in the neighborhood of Trapiche de Baixo, located in the southern portion. Areas predominantly characterized by poor infrastructure. From the generated models, it is tolerated having lived and still having the densification and extensive growth of the urban area. The accumulated history registered, between 1959 and 2021, was a 307% increase in the built-up area. The results of this research also proved that currently 68% of the population is concentrated in only 1% of the entire municipal territory.

Keywords: Santo Amaro-BA; Occupation; Urban Setting; Geographic Information System (GIS); Transformations

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Área de Estudo no município de Santo Amaro, Bahia.....	24
Figura 2 – Divisão político-administrativa do município de Santo Amaro, Bahia.....	25
Figura 3 – Topografia da área de estudo, Santo Amaro – Bahia	25
Figura 4 – Rede hidrográfica do município de Santo Amaro, Bahia.....	27
Figura 5 – Roteiro metodológico da pesquisa	29
Figura 6 – Pontos de aplicação dos questionários nas áreas da Candolândia, Caixa d'água, Caieira e Conde na cidade de Santo Amaro, Bahia - 2021	37
Figura 7 – Equipe de campo para aplicação de questionários com moradores da Candolândia, Caixa D'água e Caieira e Conde na cidade de Santo Amaro, Bahia...	40
Figura 8 – Modelos de transformação da mancha urbana	61
Figura 9 – Marco zero de fundação, Capela do Rosário, Santo Amaro – Bahia	68
Figura 10 – Vila de Santo Amaro, Bahia - 1836	71
Figura 11 – Croqui da cidade de Santo Amaro, Bahia – 1893	72
Figura 12 – Localização e percurso entre o Porto do Conde e o centro da cidade de Santo Amaro, Bahia	74
Figura 13 – Edifício da Companhia Alcoolica da Bahia, Santo Amaro, Bahia - [193--]	83
Figura 14 – Edifício da Siderúrgica Santo Amaro, Santo Amaro - Bahia	84
Figura 15 – Dinâmica da mancha de ocupação urbana da cidade de Santo Amaro, Bahia – 1998 e 2010	92
Figura 16 – Ocupações espontâneas nos bairros da Candolândia, Caieira e Invasão Nova Santo Amaro na cidade de Santo Amaro, Bahia – 1998 e 2010.....	93
Figura 17 – População residente na cidade de Santo Amaro, Bahia – 2010	98
Figura 18 – Área comercial e alguns dos principais pontos de referência da cidade de Santo Amaro, Bahia	108
Figura 19 – Transformações da mancha de ocupação na cidade de Santo Amaro, Bahia – 1959-2020	110
Figura 20 – Topografia das áreas ocupadas, Santo Amaro, Bahia – 1976 a 1998 .	112
Figura 21 – Lotes de terras “vazios”, Jardim Verde Vale, Santo Amaro – Bahia	114
Figura 22 – Extensão da franja urbana mediante a construção de conjuntos habitacionais popular segundo Zoneamento do PDDU-PDDM – 2014.....	117

Figura 23 – Conjunto Habitacional Solar Paraíso construídos através do (MCMV) – Santo Amaro, Bahia, 2021	118
Figura 24 – Conjunto Habitacional Vida Nova Santo Amaro, Santo Amaro, Bahia – 2021	118
Figura 25 – Localização das três áreas de expansão urbana na cidade de Santo Amaro, Bahia – 1958-2020.....	121
Figura 26 – Delimitação das terras e início de ocupação do bairro da Candolândia, Santo Amaro, Bahia – 1976	122
Figura 27 – Evolução espacial dos lotes edificadas na Candolândia, Santo Amaro, Bahia – 1976-2020	125
Figura 28 – Topografia da área da Candolândia, Santo Amaro, Bahia	127
Figura 29 - Topografia da área da Caixa D'água, Santo Amaro, Bahia	133
Figura 30 – Evolução espacial dos lotes edificadas na Caixa D'água, Santo Amaro, Bahia – 1976-2020	136
Figura 31 - Vista aérea de parte da Caixa D'água, Santo Amaro, Bahia - 2021	137
Figura 32 – Interdição de zona urbana por alto teor de contaminação por chumbo, Santo Amaro, Bahia - 2021	144
Figura 33 – Trapiche de Baixo e Caieira e suas respectivas áreas estimadas	146
Figura 34 – Vista da rua da Caieira, Santo Amaro, Bahia - 2022.....	148
Figura 35 – Trilhos do bonde ligando o Cais a cidade de Santo Amaro, Bahia	148
Figura 36 – Vista aérea das ruas Conde e Caieira, 1976.....	149
Figura 37 – Evolução espacial dos lotes edificadas nas ruas da Caieira e do Conde, Santo Amaro, Bahia – 1976-2020	153
Figura 38 – Zoneamento da área da Caieira e do Conde, Santo Amaro, Bahia	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Saldo de emprego celetista do município de Santo Amaro (BA), segundo setor de atividade econômica — 2002, 2010 e 2020.....	94
Gráfico 2 – Produto Interno Bruto Municipal de Santo Amaro, Bahia por participação dos setores econômicos (%) – 1999, 2002, 2010 e 2018.....	102

Gráfico 3 – Chefes de família, segundo o gênero e faixa de renda na cidade de Santo Amaro, Bahia – 2000/2010.....	105
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados cartográficos utilizados no projeto de pesquisa.....	31
-----------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da População de Santo Amaro, Bahia – 1940 a 1991	86
Tabela 2 – População total do município de Santo Amaro, Bahia, na primeira metade do século XXI, segundo área de residência – 2000 a 2020	91
Tabela 3 – População residente na cidade de Santo Amaro, Bahia – 1950-1970 e 2000-2010	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIA – Centro Industrial de Aratu
CIS – Centro Industrial do Subaé
Cobrac – Companhia Brasileira de Chumbo
COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari
Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento
ESA – *European Space Agency* (Agência Espacial Europeia)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
INPASA – Industria de Papeis Santo Amaro
MT – Ministério do Trabalho e Previdência
PBA – Programa Bahia Azul
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDDM – Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal
PIB Municipal – Produto Interno Bruto Municipal
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
RLAM - Refinaria Landulpho Alves
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
TCM – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia
USF – Unidade de Saúde da Família
VAB – Valor Adicionado Bruto ou Valor Agregado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.2 OBJETIVOS	23
1.2.1 Objetivo geral	23
1.2.2 Objetivos específicos	23
1.3 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO	24
2 METODOLOGIA	28
2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL	29
2.2 COLETA DE INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS E DADOS SECUNDÁRIOS	31
2.3 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS GEOESPACIAIS E PRÉ-PROCESSAMENTO DAS IMAGENS	32
2.4 DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS E MENSURAÇÃO DAS MANCHAS DE OCUPAÇÃO URBANA.....	35
2.5 TRABALHO DE CAMPO	38
2.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	40
3 CONCEITOS E DEFINIÇÕES	42
3.1 OCUPAÇÃO, USO E SOLO URBANO: CONSIDERAÇÕES	42
3.1.1 Os tipos de uso do solo urbano	43
3.1.2 Parcelamento do solo	45
3.2 VIVER, PRODUZIR E EXPERENCIAR.....	47
3.2.1 Espaço construído	47
3.2.2 Espaço urbano: agentes de produção e a cidade	49
3.3 MANCHA URBANA: FORMA E CRESCIMENTO	55
3.3.1 Crescimento da mancha urbana	59
3.4 OCUPAÇÃO URBANA, DINÂMICAS E ALTERAÇÕES.....	62
4 A HISTÓRIA DE UM LUGAR CHAMADO SANTO AMARO	65
4.1 A CIDADE DE SANTO AMARO ONTEM: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	65
4.1.1 A leal e benemérita cidade de Santo Amaro da Bahia	71
4.1.2 A dinâmica econômica na configuração do espaço: do declínio açucareiro à chegada da Petrobras ao Recôncavo	76
4.1.3 A chegada da indústria mineral e a urbanização da cidade santamarense	82
4.2 SANTO AMARO, UMA CIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS.....	89
4.2.1 Demografia, economia e seus aspectos socioambientais	95
5 EVOLUÇÃO DA MANCHA DE OCUPAÇÃO URBANA	107
5.1 O DESENVOLVIMENTO DA MANCHA DE OCUPAÇÃO URBANA NOS PRIMEIROS DECENIOS DO SÉCULO XXI.....	114

6 OCUPAÇÃO E USO NA CIDADE DE SANTO AMARO: OS CASOS DA CANDOLÂNDIA, CAIXA D'ÁGUA E DA CAIEIRA E CONDE	120
6.1 CANDOLÂNDIA	121
6.2 CAIXA D'ÁGUA.....	130
6.2.1 O perigo mora ao lado: contaminação de chumbo no bairro da Caixa D'água	142
6.3 CAIEIRA E CONDE.....	145
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	165
ANEXO	174

1 INTRODUÇÃO

As cidades encontram-se em constante transformação quanto a sua forma, e nenhuma delas possui um formato única e permanente. Sua configuração é sempre transitória, passando por constantes alterações no decorrer do tempo (HEPNER, 2010), desde os elementos que a integram, até, numa visão mais abrangente, a forma que este conjunto de elementos exprime no espaço (ou simplesmente, a mancha urbana por ela expressa). Essas transformações variam, ora experimentando mutações mais violentas, ora relativamente mais lentas. Podendo ainda crescer espacialmente extensiva ou intensivamente. Ampliando o tecido urbano e/ou adensando-o. Esta mutação pode levar pouco menos de uma década ou até mesmo séculos (vastos são exemplos que podem aqui ser tomado). Decerto é que modificará, ainda que alguns espaços físicos possam transparecer em permanência, a sociedade e suas atividades econômicas alteraram com o decorrer do tempo, e com isso o espaço urbano é transformado – o urbano, aqui tomado como tudo que está localizado dentro da área urbana mediante determinação municipal. Com o tempo, erguem-se novas edificações, adaptam-se aquelas já existentes (a fim de exercer novas funções), outras se desfazem no decorrer do tempo, ou ainda quando consideradas indesejadas ou obsoletas para ali estarem, são demolidas para dar lugar a outra atividade, outra edificação (HEPNER, 2010). Casarões viram museus, cortiços ou instalações públicas; armazéns (ou trapiches), tornam-se lojas de departamento, estacionamento ou são desfeitos para dar-lhes lugar a novas vias de circulação, dentre outros vários exemplos dessas transformações. É manifesto que a cidade – em sua forma, inserção no território, no desenho de suas vias, relação entre as partes que o compõe e organização do tecido – não é independente dos grupos sociais que nela vivem, que a produzem e que a transformam (PANERAI, 2006).

O espaço urbano é assim produzido por meio da ação de alguns agentes, aos quais, caracterizam-se como proprietários fundiários, dos meios de produção, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos. Esses agentes, por sua vez, diferem-se em sua forma de atuar de acordo a tipologia da cidade (pequena, média ou grande). Estudá-la, permite compreender de que maneira, sob que motivações e com quais objetivos esta é moldada.

Conhecer e compreender esta dinâmica de ocupação da terra urbana mostra-se ao longo da história ter sido alvo de interesse das diferentes sociedades, como sendo quase sempre relacionada a questões de ordenamento territorial e arrecadação de tributos. No entanto, com o passar dos anos, sobretudo, nos períodos pós Revolução Industrial (nos séculos XVIII e XIX), as dinâmicas e transformações desses espaços urbanos tornaram-se cada vez mais célere. A cidade tornou-se o lócus da regulação das atividades, e estas, crescia demograficamente e territorialmente cada vez mais. Pensa-la tornava-se então cada vez mais essencial diante da precariedade dessas cidades pós indústrias, e dos riscos ao qual cada vez mais eram expostas essas populações urbanas. Nesse sentido, para compreender as configurações e arranjos destes espaços no presente se faz fundamentalmente preciso entender os acontecimentos passados, uma vez que a população vivendo em cidades tem sido cada vez maior e avalia-se, crescerá ainda mais nos próximos decênios. Se antes chegavam a levar séculos para transformar-se, nos últimos tempos tem lhe bastado algumas poucas décadas, quiçá alguns poucos anos para efetuar-se.

No cenário pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – especificamente a partir de 1950 – é observado no Brasil, um processo de urbanização caracterizado pela ocorrência de diversas transformações no país, a qual, influenciadas pelas políticas de intensificação da industrialização brasileira (iniciada, desde 1930. Ano em que é concebida a primeira legislação federal de parcelamento do solo) acaba por modificar os sistemas produtivos nacionais, substanciando naquele momento, a indústria e o comércio, e outras políticas de caráter desenvolvimentista. A construção de rodovias e a progressiva implantação do modelo de transporte rodoviário marcavam este período. Os automóveis tornavam-se cada vez mais presente, do transporte de mercadorias ao transporte de pessoas. Pelo país abriam-se novas estradas de rodagem, criando novas articulações entre áreas que até então, pouco ou se quer articulavam entre si (SANTOS, 2009). Estas circunstâncias repercutem em uma transformação tanto espacial quanto (ou conseqüentemente) no arranjo populacional brasileiro (RIGATTI, 2002). Na Bahia, a chegada da Petrobras à região do Recôncavo baiano neste mesmo período, somado as políticas de fomento a industrialização no estado, produz diversas transformações de ordem espacial, social e econômica (BRITO, 2008). A criação do polo petroquímico e centros industriais tão próximos da capital e a constante abertura e melhoria das estradas de rodagem para atender as

exigências dessas indústrias que emergiam com a chegada da petrolífera nacional ao território baiano foram elementos chaves para essa transformação. A mobilidade para transporte e escoamento da mercadoria torna-se mais fluida e as modalidades de transporte fluvial-marítimo executado por embarcações a vapores e saveiros entre os rios Subaé, Paraguaçu e a Baía de Todos-os-Santos vão perdendo cada vez mais a importância como rota de transporte de mercadorias, soma-se isso, o retraimento da malha ferroviária pelo país. Este contexto corroborou para um isolamento cada vez maior de cidades do Recôncavo, como Santo Amaro, uma das principais rotas econômicas do estado. Todas estas transformações vividas, de ordem, sobretudo, econômica, conseqüentemente refletiu sobre a dinâmica populacional de Santo Amaro, uma vez que esta, junta a demais cidades da região, perde o significativo papel que desempenhara anteriormente. Os investimentos econômicos realizados, centralizados, aprofundam ainda mais as desigualdades entre esses espaços, remodelando as relações entre esses núcleos urbanos. A década de 1970 apresenta-se como o período de significativas transformações em todo território brasileiro, em que a realidade urbana se faz cada vez mais complexa.

A década de 1980 no Brasil, marcada pela redemocratização do país, veio também acompanhado por um expressivo processo de transformação demográfica. Neste período, o país configurava-se como sendo um país majoritariamente urbano, contendo cerca de 67% da população vivendo em áreas urbanas, frente aos quase 26% registrado na década de 1940 (IBGE, 1940; 1980). Números aos quais, Santos (2009) apontou como o resultado de “uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira” (SANTOS, 2009, p.31). Atribui-se à algumas destas mudanças ocorridas, fatores como: interiorização do fenômeno urbano, crescimento demográfico, a concentração fundiária e a modernização do campo, aos quais, resultaram no aumento do êxodo rural. Tornando-se cada vez mais difícil a permanência das populações rurais nestes espaços, fazendo com que esses camponeses, assim migrassem em sentido as áreas urbanas. Além do citado processo de industrialização, que atraía cada vez mais trabalhadoras e trabalhadores para os centros urbanos e suas adjacências, impulsionando as atividades comerciais e conseqüentemente corroborando para o fortalecimento do setor de comércio e serviços. Isto contribuiu para o florescimento de uma conjuntura que consolidava o processo de urbanização brasileiro, promovendo a cidade como o lugar de moradia e

emprego, e o urbano como o modo de vida (ROCHA, 2001). Eclodindo em um crescimento das cidades médias e na promoção da formação/consolidação de novos aglomerados urbanos por diversas partes do país, a exemplo de cidades como Lauro de Freitas, Camaçari, Feira de Santana que tomam a posição de cidades de recôncavo com a capital, Salvador.

O forte crescimento demográfico vivenciado, sobretudo pós 1960 resultou sobremaneira em um aumento da população urbana (ultrapassando, em 1980, o número de pessoas vivendo em áreas rurais). Concomitante a este acréscimo e também em consequência dele ocasionou em uma maior expansão dos centros urbanos, tanto pelo adensamento, quanto pela extensão territorial. O aumento da população nesses espaços produziu um aumento pela procura da terra urbana, primeiramente para atender a demanda por moradia, e por consequência, resultara em demandas por condições infraestruturais, de mobilidade, saúde, e a oferta de demais equipamentos urbanos que atendessem às necessidades da crescente população cidadina que se formava. Os adventos da mecanização do campo provocaram, de maneira considerável, para o aumento do número de cidades pequenas, uma vez que resultava no aumento de pessoas a viver em vilas e povoados que conseqüentemente buscavam por emancipação político-administrativa a fim de ter independência financeira. Isso provocou profundas transformações no espaço agrário brasileiro e ocasionou profundas mudanças na estrutura urbana do país, levando a formação de novos aglomerados, posteriormente delimitados como sendo, urbano. De 1950 à 2010, o número de cidades brasileiras saltou de 1.889 para 5.565, na devida ordem (IBGE, 1960; 2010). Atualmente, somam-se 5.568 municípios em todo o Brasil, no qual, de acordo com o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, eram cerca de 68,4% deste montante, composto de municípios com até 20 mil habitantes. Fazendo do Brasil um país majoritariamente composto por pequenos núcleos urbanos (IBGE, 2017a). Não diferente, a Bahia, atualmente, com seus 417 municípios, constitui-se em 89% (371 cidades) de cidades pequenas. Contudo, é neste contexto de expansão urbana que faz-se crescente a demanda por um maior conhecimento da dinâmica de ocupação do espaço urbano, visando compreender como a organização espacial se dá no decorrer do tempo, sobretudo, no que se refere ao espaço urbano das pequenas cidades, uma vez que, esses pequenos núcleos urbanos passaram por mudanças

significativas ao longo do tempo, muito embora pouco perceptível quando comparado aos grandes centros urbanos, em função deste segundo apresentar um maior dinamismo. Destaca-se ainda, a importância do olhar para estes pequenos centros urbanos pois são eles, os quais, em sua maioria compõem o Brasil (IBGE, 2017a).

Conhecer o espaço geográfico e de que maneira se dispõe a ocupação, fez-se nos mapas importante instrumento de apresentação e comunicação de informações geográficas, desde a antiguidade com objetivo de registrar informações espaciais relevantes para as atividades humanas, as quais, ao longo do tempo, foi evoluindo cada vez mais em novas formas de representação do espaço (PEREIRA; SILVA, 2001). Neste sentido, desde meados do século XX, fez-se, por meio do Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento, aportes para estes estudos. Por possibilitarem análises qualitativas e quantitativas tem se apresentado como mecanismos cada vez mais pertinentes diante da celeridade dos processos de transformação ocorridas no espaço urbano. Essas análises apresentam-se ainda como materiais de subsídio para reivindicação popular no direito à cidade, moradia digna e promoção das tomadas de decisões políticas ágeis e eficiente quanto as questões cidadinas.

Localizada a 75 km da capital do estado (Salvador), Santo Amaro, conforme aponta Santos (2012), apresentou entre 1960 a 2010 uma significativa expansão das áreas urbanas em todo território, passando de 2,38 km² para 19,65 km² em terra urbana ou área construída. É neste mesmo período que se tem do ponto de vista demográfico, a sua consolidação como sendo predominantemente urbana, apresentando uma taxa de urbanização de 70%. No início dos anos noventa, o grau de urbanização alcançava os 75%, contendo $\frac{3}{4}$ de toda população vivendo em áreas urbana. De toda população urbana registrada no município (40.894 pessoas) no citado período, aproximadamente 63% encontravam-se residindo especificamente na cidade, sede do município homônimo.

Descrita como sendo uma cidade de tipologia de pequeno à médio porte, a cidade baiana de Santo Amaro, sede administrativa que nomeia o município, tem sua origem ainda nos primeiros tempos do processo de colonização do Brasil, constituída em terras baixas do em torno da Baía de Todos-os-Santos (VIANNA, 1893). A cidade, situado no Recôncavo baiano, durante muito tempo foi um dos principais núcleos urbanos do estado, tendo uma importante representatividade no contexto regional,

pela relevância econômica (canavieira, favorecidos pela vasta presença de solos massapê pelo território municipal), e pela participação política que teve no estado da Bahia durante longos séculos – constituindo-se como um dos principais centros urbanos da época – bem como, pelos seus aspectos histórico, cultural e religioso, que trazem no seu bojo festejos tradicionais que constitui parte da identidade do povo baiano. Além do mais, conta com a presença de edificações históricas com construção datadas por volta do século XVI (IBGE, 1958). Só na cidade são ao todo 75 prédios (em sua maioria erguidos no século XVIII) distribuídos pelo seu centro histórico, reconhecidos e protegidos como parte do patrimônio histórico e arquitetônico nacional (IPHAN, 2014).

Assim, com o intuito de tornar a leitura mais fluida, o trabalho encontra-se organizado em sete capítulos. O primeiro destina-se à caracterização geográfica da área de estudo apresentando ao leitor alguns dos aspectos espaciais do município no qual está inserido. No capítulo 2, tratando da metodologia discorre-se sobre procedimentos metodológicos adotados em cada etapa de execução da pesquisa, detalhando instrumentos e técnicas utilizadas para embasamento, organização, análise e produção do texto e dos materiais cartográficos desenvolvidos.

O capítulo 3, trata da reflexão teórica-conceitual que fundamentou as análises e interpretação deste trabalho, aos quais, a tratar do uso e ocupação do solo urbano, zoneamento; do espaço geográfico a produção do espaço urbano, bem como, de seus agentes sociais de produção, mancha urbana e seus modelos de desenvolvimento. Em seguida, na quarta parte do trabalho, o leitor é conduzido à uma viagem no tempo, voltando ao século XVI, aos primórdios das ocupações que originaram a cidade de Santo Amaro, abordando as transformações populacionais, sociais e econômicas em diferentes períodos até chegar na segunda metade do século XX, momento ao qual pode-se atribuir como ponto de virada na configuração espacial da cidade santamarense naquilo que hoje ela se apresenta no contexto local.

O capítulo 5, por sua vez, abordará os primeiros resultados da pesquisa, apresentando a evolução da mancha urbana da cidade de Santo Amaro ao longo de cinco períodos que capta entre os anos 60-70, 80-90, 90-2000, 2000-2010 e 2010-2021, exibindo a dinâmica populacional e de ocupação, mediante a surgimento de áreas construídas e quais as relações presente entre elas. No capítulo 6, como

continuação dos resultados obtidos e análises das transformações, desenvolve-se o olhar sobre três áreas em locais distintos da mancha urbana fruto da extensão da mesma, a partir da ocupação irregular em terras públicas e/ou privadas na periferia do tecido urbano, apresentando as características sociais e estruturais das áreas, suas similitudes e dissemelhanças.

Por fim, no capítulo 7, são feitas as considerações finais obtidas na presente pesquisa, mostrando que ela não se encerra aqui, mas abre caminhos para novas investigações, buscando contribuir na produção materiais bibliográficos, cartográficos que subsidiem a o debate a produção de políticas públicas e fomentem outras discussões a partir do aqui se exhibe.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a ocupação urbana na cidade de Santo Amaro (BA), apresentando as suas transformações em área edificada e as implicações associadas as atividades econômicas.

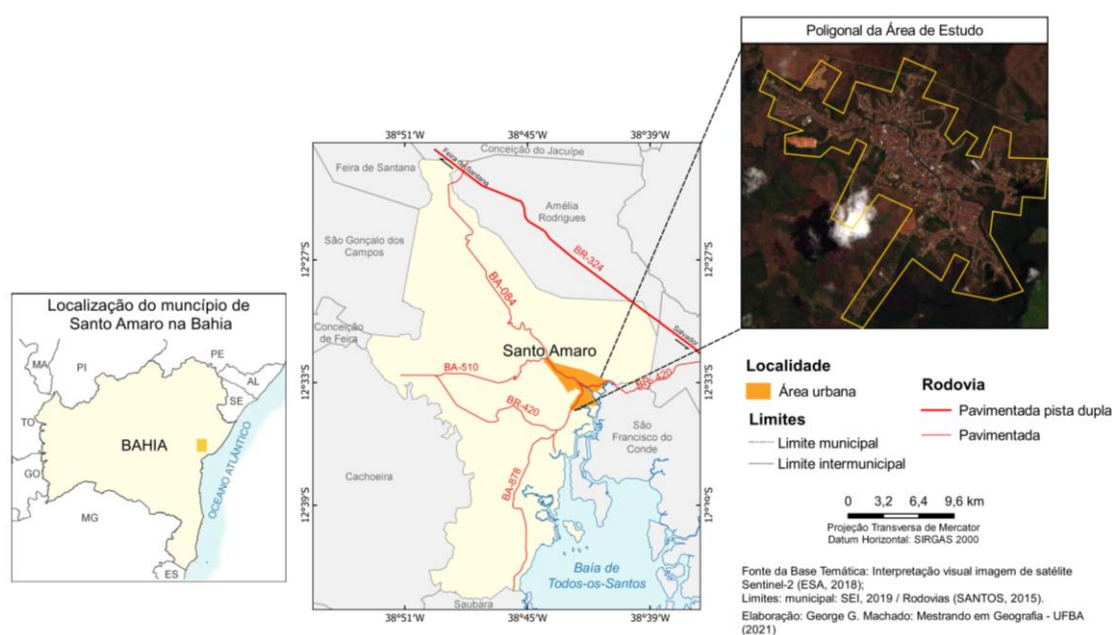
1.2.2 Objetivos específicos

- Delimitar e analisar a mancha urbana da cidade de Santo Amaro nos anos de 1958, 1976, 1998, 2010 e 2021;
- Identificar e caracterizar três áreas da mancha urbana: Candolândia, Caixa D'água e, Caieira e Conde, a partir de seu perfil socioeconômico;
- Interpretar as transformações espaciais resultantes da ocupação em área edificada;

1.3 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

Estabelecida ao Sul do Recôncavo Baiano e ao norte da Baía de Todos-os-Santos, a cidade de Santo Amaro (sede do município), situada a 75 km de distância da capital do estado, tem como suas principais vias de acesso, a BR-324, que liga sentido a capital, Salvador, e a BR-420, sentido Leste-Oeste do estado (figura 1).

Figura 1 – Localização da Área de Estudo no município de Santo Amaro, Bahia

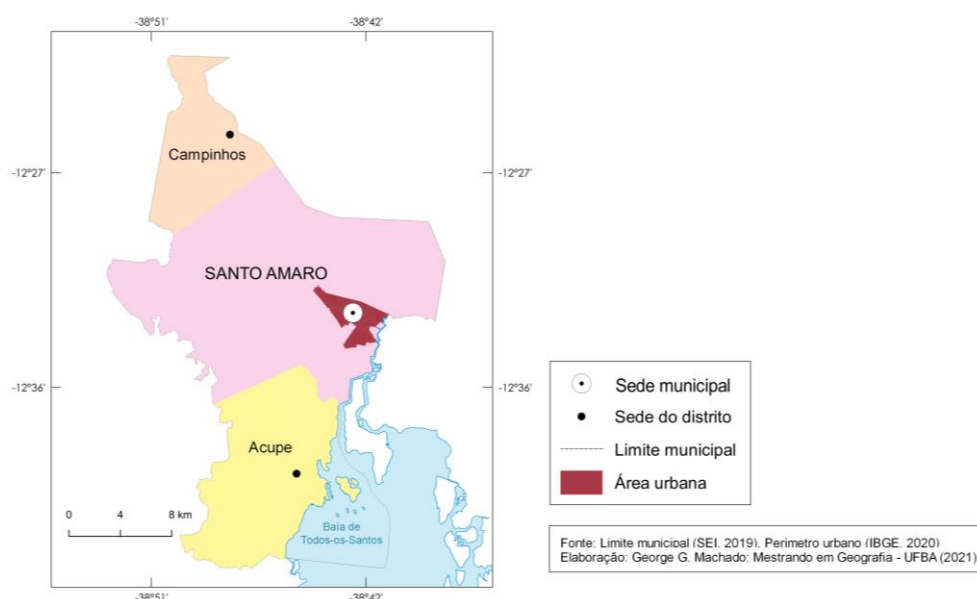


Elaboração: o autor (2022).

Apresentando uma área de aproximadamente 494 km², o território municipal de Santo Amaro divide-se administrativamente em 3 distritos: Santo Amaro (sede municipal), Acupe e Campinhos (figura 2). Segundo o censo demográfico de 2010, a população total era de 57.800 habitantes e densidade demográfica de aproximadamente 117 hab./km². Sendo, 45.897 hab. residentes no distrito sede (Santo Amaro); 7.451 hab. no distrito de Acupe e 4.452 hab. no distrito de Campinhos (IBGE, 2010). Em 2020 a estimativa populacional apresentada indicou para um modesto acréscimo da população total do município em cerca de 60.131 pessoas em todo território (IBGE, 2020). No entanto, a prévia do censo 2022¹, iniciada em agosto, registrava em dezembro do mesmo ano, 55.935 habitantes em todo município.

¹ Segundo o IBGE (2022), frente aos atrasos ocorridos no Censo Demográfico de 2022, adotou-se para divulgação prévia dos resultados da pesquisa naquele corrente ano, a fim de viabilizar o cumprimento das obrigações legais, estratégias que utilizasse o máximo de informações coletadas na pesquisa, complementado, quando necessário, com estimativas realizadas com base nos próprios dados do Censo.

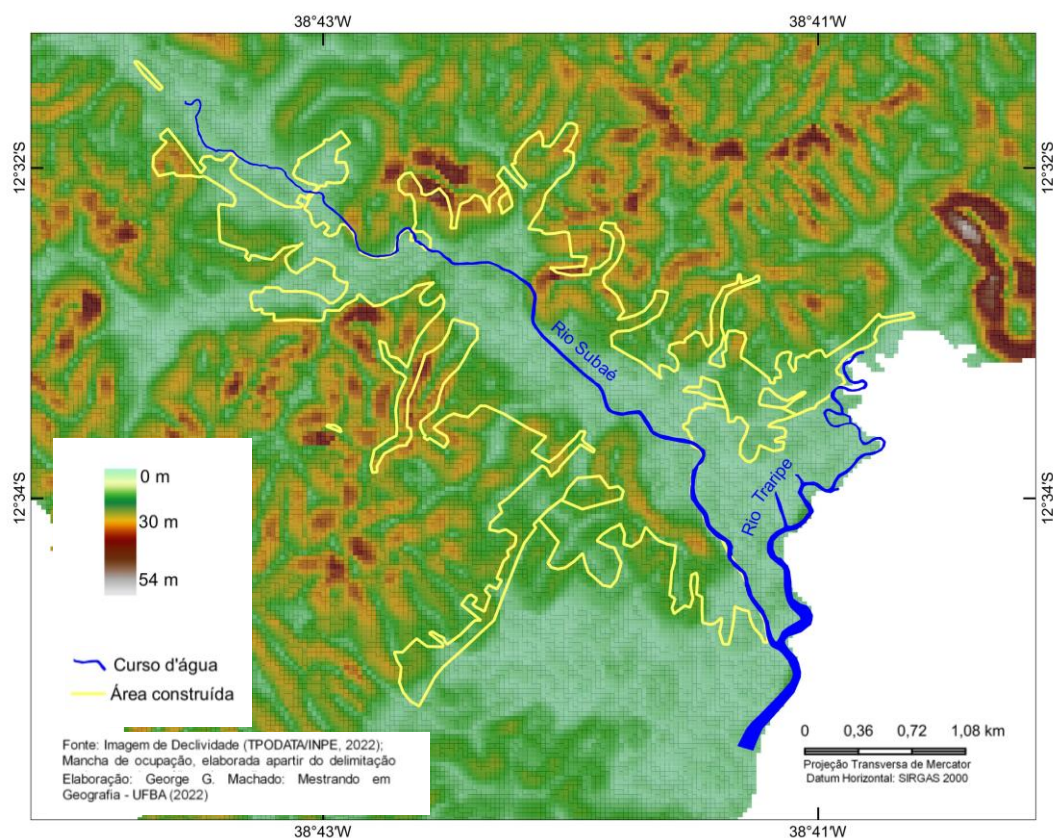
Figura 2 – Divisão político-administrativa do município de Santo Amaro, Bahia



Elaboração: o autor (2022).

De terreno ondulado, a cidade de Santo Amaro, situada na porção leste do município, difere das demais partes do território municipal, apresentando uma morfologia de morros e vales, contando com altitudes que variam em torno de 0 a 54 metros em relação ao nível do mar (figura 3).

Figura 3 – Topografia da área de estudo, Santo Amaro – Bahia



Elaboração: o autor (2022).

Constituída pela presença de uma vegetação de Floresta Ombrófila Densa – secundária ou em regeneração – e Formações Pioneiras, com Influência Fluviomarinha (mangue). As áreas de mangue ocorrem na faixa costeira abarcando as partes sul e sudeste da cidade, e segue até porção litoral sul do território municipal, marcando-se pelo predomínio da vegetação de mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e mangue vermelho (*Rhizophora mangle*). Os manguezais, compreende um berçário ecológico, habitat de numerosas espécies, vegetais e animais. Este ecossistema, são acúmulos de sedimentos quaternários recentes que se localizam nessas áreas costeiras, as margens dos rios Subaé e Traripe, diretamente ligadas a influência das marés, rico em matéria orgânica em decomposição e de baixo teor de oxigênio (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995). Formam eles, importante ecossistema, por servir de abrigo, alimento e local de reprodução para aves, peixes, camarões, caranguejos, ostras, dentre outros animais, bem como, o ser humano, uma vez que a existência deste ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho, traz diversos benefícios, dos quais: proteção da costa contra o processo de erosão, retenção de sedimentos e estabilização das margens, absorção de poluentes e sobretudo, fonte de subsistência as populações – a destacar as comunidades de pescadores e marisqueiras santamarenses, aos quais, tem nestas atividades sua principal fonte de renda para o sustento familiar.

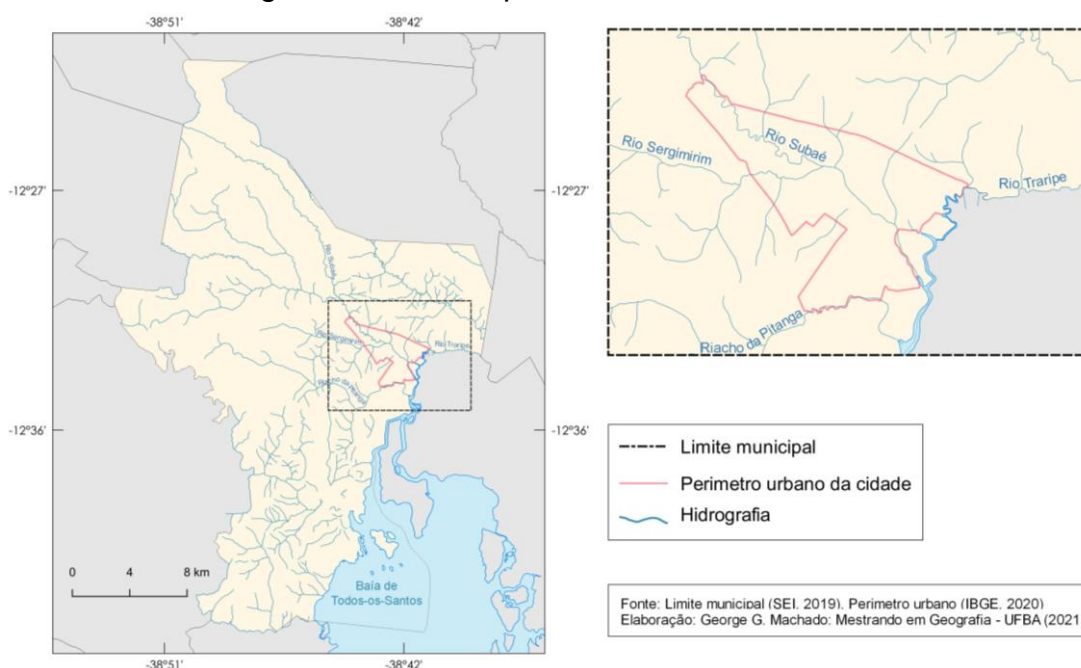
A temperatura média da cidade de Santo Amaro varia entre os 24°C a 25°C (SEI, 2012), com índice pluviométrico médio de 1.500mm anual, tendo como o mês de maior pluviosidade maio e o mais seco, setembro. No período chuvoso que compreende de maio a agosto, registram-se recorrentes casos de inundações, sobretudo, nas áreas da cidade situada nas cotas mais baixa, aquelas que margeiam o trecho do baixo curso do rio Subaé (principal curso d'água que atravessa a cidade).

Quanto a geologia da cidade, tem material predominante de formação sedimentar do período Quaternário na faixa litoral com a presença de depósitos aluviais: lamas, areias, cascalhos, argilas e silte. Ocorre ainda, a presença de folhelhos com intercalações de arenitos, de formações do terciário que dão origem aos Vertissolos. Solos argilosos composto de minerais (argilas), de alto teor de nutrientes, dotado de grande plasticidade, esses vertissolos quando úmidos se expandem a apresentar-se característica pegajosa e quando secos contraem, a apresentar alta dureza e/ou formar fendas, conhecidos como massapé, sendo

bastante favorável ao cultivo agrícola da cana-de-açúcar e outros cultivos, como: o bambu, voltado a fabricação de papel e culturas de subsistências como: a mandioca, milho e feijão (presente em pequenos roçados na cidade e em suas imediações).

A cidade de Santo Amaro, encontra-se totalmente inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Subaé (BHRS)². Principal curso d'água no município, sua importância para a população santamarense remota desde o processo de formação do espaço que hoje a configura. Com sua nascente no município de Feira de Santana, as águas do Subaé percorrem o território santamarense transversalmente em sentido norte à sudeste do município, tendo como trecho final de seu curso a cidade de Santo Amaro. Ao adentrar a urbe encontra-se com dois de seus principais afluentes do baixo curso, os rios Sergimirim (afluente a margem direita) e o Traripe (afluente a margem esquerda), por onde segue dividindo-a ao meio até encontrar com o riacho do Pitanga (na localidade do Pitanga) situado em local ao sul do bairro da Caieira, em lugar denominado de Conde, findando seu curso na Baía de Todos-os-Santos (figura 4).

Figura 4 – Rede hidrográfica do município de Santo Amaro, Bahia



Elaboração: o autor (2022).

² A bacia hidrográfica do rio Subaé (BHRS), possui uma área de 651km² a compreender parcialmente os municípios baianos, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos e São Sebastião do Passé.

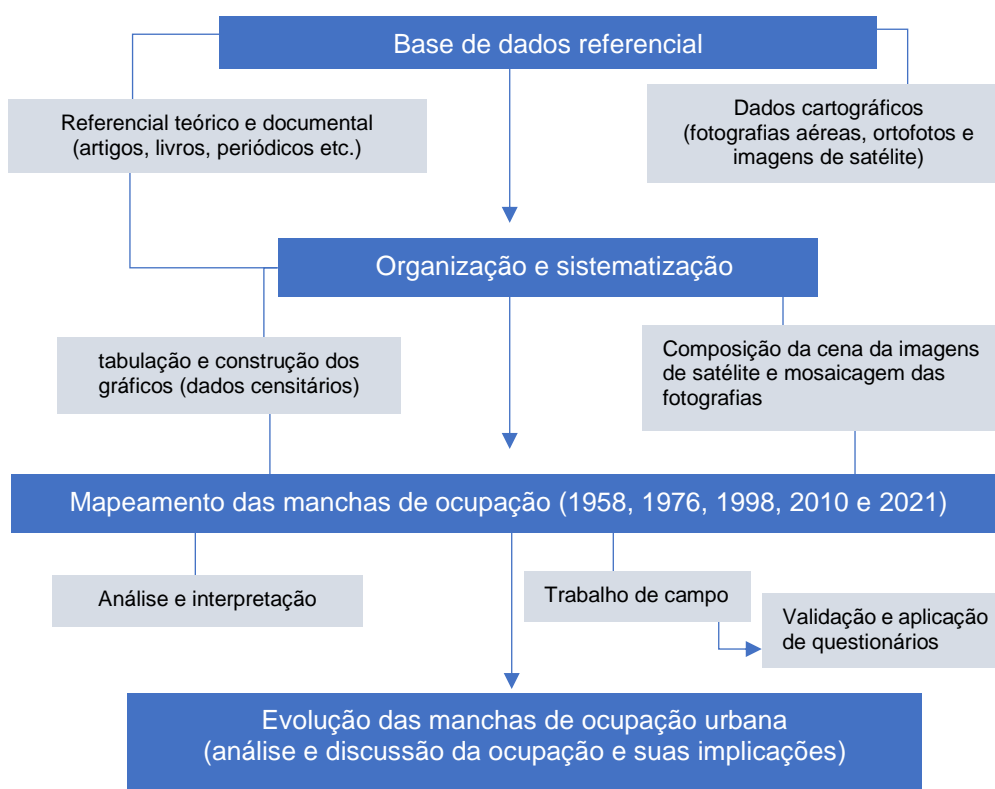
2 METODOLOGIA

O recorte espacial adotado para esta pesquisa tem como referência a cidade de Santo Amaro (Bahia) aqui também entendida como sendo a sede administrativa do município. Considerou-se para o processo de execução do mapeamento da mancha de ocupação, o perímetro mensurado como terra urbana ou construída, no qual, compreende áreas de uso intensivo, com grande parte da terra coberta por estruturas, a subdividir-se em distintas outras áreas de acordo com o uso definido pela ocupação – residencial, comercial e serviços, industrial, entre outros (ANDERSON et al., 1979). Para a construção da temporalidade do estudo sobre a evolução urbana da cidade Santo Amaro, buscou-se traçar o processo de desenvolvimento do primeiro povoamento na área a partir dos primeiros colonizadores europeus nas figuras dos senhores de engenho e jesuítas que foram se fixando na região que culminou no surgimento do espaço que hoje constitui a cidade. Deste modo, a pesquisa transita por alguns períodos dos séculos XVI ao XX, tendo como foco da análise e principal ponto de partida a segunda metade do século passado (1950-60) até os dois primeiros deste século que se inicia (2000 a 2020). A atenção sobre os dois últimos períodos mencionados decorre do fato de terem sido esses, momentos de expressivas transformações, tanto de ordem morfológica do tecido urbano, quanto de ordem populacional.

De antemão, faz-se aqui uma observação quanto ao último ano de análise proposto por este trabalho, no tocante ao levantamento dos dados secundários referente ao censo demográfico. A princípio, propunha-se expor um panorama mais atualizado da dinâmica socioeconômica na cidade em que este teria com fonte principal de subsídio para estas informações o censo demográfico de 2020 – em função da gama de informações que somente o recenseamento é capaz de trazer. Este, somado as informações da última pesquisa censitária (censo 2010) poderia expor-nos apontamentos para uma melhor compreensão das transformações ocorridas no período de análise. A pesquisa censitária de 2020 era assim considerada como etapa desta pesquisa, pois, tendo em vista que dentro do período de desenvolvimento projetado para execução deste trabalho, estaria sendo disponibilizada ao público, os primeiros resultados referentes ao novo censo (previsto para iniciar na segunda metade de 2020). No entanto, acometidos pela pandemia de Covid-19 que se espalhou por todo país ainda no primeiro semestre do mencionado

ano, somados aos consecutivos cortes orçamentários realizados pelo governo federal ao IBGE (AMORIM; RODRIGUES e RODRIGUES, 2021), o mesmo, teve sua realização adiada, tendo como início das pesquisas de recenseamento do país, o mês de agosto de 2022. Ao modo que se tornou inviável inserir e analisar essas informações neste trabalho. Diante disso, fez-se considerar, em grande medida, os dados do censo demográfico de 2010. O fluxograma do roteiro metodológico a seguir ilustra as etapas necessárias para a realização do projeto de pesquisa.

Figura 5 – Roteiro metodológico da pesquisa



Elaboração: o Autor (2022).

Para execução e continuidade da proposta apresentada por este trabalho, desenvolveu-se as etapas descritas abaixo:

2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL

Nesta etapa inicial da pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico referente as questões conceituais a serem abordadas neste trabalho, assim como tratou do levantamento do processo histórico de formação do povoamento de constituição da cidade de Santo Amaro, Bahia, ao qual, apresenta os primeiros registros de povoamento por meados do século XVI, ainda nos primórdios de

formação do Brasil. A análise focou-se principalmente nas seis últimas décadas que se iniciam na segunda metade do século XX ao XXI. Período esse, caracterizado por um processo (ou processos) de expressivas transformações de ordem econômica e social, aos quais, de maneira geral, marca a transição de um Brasil de população predominantemente rural para um país majoritariamente urbano; de economia preponderantemente agroexportadora, regido sobremaneira pelas atividades do campo, ao início de uma intensificação da industrialização como forma de substituição das importações (1930 – 1956). Estas mudanças ocorridas não somente fizeram em escala nacional, bem como, transcorreu-se em dadas proporções, nas escalas estaduais, municipais e locais, alterando a dinâmica de relação destes espaços e a posição deste na hierarquia dos espaços.

Por meio de artigos, monografias, dissertações, teses e livros, realizou-se o levantamento das informações buscando aqueles materiais que tratassem das questões referentes ao uso, ocupação e expansão do solo urbano por meio da edificação, dinâmica demográfica, delimitação urbana, entre outras informações referentes. As consultas realizadas processou-se mediante a acervos digitais via internet, quando possível, por meio de material impresso, tendo em vista que este segundo encontrou-se em grande medida dificultado em quase todo processo de construção desta pesquisa, em decorrência do cenário de pandemia causado pela Covid-19 e as restrições médicas e sanitárias consequentes que acabaram por limitar o acesso aos espaços físicos (bibliotecas, acervos públicos etc.) para consulta ou empréstimos destes materiais impressos. Para além dos citados materiais bibliográficos, buscou-se também autores e trabalhos que tratassem da temática Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento, a abordarem o uso das geotecnologias aplicados ao mapeamento e análise das manchas urbanas, constituindo-se de extrema importância para o desenvolvimento do presente trabalho. Realizou-se ainda levantamentos à documentos históricos e fotográficos por meio de acervos digitais da “Biblioteca digital do IBGE” e da “Biblioteca Nacional digital” (ligada a Fundação Biblioteca Nacional), de modo a buscar por meio destes manuscritos, periódicos e iconografias que subsidiem a compreensão referente ao processo da ocupação do solo/terra na cidade de Santo Amaro (Bahia) ao longo do tempo, bem como, que auxilie a identificar e entender quais os elementos de influência inseridos nesse

movimento de apropriação da terra urbana pela população, tendo em vista, a espacialização geográfica dessa dinâmica de ocupação nos diferentes anos.

2.2 COLETA DE INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS E DADOS SECUNDÁRIOS

O levantamento cartográfico foi realizado por meio de algumas instituições do Estado, das quais: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM; Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER; a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os materiais, dados, mapas, informações espaciais levantadas para esta pesquisa são apresentadas a seguir (quadro 1).

Quadro 1 – Dados cartográficos utilizados no projeto de pesquisa

Materiais	Fontes	Bandas	Resolução espacial	Escala	Quantidade	Data
Fotografias aéreas	Petrobrás /CBPM	Pancromática	-	1:25.000	1 foto	1959
Fotografias aéreas	CONDER	Colorida	-	1:8.000	8 fotos	1976
Ortofoto	CONDER	Pancromática	-	-	-	1998
Ortofoto	CONDER	Colorida	60 cm	1:10.000	2 ortofotos	2010
Sentinel-2B³	ESA	2, 3 e 4	10 m	1:50.000	1 cena	19-02-2021
Malha municipal	SEI	-	-	-	1 arquivo formato shapefile	2019
Malha censitária	IBGE	-	-	-	1 arquivo formato shapefile	2010
Planialtimetria	SEI	-	-	-	1 arquivo formato shapefile	2017
Logradouros	IBGE	-	-	-	1 arquivo formato shapefile	2020
Macrozoneamento de Santo Amaro	Prefeitura de Santo Amaro	-	-	1:75.000	1 arquivo formato pdf.	2016
Zoneamento urbano de Santo Amaro	Prefeitura de Santo Amaro	-	-	1:10.000	1 arquivo formato pdf.	2016

Elaboração: o Autor (2022).

³ O Sentinel-2B integra a missão imageadora multispectral do Programa GMES (Global Monitoring for Environment and Security) administrada conjuntamente pela Comunidade Europeia e a ESA, para observação da Terra, em alta resolução (10 m), e com alta capacidade de revisita (5 dias) (ENGESAT, 2021).

A obtenção destes materiais mostrou-se de suma importância, uma vez que a partir das mesmas, tornou-se possível delinear e identificar a evolução da mancha de ocupação nos mencionados anos.

O segundo momento desta etapa da pesquisa, tratou-se do processo de avaliação das dinâmicas populacional, econômica e social – aqui entendido como elemento de fundamental importância na compreensão da dinâmica de ocupação na cidade de Santo Amaro, Bahia. A execução procedeu-se mediante a levantamentos de informações por meio de dados dos censos demográficos, sendo eles: a população total, rural e urbana (no intervalo de tempo de 1940 à 2010), bem como, da taxa de crescimento e urbanização; das atividades econômicas, de serviços urbanos, referentes a primeira década do século XXI (divulgados pelas pesquisas de recenseamento do IBGE, disponíveis no site do instituto), bem como, mediante a consultas na base de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Complementando-os por meio de informações colhidas em anuários e periódicos publicados pelo órgão de análises estatísticas do estado da Bahia, a SEI. No que se refere aos dados populacionais, considerou-se como fator contributivo à análise o levantamento das duas últimas pesquisa censitária, pretéritas (1940 e 1950) ao recorte temporal proposto para estudo nesta pesquisa.

2.3 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS GEOESPACIAIS E PRÉ-PROCESSAMENTO DAS IMAGENS

Esta etapa da pesquisa consistiu no processo de organização dos dados geoespaciais e materiais cartográficos obtidos para desenvolvimento da pesquisa. Subdividindo-se em três momentos: primeiro, tabulação e sistematização das variáveis do censo dispostos na base de informações por setores censitários e a construção de gráficos e tabelas. Para elaboração dos mesmos, considerou-se as seguintes variáveis do censo: População total do município nos respectivos anos de recenseamento (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010) bem como, a área de moradia dessa população, sendo elas, rural ou urbana. Dentre o grupo de pessoas domiciliados em áreas urbanas, destacou-se ainda, quantos destes residiam na cidade (sede administrativa do município). Há de se frisar que por área urbana ou rural, adotou-se o entendimento segundo a definição político-administrativa empregue

pelo poder municipal local que tem por atribuição definir as áreas do município entre urbano e rural segundo interesses locais diversos. Ainda nesta etapa, levou-se em consideração, informações referentes ao rendimento dos chefes de família, desagregando-os segundo o gênero, de modo que assim o fazendo, pudesse apreender um pouco mais sobre o perfil desses chefes e melhor compreender a maneira como distribuem-se espacialmente pela cidade. Destacou-se ainda, informações referentes as atividades econômicas e suas respectivas participações no Produto Interno Bruto Municipal, bem como, dados referentes ao acesso dessa população em três dos elementos do Saneamento Básico, dos quais: esgotamento sanitário, coleta de lixo e distribuição de água. Todos os dados e informações selecionadas foram separados e sistematizadas em tabelas por meio do *software* Excel.

Na variável de esgotamento sanitário, optou-se por trabalhar com os tipos: rede geral, fossa rudimentar, fossa séptica e rio, lago ou mar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012a):

a) Rede geral de esgoto ou pluvial - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada; **b) Fossa rudimentar** - quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.); **c) Fossa séptica** - quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área ou município; **d) Rio, lago ou mar** - quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a rio, lago ou mar (IBGE, 2012a, p.30, grifo nosso).

Para a variável de coleta de lixo considerou a seguinte classificação, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012a):

a) Diretamente por serviço de limpeza - quando o lixo do domicílio era coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada; **b) Em caçamba de serviço de limpeza** - quando o lixo do domicílio era depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para

depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012a, p.32, grifo nosso).

No segundo momento, em posse dos dados organizados e devidamente tabulados, realizou-se a construção do mapa/cartograma da população total da cidade de Santo Amaro, Bahia no ano de 2010. Aportando-se do recurso técnico científico do *software* de Sistema de Informações Geográficas, o Qgis, versão 3.16⁴ iniciou-se assim a construção do cartograma de população, em que os valores populacionais foram distribuídos segundo a malha censitária do município, unindo-se aos seus respectivos códigos censitários. Em seguida iniciou-se o tratamento das fotografias aéreas de 1958 e 1976, no qual, inicialmente realizou-se um processo de moiscagem da fotografia aérea de 1976 juntando as 8 fotos em uma, contendo somente a área da cidade. Posterior a isso, seguiu-se para execução do georreferenciamento das fotografias aéreas. Este procedimento permite efetuar a delimitação da mancha em uma imagem e coloca-las num plano de coordenadas no sistema de referência. Para realização do georreferenciamento adotou-se como base cartográfica digital de fixação dos pontos de controle, a ortofotografia de 2010 (disponibilizada pela CONDER), a qual, encontra-se geometricamente corrigida. Deste modo, pode-se então marcar os pontos de controle da imagem de referência na imagem a ser referenciada. Para isso, marcou-se 30 pontos de controle, a fim de garantir maior fidelidade no processo e podendo assim compatibiliza-las em um mesmo plano de coordenadas, colocando-as, todas sob o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas, o SIRGAS 2000.

Para delimitação da mancha referente ao ano de 2021, encaminhou-se para o processo de composição da cena da imagem de satélite Sentinel-2 (missão composta pelos satélites: Sentinel-2A e o Sentinel-2B), mediante o uso das imagens capturadas pelo satélite Sentinel-2B. A escolha deste satélite, se deu em função da disponibilidade de imagens no período desejado, bem como, por ser entre os demais consultados, aquele que apresentou em suas capturas, uma baixa presença de nuvens cobrindo a área desejada. Além disso, a escolha das imagens deste satélite

⁴ O Qgis é um software SIG, programa de código aberto de Sistema de Informações Geográficas com interface agradável e um tanto descomplicado para iniciantes nos soft. SIG. O projeto Qgis compõe a Fundação Geoespacial de Código Aberto (ou Open Source Geospatial Foundation OSGeo) e apresenta-se em constante aperfeiçoamento.

foi decorrente da sua capacidade de alta resolução espacial (10 x 10m) na banda do visível e por sua resolução temporal de 10 dias em relação a demais satélites, com disponibilidade gratuita encontrado e para os objetivos aqui desejado. Por meio do *software* SIG, QGIS executou o processo de tratamento digital e composição da imagem colorida a partir das bandas do visível, 2, 3 e 4, correspondente as subfaixas, do azul, verde, vermelho (ou RGB). O uso desta composição é ideal para identificação das edificações, vias e demais elementos presentes na imagem e assim propiciar melhores condições para o estágio de interpretação visual e delimitação da mancha.

2.4 DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS E MENSURAÇÃO DAS MANCHAS DE OCUPAÇÃO URBANA

A delimitação e mensuração da área de ocupação urbana na cidade de Santo Amaro (BA), efetuou-se por meio do processo de classificação mediante a interpretação visual dos objetos presente (rios, estradas, edificações etc.). Para isso, utilizou-se de alguns dos elementos fotointerpretativos básicos apontados por Florenzano (2007), dos quais: padrão, textura, forma, tonalidade/ cor, sombra e localização do objeto/área. Em seguida, após identificado as edificações e infraestruturas (casas, edifícios públicos, pontes, vias) sobreposta ao solo urbano, dirigiu-se então para a fase de delimitação da área total ocupada por estes componentes para que ao fim, não somente alcançasse o modelo, a configuração expressa pela ocupação nos diferentes anos, como também, identificasse a extensão da área ocupada por meio de construções ao longo do tempo.

O processo de delimitação da mancha ocorreu de modo manual por meio de ferramentas disponibilizadas pelo programa QGIS (3.16). Para ajuste das diferenças apresentadas entre as escalas dos materiais utilizados na base cartográfica (detalhados no subcapítulo 2.2), adotou-se como critério, o emprego de uma escala única de visualização para esta etapa de delimitação e mensuração da mancha de ocupação urbana. Deste modo, a primeiro momento, por meio da expressão $E=RE/0,0002$, onde: RE= resolução espacial da imagem; E= Escala e 0,0002m (este valor como o menor comprimento gráfico que a visão pode alcançar)⁵ (MENEZES; NETO, 1999), definiu-se uma escala cartográfica para a imagem de Satélite Sentinel-2B (2021), sendo ela, de 1:50.000. Em seguida, em posse de todas as escalas dos

diferentes materiais cartográficos (1:50.000; 1:25.000; 1:10.000 e 1: 8.000), assumiu-se uma escala de visualização em tela de 1:30.000, afim de evitar a perda de resolução visual das imagens nem tão pouco que levasse a perda de elementos visuais importantes para identificação e delimitação da mancha de ocupação.

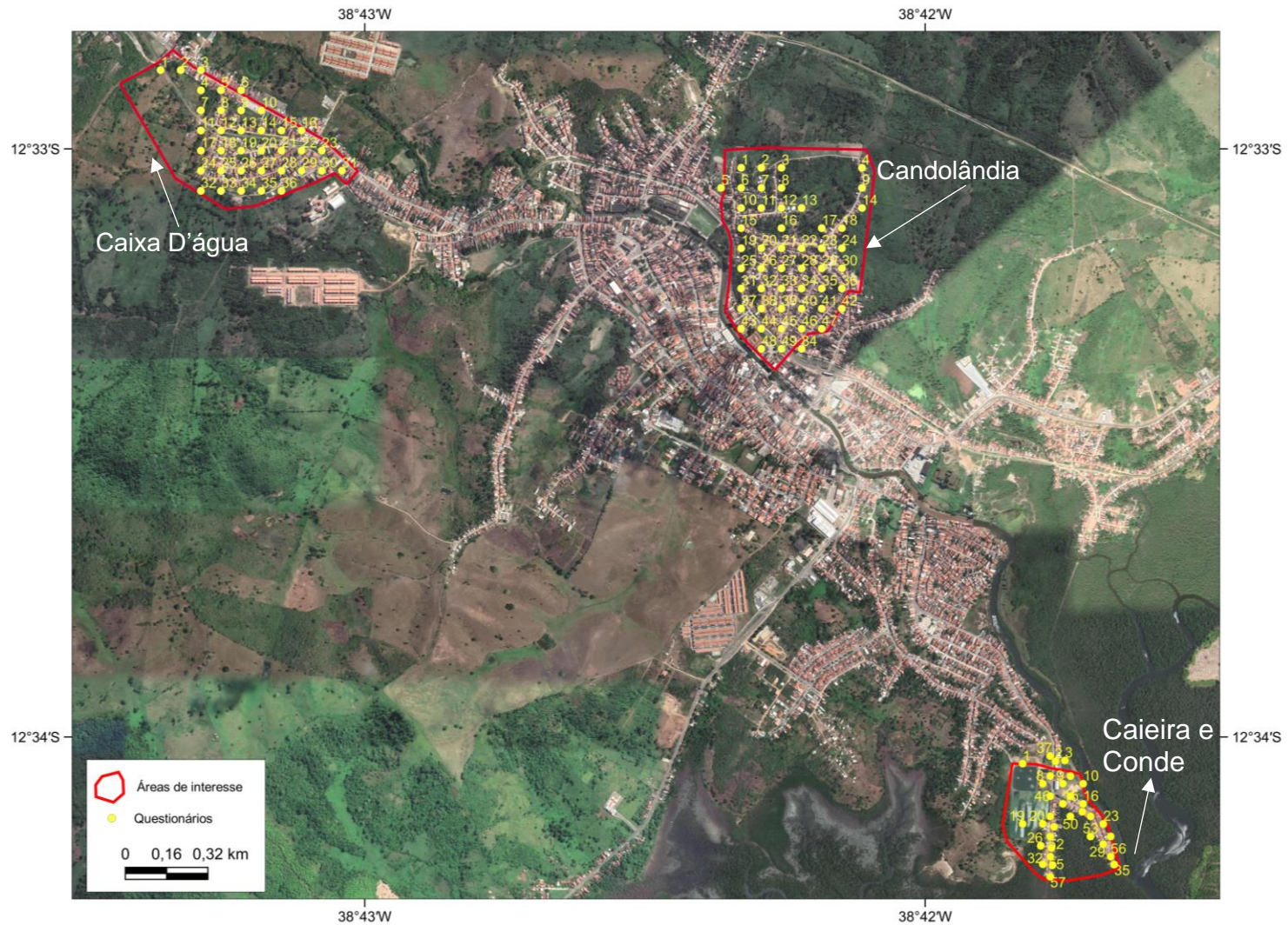
A partir da poligonal gerada da área, obtidas mediante a vetorização da imagem, pode-se a partir de então realizar o cálculo da área e identificar a configuração assumida pelas manchas nos diferentes anos, e deste modo observar quais as transformações sofridas em sua forma ao longo do período analisado.

Posterior as etapas descritas e em posse dos resultados obtidos, e análises realizadas por meio da interpretação visual, selecionou-se três áreas da mancha urbana, coincidente aos limites predefinidos à um bairro, ou apenas parte integrante de um. Localizadas em partes distintas da mancha urbana, estando-as, a noroeste, ao norte e outra na porção sudeste da cidade.

Por meio do *software* Qgis, delimitou-se a poligonal das três áreas considerando as suas delimitações a partir das descrições expressas no PDDU-PDDM de 2001 e demais documentos que tratassem das três áreas: Caixa D'água, Candolândia e ao espaço formado pelas ruas da Caieira e do Conde, ambas estando inseridas no bairro santamarense do Trapiche de Baixo. As áreas representadas serviram para delimitar e distribuir à aplicação dos questionários (conforme figura 11), bem como, de posse das mesmas, pode-se por meio das técnicas de geoprocessamento e interpretação visual, identificar a evolução da cobertura e uso da terra nestas três áreas, quantificar o tamanho da área com cobertura vegetal, edificações, solo exposto e áreas destinada ao cultivo encontradas nestas áreas no mencionado período.

⁵ Qualquer objeto menor que 0,2 mm não é perceptível ao olho humano, portanto, sendo incapaz de ser visualizado. Deste modo, comumente adota-se o uso de símbolo para representa-lo (MENEZES e NETO, 1999).

Figura 6 – Pontos de aplicação dos questionários nas áreas da Candolândia, Caixa d'água, Caieira e Conde na cidade de Santo Amaro, Bahia - 2021



Fonte: Google Earth, Maxar Technologies (2021).

2.5 TRABALHO DE CAMPO

Esta etapa do trabalho teve um significativo atraso a princípio em função das medidas médicas e sanitárias postas pelas autoridades frente a pandemia da Covid-19 enfrentada. Somente ao final do segundo semestre 2021, dado ao cenário de maior segurança comparada aos meses anteriores (em função da vacinação e retomada das atividades presenciais e deslocamento) foi possível realizar a primeira visita de campo à área de estudo.

Sendo esta, uma das etapas de extrema importância para construção dessa pesquisa, o trabalho de campo teve por objetivo inteirar o conhecimento sobre a área de estudo, bem como, possibilitou a obtenção de informações pretéritas à cerca da ocupação nas três áreas da mancha urbana a serem analisadas. Com esta finalidade, foram realizados trabalhos de campo, nos dias 07/12 à 10/12/2021 e posteriormente, realizou-se um segundo retorno, no dia 27/07/2022.

O primeiro campo consistiu na visita em diferentes pontos da mancha urbana afim de verificar, validar, objetos/elementos identificados/levantados durante as atividades remotas por meio da análise e interpretação das áreas mapeadas obtidas mediante as imagens de satélites e fotografias aéreas, aportando-se das técnicas de sensoriamento remoto. Esse campo foi importante para conhecer um pouco da dinâmica dos diferentes pontos da cidade, registrar trechos de ruas, edificações e equipamentos públicos demais partes das diferentes áreas relevantes para desenvolvimento do trabalho. Esse campo contou com a participação e apoio da orientadora e um estudante de graduação em Geografia, integrante do Grupo de pesquisa de Cartografia, análise espacial e ensino com Geotecnologias do Laboratório de Cartografia – (LACAR), do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Essas atividades facilitaram a realização da pesquisa, pois possibilitou a sanar dúvidas e melhor compreender questões que não podem em si serem compreendidas somente pelas análise e interpretação das imagens.

Dos quatro dias iniciais de campo, três foram destinados a visita e aplicação de 150 questionários aos moradores das três áreas (Caixa D'água, Candelândia, Caieira e Conde), com a finalidade de captar melhor a dinâmica das áreas e poder conversar com os moradores de diferentes faixas etárias. No dia 08/12/2021 visitou-se o Centro

Referencial de Documentação de Santo Amaro, instituição sem fins lucrativos e que se destina ao resgate da história do município como um todo. A visita se deu no intuito de levantar informações pretéritas, documentos, fotografias e relatos, mediante a uma conversa com o Sr. Raimundo Arthur (responsável pela curadoria do acervo), contribuindo para dirimir dúvidas quanto as informações levantadas no desenvolvimento da pesquisa. Nos dias 09 e 10/12/2021 visitou-se a Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana, de Infraestrutura, Desenvolvimento Social e Habitação para levantamento das informações sobre o Plano Diretor, como mapas e plantas (não anexadas ao documento, obtido em outro momento) de uso do solo urbano, base de loteamentos e bairros, população em cada um dos bairros, esclarecimentos e ou dados no que tange a questão habitacional no município. Alguns destes foram prontamente cedidos, outros informados ser de desconhecimento dos responsáveis contactados, sob a alegação de mudança nas gestões municipais e outros dados, documentos e/ou informações serem inexistentes e estarem em processo de elaboração.

Aplicou-se os questionários àquelas pessoas domiciliadas nas três áreas da cidade aqui mencionadas (Caixa D'água, Candolândia, Caieira e Conde), considerando aptas a responder, aquelas pessoas com idade igual ou maior de 12 anos. Para construção dos questionários, foi necessário superar o fato de que muito embora por meio dos setores censitário do último censo, se identifique o número total de moradores residentes na cidade, o mesmo não permite identificar a distribuição dessas pessoas por bairros da cidade. Tão pouco as secretarias e órgãos municipais contactados dispunham e/ou souberam apresentar essas informações. De modo que isto acabou por dificultar no esboço de uma amostragem de maior precisão sobre o número total de questionário a serem aplicados em cada área. Nesse sentido, aplicou-se os questionários com residentes e comerciantes de domicílios nestas três áreas em que para isso, não se tendo conhecimento preciso da distribuição geográfica de um fenômeno que se pretende amostrar, conforme apontam Gerardi e Silva (1981), recomenda-se aplicar o método de Amostragem estratificada sistemática não alinhada. Esta proposta consiste na divisão em áreas angulares sobrepondo uma base cartográfica regularmente, com sistema de coordenadas definidas. Divide-se em uma malha quadriculada com intervalos iguais medindo 100m x 100m, onde cada ponto consiste em um questionário, no qual foi gerado um universo 150 questionários,

distribuídos da seguinte maneira: 65 em Candolândia, 50 em Caixa D'água e 35 em Caieira, seguindo o tamanho das respectivas áreas. Há de se destacar que houve pontos que foram dispostos sobre o meio da rua ou terrenos vazios na área, portanto, em tais pontos, aplicou-se os questionários nos domicílios mais próximos, de tal forma que ela fosse a mais representativa possível do todo desejado.

Figura 7 – Equipe de campo para aplicação de questionários com moradores da Candolândia, Caixa D'água e Caieira e Conde na cidade de Santo Amaro, Bahia



Fonte: o autor (2021).

2.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa, teve-se como suporte o referencial teórico e o auxílio das técnicas de geoprocessamento (cartografia digital e sensoriamento remoto, através das fotografias aéreas, ortofotos digitais e imagem de satélite), e o trabalho de campo.

Com o intuito de analisar e interpretar qualitativamente os dados coletados nos questionários utilizou-se o software Excel para tabulação dos dados e para sistematização e síntese dos levantamentos.

As análises dos dados compreenderam os seguintes estudos:

- Comparação dos modelos das manchas de ocupação urbana em 1959, 1976, 1998, 2010, e 2020, na cidade de Santo Amaro, Bahia;
- Análise das áreas de crescimento extensivo das manchas urbana;
- Cálculo e análise das variações em área edificada nos respectivos anos;
- Verificação das transformações no uso e ocupação em três áreas distintas da cidade.

O plano de análise da pesquisa caracterizou-se como analítico-descritivo, procurando estabelecer relações entre as variáveis determinadas para a pesquisa. O estudo descritivo contemplou a relação aos fatos observados, descrevendo as características da situação ou do grupo de indivíduos das localidades trabalhadas.

3 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Neste capítulo é discorrida a base teórico-conceitual, relacionando os autores de livros, teses, dissertações que tratam e discutem a cerca de cada tema chave: Uso do solo, ocupação urbana, solo urbano (ou terra urbana), espaço urbano e modos de crescimento da mancha urbana.

3.1 OCUPAÇÃO, USO E SOLO URBANO: CONSIDERAÇÕES

Em um sentido mais abrangente, entende-se por “uso” o ato ou efeito de utilizar; ato ou prática de empregar algo (MERRIAM-WEBSTER; MICHAELIS, 2021). Contudo, faz-se destacar que no tratar das discussões sobre ordenamento territorial da cidade, o emprego da palavra “uso” na locução “uso do solo”, traz consigo algumas contradições, das quais, embora diga-se que aquela porção do espaço urbano ou imóvel esteja sob determinado “uso” (previsto em lei municipal), na prática (e muito frequentemente) este terreno ou edificação possa estar em desuso, ociosos, ora abandonados, por interesses e/ou causas diversas. Assim, é habitual que a locução “uso do solo” se refira muito mais ao ordenamento legal empregue àquela porção da cidade, ou seja, a destinação de uso/utilização destinada para aquele imóvel e/ou terreno, e as atividades as quais deve ali ser desempenhadas (ex.: a moradia, comércio, misto, lazer etc.), do que necessariamente estar afirmando se aquele terreno ou imóvel está ou não sendo utilizado. A exemplo disto é possível citarmos os espaços urbanos ociosos (áreas ou edificações desocupadas), imóveis ou loteamentos urbanos quem embora inseridas em porções do espaço urbano com uso pré-estabelecido pelo plano diretor da cidade (PDDU), encontram-se sem qualquer utilidade destinada, como uma maneira de mantê-las “estocadas”, aguardando que com passar dos anos agregue valor sobre si, ou ainda, permanecem em desuso a fim de ser utilizada como uma reserva de valor. Assim, por exemplo, é muito comum encontrar áreas de “uso residencial”, que muito embora assim seja destinada, possua mais terrenos vazios do que de fato moradias, isto é, desocupadas. Por “ocupação”, entende-se como o ato de possuir, ou efeito de apoderar-se de algo; assentar-se em determinado lugar ou ainda, usufruir terra ou imóvel ao qual tenha apropriado (MERRIAM-WEBSTER, 2022). Ação que por sinal tem se tornado uma importante forma de acesso à terra (urbana ou rural) e que contribuiu (e/ou contribuí) sobre grande maneira para as transformações na legislação do uso do solo (FERNANDES,

2001; MARICATO, 1985). No entanto, vale frisar ainda que semelhante ao caso de terrenos e imóveis de determinado “uso” que na prática encontram-se em desuso, discutido no parágrafo anterior, o mesmo se aplica aos casos da “ocupação” do solo urbano, isto é, a presença de áreas da cidade tidas como legalmente “ocupadas” que na prática encontram-se desocupados, vazias. Ora terrenos demarcados sem qualquer uso, ora imóveis vazios, abandonados.

A locução “solo urbano” no contexto do regime de uso do solo, refere-se a porção de terra, de solo, que está total ou parcialmente urbanizado e/ou edificada (MARICARO, 2011; 1985). Isto é, trata-se, portanto, das terras de uso urbano, as “Áreas urbanas” (“terra urbana ou construída”⁶) no qual, de acordo ao manual do IBGE subdivide-se em diferentes “classes de uso solo urbano” (SOKOLONSK, 1999). Deste modo, a noção de solo urbano ou terra urbana é crucial na organização da cidade, na medida em que a forma de uso do solo urbano é objeto de qualificação, que define o conteúdo do seu aproveitamento, bem como é ela o principal objeto de disputa dentro dos espaços urbanos, no qual segundo Maricato (2011), há uma forte e silenciosa luta pelas melhores localizações e orientação dos investimentos públicos.

3.1.1 Os tipos de uso do solo urbano

Segundo Déak (1985), tem por uso do solo urbano, o conjunto das atividades de uma sociedade por sobre uma aglomeração urbana, aos quais, encontram-se, do ponto de vista da regulação espacial, assentados sobre locais específicos combinadas com seus tipos de assentamentos. Podendo deste modo dizer, que o uso do solo, nas palavras do citado autor, é “o rebatimento da reprodução social no plano do espaço urbano” (1985). Isto é, o uso, como sendo o refletir da estruturação social sobre a dimensão espacial urbana, das atividades, das finalidades exercidas ou destinadas para aquela determinada porção do espaço urbano, sobre o qual, estão apossados (ou deles detém sua propriedade) os indivíduos (ou grupos) desta sociedade. Podendo ainda referir-se como sendo a função, o papel ao qual uma edificação poderá desempenhar naquele terreno urbano, segundo o conjunto de regras adotadas para aquela área (TAKEDA, 2013).

⁶ Compreende-se por Terra Urbana ou Construída. Áreas de uso intensivo com grande parte da terra coberta por estruturas (cidades, vilas, áreas de rodovias, áreas ocupadas por fábricas, complexos industriais ou comerciais, entre outras) (ANDERSON et al., 1979).

O solo urbano é classificado em diferentes formas, segundo as características das atividades desenvolvidas nas áreas e seus atributos físicos-espaciais, como sendo, segundo ao Manual de Uso da Terra (SOKOLONSK, 1999): 1) Área urbana Residencial, isto é, voltada a edificação de habitações (uni, plurifamiliar). São elas também que predominantemente compõe os espaços urbanos; 2) Comercial e de Serviços (açougues, padarias, lojas de móveis, farmácia etc.); 3) Industrial, ou seja, áreas as quais atividades desenvolvidas resultam na produção de bens a partir da transformação de insumos (produtos alimentícios, roupas, artefatos de papel e papelão, destilação de álcool, de fundição e purificação de metais, metalúrgica entre outros); 4) industriais e comerciais e por último; 5) Uso misto, isto é, que contém e/ou permite atividades de comércio, serviço e uso residencial juntos em uma mesma área da cidade.

Os distintos usos que se faz destas áreas agem de modo a transformar o espaço urbano, bem como, ao mesmo tempo é em função dessas transformações do espaço, que se faz constantemente alterar o valor de uso empregue a determinada localização e conseqüentemente da terra ou do imóvel edificado nele. Podendo em determinado período da história daquela sociedade, estar mais ou menos valorizada. Concomitantemente, esta valorização dos espaços em detrimento de outras, afirmará Déak (1985), está “sujeito a obsolescência do capital fixo”. Transformam o espaço urbano de modo a produzir/aprofundar desigualdades e segregações socioespaciais. Estas áreas ainda poderão ao longo do tempo mudar quanto a utilização exercida e com isso conseqüentemente tem também a alteração do valor à ela agregada. O aumento ou diminuição da área de um dado tipo de uso destinado ao solo urbano pode envolver a conversão de um uso em outro, ou ainda na transformação de um certo tipo de uso, a exemplo da alteração de áreas residenciais de alto para baixo padrão, sem propriamente haver alteração física ou quantitativa dos edifícios (ALMEIDA; MONTEIRO et al., 2004). Em sentido ao que Santos (1988) afirmara, sobre as formas ou objetos geográficos, tantos novos como velhos, assumirem novas funções ao passo que a sociedade se modifica.

3.1.2 Parcelamento do solo

A configuração do espaço urbano decorre de diferentes fatores, ao quais, segundo Andreatta (2008), a forma e as tipologias resultante desta ocupação e uso do solo urbano derivam de “ocupações espontâneas, influenciados pelo mercado imobiliário, pelo sistema viário e transportes, pela topografia, pela hidrografia, pela disponibilidade de redes de infraestrutura, equipamentos e serviços” (ANDREATTA, 2008). Destes usos e ocupações desencadeiam-se uma série de impactos ambientais, a variar conforme o agente, a intensidade e tempo de ação que terá esta intervenção, somados alguns fatores dentre eles, o grau de suscetibilidade geomorfológica da área e atividade nela exercida. Estas intervenções propiciam uma pressão sobre a geomorfologia urbana, assim como, exerce forte tensão sobre os recursos naturais presentes (vegetação, recursos hídricos, solos, ar entre outros).

Conforme o espaço urbano expande, se tem a necessidade de prover instrumentos que atuem de modo a orientar e gerir o crescimento da cidade, que possa pautar as preocupações quanto aos problemas ambientais, habitacionais, de infraestrutura, resultantes desta ampliação (ANDREATTA, 2008). Colocar de maneira integrada e mais flexível, para a promoção de uma melhor qualidade de vida das populações. Estas propostas de ordenamentos que orientem as ocupações e uso do solo advém do ser humano, de suas políticas e economia dela derivada (IBGE, 2006). Políticas de mobilidade urbana, saneamento básico, habitação, preservação ambiental, segurança, saúde, dentre outras, produzem ações diretas sobre o espaço. Desta forma, tem na regulação e uso da ocupação do solo urbano – que em si, representa a materialização das relações socioeconômicas presente na cidade --, uma dentre outras possíveis ferramentas de planejamento e gestão da cidade (VAZ, 2006).

A maior responsabilidade sobre a terra, no âmbito urbano, é municipal ou estadual, sendo a lei de uso e ocupação do solo, aparato que regulamenta a utilização do solo, uma competência exclusiva do município, devendo nelas estar fixadas as exigências fundamentais de ordenação do solo a fim de evitar a degradação do meio ambiente e os possíveis conflitos no exercício das atividades urbanas. Um dos instrumentos da administração pública para a divisão da terra urbana é o parcelamento, estipulado na Lei Federal 6.766 de 1979 (BRASIL, 1979), cujo as diretrizes encontram-se nas legislações (NUNES, 2013). Podendo este, ser realizado

mediante a subdivisão de glebas ou loteamentos (porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento), aos quais, destinadas a edificações, com abertura de novas vias de circulação, logradouros públicos, modificação ou ampliação das vias existentes, ou ainda pelo desmembramento, a subdividi-las em outros lotes, conforme previsto na Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano). O lote resultante das subdivisões das glebas, é “o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe” (LEI nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Art. 2º). A este planejamento das ocupações, entende-se pelo ordenamento territorial. Ordenamento este, que se manifesta por meio de alguns instrumentos, em especial destaque aqui, os Planos Diretores Municipais e o Zoneamento, aos quais, tem por atribuição organizar o crescimento e funcionamento do espaço urbano.

O Plano Diretor de Desenvolvimento (ora PDDU, ora PDDM) é uma ferramenta básica da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 2008), ao qual, tem por objetivo ordenar o crescimento e desempenho da cidade (estabelecendo o ordenamento do município como um todo) considerando as características particulares, garantindo o pleno desenvolvimento das funções sociais e o bem-estar de seus habitantes. Cabendo-lhe orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção do espaço urbano (TAKEDA, 2013). Sua obrigatoriedade se aplica aos municípios que houver: i) mais de 20 mil habitantes na cidade; ii) fazem parte de regiões metropolitanas; iii) integrantes de áreas de especial interesse turístico; iv) empreendimentos ou atividades de grande impacto ambiental, como aeroportos, barragens, rodovias, hidrelétricas (INSTITUTO PÓLIS, 2005). Mas não somente. O Plano Diretor⁷ é um instrumento essencial, no qual, deve ser elaborado com a participação de toda sociedade, e é por meio dele em que se aplicará as regras do Estatuto da Cidade (ou Lei Federal nº 10.257/2001).

⁷ O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Municipal (PDDU/ PDDM), é a lei que aplica as regras do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) em cada município da federação brasileira. Esta lei federal tem por objetivo garantir o Direito à Cidade para todos e por isso, traz algumas regras para o ordenamento territorial do município, a partir do detalhamento dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 que dispõe da política urbana (INSTITUTO PÓLIS, 2005).

O Zoneamento Urbano, por sua vez, é uma ferramenta fundamental no processo de planejamento e gestão, pois o mesmo, consiste no ato de divisão do espaço urbano em zonas territoriais que determina a cada uma delas distintas normas de uso e ocupação pertinentes aos interesses da cidade (por exemplo, caso haja um predomínio de uma função, comercial, industrial, residencial na dada área, a especificar ela, ao dado interesse). Isto é, por meio desse zoneamento do solo urbano, define-se o quê, de que forma e onde pode ser construído em cada área da cidade sempre de acordo ao previsto na legislação do plano diretor local, dividindo-a por zonas de uso (ex.: Zonas de Interesse Social, Zona Comercial, Residencial, Mista etc.).

3.2 VIVER, PRODUZIR E EXPERENCIAR

O geógrafo Milton Santos dirá que o espaço se constitui enquanto uma realidade objetiva, um produto social em constante processo de transformação. Estuda-lo, afirma Santos, implica compreender sua relação com a sociedade, pois é ela quem estabelece “a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança)” (SANTOS, 1988 p. 36). É ela quem também tipifica as noções de forma, de função e de estrutura, elementos, aos quais, afirma o citado autor, são fundamentais para a compreensão da produção de espaço (SANTOS, 1988).

3.2.1 Espaço construído

No princípio da história humana a configuração territorial somente era o conjunto dos complexos naturais. A medida que a história foi se realizando, a configuração territorial foi se traduzindo em obras antrópicas (ex.: estradas, plantações, cidades, fábricas entre outras), visto que a natureza natural foi sendo substituída por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2006). Assim, dirá Milton Santos que o espaço é, portanto, “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p.39). Se no princípio era tudo “natureza selvagem” (originária, inalterada pela ação humana), constituído de objetos naturais, vão eles, no decorrer da história sendo substituídos por objetos fabricados, técnicos, mecanizados (hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas

de ferro, cidades), e depois, conforme dirá Milton Santos, cibernéticos (SANTOS, 2006).

Deste modo, formado por objetos e por ações, o espaço se insere e se configura a partir da lógica de produção, na qual o espaço geográfico, isto é, o espaço modificado pelo trabalho do ser humano (ou, o espaço construído) ergue-se doravante as transformações dos elementos naturais por meio das ações humanas, guardando consigo marcas históricas dos grupos sociais que o modificaram ao longo do tempo. Ao transforma-lo o ser humano é também transformado. Resultante da constante correlação do ser humano com o ambiente, nas mais diversas escalas geográficas (ARAUJO; CANEIRO, 2013). É, portanto, para Milton Santos, o espaço geográfico, forma-conteúdo, de modo que as formas não existiriam em si só, mas sim, dotadas de um conteúdo, de significado⁸. Por meio deste espaço opera a sociedade, por intermédio dos sistemas de comunicação e transporte a atingir níveis cada vez maiores de complexidade conforme o passar do tempo (SANTOS, 2006). Ou de maneira simplificada, é este, o espaço, o conjunto de pessoas e construções, social e inseparável do tempo⁹. Ele (o espaço geográfico) carrega consigo os vestígios históricos das sociedades e suas transformações no decorrer do tempo, haja vista que está sempre a sofrer construções e reconstruções em seu transcorrer, ainda que de forma desigual. É assim, o espaço, humano, não por pura e simplesmente nele o ser humano habitar, mas é assim entendido, porque é nele que o ser humano o constrói e o reproduz de “acordo com os objetivos e necessidades da sociedade” (CARLOS 1994, p.57). Deste modo, visto o espaço enquanto produto e não coisa, a análise deve se dar por meio da compreensão das relações que o produziram (Idem, 1988).

⁸ Silveira (2006) ao tratar do espaço geográfico sobre uma perspectiva existencial, trará a enunciação de Santos, de que é o espaço, o existir, e a sociedade o ser. De modo que a sociedade somente se realiza no espaço.

⁹ Constituído-se, portanto, afirma Carlos, como sendo “um produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnica cultural apresentando a cada momento as características e determinações da sociedade que o produz” (CARLOS, 1988, p.15).

3.2.2 Espaço urbano: agentes de produção e a cidade

É no espaço que se manifestam a vida, os materiais visíveis, os avanços e ausências da vida em sociedade. É ele uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação, produzido e reproduzido pelas atividades e regulamentos humanos (SANTOS, 1988). Este espaço transformado ou socialmente organizado pelo ser humano é bastante dinâmico e por isso, eventualmente conseguem corresponder exatamente às delimitações pré-estabelecidas para base a gestão e estruturação política das atividades. Esses espaços apresentam-se em diferentes formas, das quais aponta-se aqui duas delas de características bem distintas: “espaço rural”, constituído de propriedades fundiárias, agricultura e pecuária e pouco adensamento de pessoas, e pelo “espaço urbano”, em que neste, diferente do primeiro, possui características bem distintas, maior adensamento humano entre outros, bem como, nele está contida as cidades -- as cidades aqui colocadas a partir do entendimento destas, como sendo “um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” ou ainda, na apreensão do citado autor, a cidade como a projeção das relações sociais na terra urbana (e, ou solo urbano). Isto é, a cidade tida como mais que o lugar concebido, como também o percebido e concebido pelo pensamento (LEFEBVRE, 1972, p.65; 2011).

Os conceitos de cidade e espaço urbano para além de sua complexidade fazem-se enquanto objetos de estudo, bastante disputável. Inúmeras são as discussões e visões a respeito de (dos) seu(s) entendimento(s), a exemplo do caso das cidades, em que para além do entendimento exposto por Lefebvre, a apreensão sobre a definição e ou conceito, encontra-se diretamente relacionadas a questões sociais e culturais, variando de país para país, como muito bem apresenta o geógrafo Eliseu Savério Sposito em seu livro “A vida nas cidades”¹⁰. Ou ainda, pode divergir de autor para autor segundo a corrente teórica que o orienta dentro de uma mesma ciência. Do ponto de vista institucional (a partir dos critérios oficiais), aqui no Brasil é definida

¹⁰ Em alguns países como a Rússia, Reino Unido África do Sul e Brasil, são considerados urbanos aqueles que residem em lugares definidos por uma forma de administração (neste caso, a municipal), assim a definição de área rural e urbana assim o caráter de urbano e rural é mais por questões políticas e econômicas do que propriamente por uma definição geográfica da coisa. Em outros países, o critério para definição do que é cidade é numérico: na Dinamarca são as aglomerações de 250 habitantes. De 2000 na França, 20.000 na Holanda, 30.000 no Japão. O critério numérico e o de organização administrativa são utilizadas por Canadá, Estados Unidos, Noruega e Turquia. Na Itália o critério é mais econômico, assim é necessário que 50% de sua população ativa não seja agrícola (SPOSITO, 1994 p.22).

a cidade como sendo toda sede de município independente de suas características (número de habitantes e das funções desempenhadas pela maioria da população). Disposta pela primeira vez por meio do decreto de lei Nº 311 de 2 de março de 1938, e que faz valer ainda hoje. No âmbito da geografia Carlos (2019) define a cidade enquanto uma construção humana, um produto histórico-social, a dimensão concreta vinculada a dinâmica do desenvolvimento (CARLOS, 2019). Sendo antes de mais nada “uma concentração de pessoas exercendo, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares, o que enreda uma disputa de usos” (CARLOS, 1994, p.50). Geralmente, utiliza-se no Brasil como critério de classificação da cidade no que se refere ao seu tamanho, a definição do IBGE (2017), considerando o número de habitantes. O instituto estabelece como sendo: i) cidades de pequeno porte as que possuem até 50.000 habitantes ii) de médio porte as que possuem de 50.001 até 100.000 habitantes. O órgão de geografia e estatística define ainda que, em geral, as cidades de pequeno porte dependem do comércio local e da movimentação da economia rural. Neste sentido, a cidade de Santo Amaro, situado na confluência do rural com o urbano apresenta configurações de um pequeno núcleo econômico, no qual, dispendo de alguns serviços e infraestrutura essenciais para atender a população, como, saúde, educação, alimentação etc., sua população frequentemente tem de recorrer aos centros urbanos maiores para ter acesso a bens ou serviços que não são ali oferecidos.

Há de se destacar que muito embora sejam os conceitos de espaço urbano e cidade indissociáveis, são eles, diferentes entre si. A cidade comumente tida como o particular, o concreto, uma manifestação do espaço urbano, este último por sua vez, o urbano, frequentemente tido como o abstrato. As relações entre a cidade e o campo, o urbano e o rural se conectam, sobrepõem-se uma sobre a outra de modo que não há entre si definidos limites – diferentemente da noção institucional que por critérios outros delimitam-se esses espaços.

No Brasil, determinados por ato do poder legislativo municipal, os critérios considerados para delimitação física do espaço urbano, conforme o interesse local, são expressos mediante aprovação de Lei, que esteja dentro dos princípios constitucionais expresso na Lei nº 5.172 de 25 de Outubro de 1966, que dispõe sobre o sistema tributário nacional, onde em seu artigo 32, § 1º, entende a zona urbana

como aquela definida por lei municipal desde que considerada como requisito mínimo da existência pelo menos dois dos seguintes critérios em seus cinco incisos:

- i) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; ii) abastecimento de água; iii) sistema de esgotos sanitários; iv) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; v) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado (BRASIL, 1966).

Estabelecendo ainda no § 2º que a lei municipal pode ainda considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana que faz parte de “loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior” (BRASIL, 1966). Logo, a definição do mesmo encontra-se estreitamente atrelado a questão tributária, uma vez que, o recolhimento de impostos sobre a propriedade rural é de competência da união, enquanto que o tributo sobre a propriedade predial e territorial urbana compete ao município.

No âmbito da Geografia, Corrêa (1995) define o espaço urbano como sendo o “conjunto de diferentes usos da terra justapostas entre si” (CORRÊA, 1995, p.11). Sendo este (o espaço urbano) ao mesmo tempo fragmentado e articulado; condicionante das ações sociais e também condicionado por elas (um produto social), fazendo-se reflexo destas; um conjunto de símbolos e campos de lutas. Sendo a cidade neste contexto, também, um lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem (Ibidem, p.9). Em consonância ao entendimento expresso por Carlos (2019), Corrêa (1995, p.8) associa os conceitos de espaço urbano e cidade, afirmando que “...o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”. Isto é, o espaço urbano enquanto um produto, resultado e condicionante social, materializados por meio das formas sociais.

Os diferentes usos da terra urbana, justapostas entre si, definem áreas distintas (fragmentadas e articuladas), em que cada uma das partes que o compõe mantém relações espaciais umas com as outras, mesmo que de variável intensidade entre elas. Esses tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local onde predominantemente concentram-se as atividades comerciais, de serviço e gestão (porém, não de exclusividade elas); áreas industriais, áreas residenciais (locais destinados a construção de moradias); áreas de lazer; áreas destinadas a futuras

expansões de terras, entre outras, a distinguir-se em termos de forma e conteúdo social. São estes conjuntos usos da terra em sua complexidade que estabelece, que constitui a organização da cidade, do espaço urbano. A respeito desta variada função (habitação, comércio, etc.) que as diferentes áreas que constitui o espaço urbano comportam, afirma Hepner (2010), são em grande parte resultante da dinâmica socioeconômica da cidade em questão, do que propriamente de uma ação, diretriz centralizadora que a determine. Isto é, ainda que determinada área seja orientada, planejada a desempenhar dada função no contexto da cidade, isto dependerá de vários outros fatores para que assim efetivamente ocorra e unicamente a exerça, desde infraestruturas, condições sociais e econômicos. A exemplo, pode-se citar um bairro que a princípio designado a ser unicamente industrial, com o tempo, dadas as condições sociais e econômicas e dinâmica daquela cidade, pode vir a tornar-se misto, composto por diversas habitações, em que a presença de grandes lotes de terras reservados a indústria apresentam-se como terras disponíveis. Vários são exemplos Brasil a fora, que não somente tornaram-se misto como em determinados casos, culminaram na desindustrialização daquela área, transferindo para porções mais afastadas do cotidiano e fluxo da cidade.

Dentro do modo de produção capitalista o espaço urbano constitui-se enquanto um produto social, reconhecido como o resultado de ações acumuladas através do tempo, um reflexo de ações que realizam e também realizaram no passado e que deixaram essas marcas nas formas espaciais do presente (CORRÊA, 1995). Esse por sua vez, como não natural, construído no meio antes natural, encontra-se disposto/desenvolvido intimamente ligado ao jogo de interesses entre determinados agentes e seus integrantes, que produz e consome o espaço. Dentro deste jogo de interesse em que se apresenta, o espaço urbano e a utilização do solo urbano são designados para poucos, isso se reflete no crescente número de excluídos, que amontoam-se às margens. Para Carlos (1994) a produção do espaço é fundamentada num processo desigual, e por assim ser, deverá necessariamente, refletir as contradições que a fundamenta. A autora coloca ainda que a cidade, produto das contradições de classes, interesses e necessidades diversas, enreda uma disputa de usos (CARLOS, 1994). Essas (as cidades), assim surge como resultado de ações realizadas por diferentes agentes sociais, no qual, segundo Corrêa (1995), são estes agentes, concretos e históricos --por estarem eles inseridos na temporalidade e

espaço --, compostos de interesses, “estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de condições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” um (CORRÊA, 2012; p.43). Estes agentes são carregados de interesses, contradições e práticas, ora comum, ora específica de cada um deles. Agindo conjuntamente na produção do espaço, em um composto e não isoladamente, a operar nas diferentes escalas (uma rua, bairro, cidade, rede urbana, país etc.). Sendo esses agentes sociais identificados: os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os dois primeiros agentes, representados pelas grandes indústrias, empresas comerciais e os donos de terras especulam e modelam o espaço à medida que se apresentam como grandes consumidores do espaço, detendo amplos terrenos. Os proprietários fundiários, caracteriza em sua ação a retenção das terras, ainda que sem fazer qualquer uso dela, pois tem como objetivo basilar para obter a remuneração no valor da troca do necessariamente no valor do uso delas. Isso os colocam como sendo aqueles que comumente agem no direcionamento das ocupações e de quem as ocupa. Por sua vez, os proprietários dos meios de produção, por interesses distinto em relação ao primeiro, busca por terrenos amplos e de baixo valor que satisfaça os requisitos locacionais às atividades exercidas por elas, agindo principalmente na modificação e especulação do espaço. Por buscarem por vastas áreas a baixo preço, comumente instalam-se áreas um pouco afastada do núcleo urbano, mas quase sempre em uma distância considerável que tenha os consumidores e a mão de obra por perto a fim de diminuir os gastos com transporte. A presença desses empreendimentos em dada área requer a implantação de infraestruturas básicas (estradas de rodagem, energia elétrica, abastecimento de água etc.), que por consequência acaba por proporcionar a valorização da mesma, em referência as terras adjacentes. Soma-se a isso, a ausência da disponibilidade de terras urbanas baratas ou destinada à construção de moradias populares nas áreas centrais (ou próximas a elas), que sofrem cada vez mais com a especulação provocada pelos promotores imobiliários, que estocam bens imóveis e/ou produzem habitações cada vez mais caras -- criando e reforçando a segregação residencial nas cidades. Ou simplesmente, retem essas terras a fim de aumentar o seu valor de troca. Essas circunstancias atuam para que pouco a pouco as populações mais pobres e/ou grande

parte dos trabalhadores, impossibilitados de pagar para utilizarem aquele espaço urbano, desloquem para as periferias do núcleo urbano, por vezes, em áreas adjacentes a essas fábricas. A respeito disso, Sposito (2015) tem destacado que os interesses fundiários e imobiliários, sobretudo, atualmente, têm sido em grande medida os principais atuantes na orientação do espraiamento dos tecidos urbanos. São os proprietários de terra e os promotores imobiliários um grupo que exerce grande influência e de definição das realizações orçamentárias municipais, conforme afirma Maricato (1999), uma vez que, a valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias é o motor que movimenta e orienta a localização dos investimentos públicos especialmente na área de transportes (MARICATO, 1999). Isto é, em grande medida esses investimentos públicos orientam-se a promover a valorização dessas propriedades, ora propiciando-lhes condições de desenvolver (mediante a construção de vias, energia elétrica, iluminação), ora agregando-lhes valor por estarem elas servidas de infraestrutura básica e serviços urbanos.

Os grupos sociais excluído, despossuídos de terras, acesso e/ou condições para o pagamento de uma habitação, encontram-se relegados à margem desses núcleos urbanos. Por consequência, esses grupos de indivíduos apoderam-se de terrenos públicos ou privados, erguendo sobre essas terras, favelas. Ao passo que ao fazerem, modelam e produzem seu próprio espaço, imprimindo notáveis transformações na cidade. Modificando a paisagem, e dando-lhe outras configurações, que segundo Corrêa (1995), só a partir de então, tornariam, esses grupos sociais excluídos, um agente de produção do espaço. Estas ocupações não “formais” com o decorrer do tempo vão apresentado uma progressiva urbanização. Conjuntamente com a ação do Estado, que por motivos diversos, passam a realizar investimentos para a promoção da urbanização nesses espaços. Aos poucos essas ocupações/favelas vão se tornando bairros ditos “populares”, de modo que consolidam-se em tamanha proporção territorial que provocam notáveis transformações na configuração do tecido da cidade (CORRÊA, 1995). Os exemplos são vários pelos país, a citar o caso da Candolândia, em Santo Amaro na Bahia. Bairro que surge inicialmente como fruto de uma ocupação em terras particulares.

O Estado, como o detentor de um conjunto de instrumentos que pode empregar, afirma Corrêa (1995), exerce múltiplos papéis na produção do espaço, pois à ele cabe o direito de desapropriação de terras ou imóveis, em caso deste não estiver

cumprindo a sua função social (previsto em lei); regulamentar do uso do solo através do poder municipal ao lançarem planos diretores conformes as necessidades, características e demandas de cada local; estabelecer limite de preços das terras; aplicar impostos fundiários e imobiliários, taxar terrenos livres e/ou imóveis abandonados. Inclusive, é o Estado, por meio dos governos municipais e estaduais, quem político-administrativamente definirá as áreas em urbanas e rurais, segundo as demandas e interesses política e sociais de um dado território. Por meio do Estado, são disponibilizados os créditos a habitação e os investimentos públicos na produção do espaço (ex.: implantação de infraestruturas e serviços urbanos), entre outros. Neste sentido, Maricato (2011) ressalta o impacto que estas intervenções tem sobre o processo de urbanização de uma dada área ao afirmar que as obras realizadas nela, determinará muitos mais o processo de urbanização que ocorrerá, do que leis e Planos Diretores, uma vez que, na pratica o que ocorre em grande medida são planos sem obras e obras sem planos. Inúmero são os planejamento e diretrizes fixadas somente no papel e de surgimento e crescimento de ocupações sem gerenciamento algum.

Assim, ainda segundo Corrêa (2019) pode-se assim afirmar que os processos sociais e agentes sociais são, portanto, inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.

3.3 MANCHA URBANA: FORMA E CRESCIMENTO

O estudo do crescimento urbano tem atraído as atenções de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento científico por tratar-se de um evento de múltiplas e complexas causas e abrangências de seus efeitos, assim como por sua constante modificações e impactos sobre a vida humana, sobretudo, nas últimas décadas, dado a crescente urbanização mundial. Seu contexto abrange meios sociais, econômicos, políticos, históricos, do local ao global e vice versa.

Ao analisar a forma de expansão urbana no Brasil, as autoras Chatel e Sposito (2015), afirmam que uma escala geográfica grande, de país, as cidades brasileiras podem ser vistas, comparativamente, bastante compactas, ao mesmo tempo em que expansão territorial desses núcleos urbanos não é grande, concentrando em sua maioria, na costa litorânea do país. Porém, ainda que assim estejam concentradas, não implica em dizer não esteja havendo nelas um processo expansão. Há de se fazer

necessário uma análise do processo de expansão do tecido urbano, afirmam as citadas autoras, considerando as especificidades da formação socioeconômica (no caso do Brasil dos colonizadores, em 1500, inicialmente mercantil depois industrial e etc.).

Como em qualquer outra situação, o processo das transformações urbana com os seus acréscimos e decréscimo, pode-se aplicar os termos causa e efeito, derivado de diferentes processos, síncronos ou não. A exemplo dos diferentes processos na causa e efeito, é possível citar o que apontam diversos autores, dentre eles Harvey (1990), Castells (2014), Carlos (1994), que no plano econômico, afirmam, ser o crescimento urbano uma faceta do modo de produção capitalista, uma vez que o espaço resulta das relações sociais espaço urbano dentro do modo de produção operante (a citar o modo como se deu as primeiras ocupações nas terras brasileiras, as quais, atrelada aos interesses mercantis).

A palavra “transformação”, oriunda do latim “*transformare*”, traz em sua significação o entendimento do ato de mudar a forma, o aspecto de algo, mutação. Trazendo em sua constituição, três junções que aqui pode ser apreendida: “Trans” (mudança); “forma” (aspecto visual de algo) e “ação” (ato, efeito) (PEGORARO, 2015). Nesse sentido, apreende-se aqui pelo entendimento de transformação urbana como sendo o resultado das ações que causaram a modificação da forma urbana no decorrer do tempo, que as reestruturaram. Em conformidade ao que os autores Panerai (2006), Rigatti (2002), Japiassú e Lins (2014) apresentam a respeito do crescimento de uma aglomeração urbana, no qual, segundo os citados autores, estabelecem-se por um processo de extensão e adensamento (expansivo ou intenso; externo ou interno) desse aglomerado urbano.

Assim, o crescimento urbano pode apresentar diferentes configurações. Podendo ele, apresentar-se por meio de uma expansão da forma urbana, ou ainda pela transformação da mesma a partir de seu adensamento, isto é, sem necessariamente adicionar-lhe novos espaços ao já existente, sem alongamentos da forma. Este segundo meio, resultante do aumento de áreas construídas na mancha urbana pode ser consequência direta ou não do aumento da população nestas áreas (dada pelo crescimento da população urbana). Há de se destacar, que embora assim as distingue na análise, estas não ocorrem necessariamente de maneira isolada,

ocorrendo quase sempre simultaneamente em uma mesma porção do espaço analisado.

A forma, comumente entendida como o aspecto exterior, refere-se à aparência que determinado elemento nos apresenta em uma leitura visual que apreendemos dele, podendo encontrar-se estático ou em contínua transformação. A respeito da forma espacial explicitam os autores, Macedo, Queiroga et al (2012) que a mesma é entendida como resultado e fator social, uma vez que é ela proveniente do trabalho dos seres humanos organizados em sociedade. Podendo apresentar-se como um edifício, uma rua, um bairro, cidade, conjunto de cidade, entre outros (MACEDO, Silvio S.; QUEIROGA, Eugenio F.; CAMPOS, Ana C. M. A. et al, 2012).

A forma urbana, dirá Carlo Aymonino (1966 *apud* PANERAI, 2006), encontra-se em um processo contínuo e, portanto, ainda que se faça possível descrevê-la ou caracteriza-la em determinado período, o melhor entendimento a respeito deste virá se considerado na análise, períodos anteriores que condicionaram seu desenvolvimento e que assim, lhe deram forma (Aymonino, 1966, *apud* PANERAI, 2006)¹¹. Neste mesmo sentido Hepner (2010) dirá que:

A forma das cidades está em constante mutação. Nenhuma cidade possui uma forma única e permanente, pois a todo momento novos edifícios estão sendo erguidos e outros estão sendo adaptados para abrigar novas funções; ou ainda, quando obsoletos ou indesejáveis, são derrubados para dar lugar a novas atividades e novas formas. (HEPNER, 2010, p.23)

Deste modo, faz-se entender a forma urbana da cidade como um formato que comumente (ou sempre) varia conforme o período analisado. Apresentando diferentes configurações físicas nos diferentes tempos. Por meio das ações dos agentes sociais de produção do espaço urbano usualmente a modificam, interna-externamente, ora mais, ora menos, constante ou espaçadamente, em diferentes níveis que varia desde a tipologia das cidades (pequena, média, grande) ao grau das relações, das dinâmicas econômicas e sociais existentes nas mesmas. São, portanto, as formas estabelecidas, um resultado de legislações aplicadas aos agentes ou ainda, decorrentes da atuação informal destes grupos (MACEDO, Silvio S.; QUEIROGA, Eugenio F. et al, 2012). Entretanto, como enfatiza Hepner (2010), é preciso destacar que a forma urbana não,

¹¹ Descrito em “*La città di Padova, saggio di analisi urbana*, 1966”, citado e traduzido por Panerai em seu livro *análise urbana*.

se reduz à somente a aparência externa da soma de todos os objetos produzidos, mas é ela também uma realidade subjetiva, dotada de interpretações, valores e significados, resultado de uma concepção de um indivíduo ou grupo, isto é, socialmente produzida (HEPNER, 2010). Sendo assim, resultado da ação dos diversos agentes sociais, carregando consigo diversas finalidades, revelando ideias, anseios e concepções daquela sociedade que o produziu.

Assim a forma do espaço urbano, no seu sentido mais amplo, comumente é entendida como sendo o composto de diferentes elementos dos quais, edificações contínuas, placas, sinalizas, ruas, postes, árvores, áreas de lazer (ex.: praças, parques), serviço de saúde e educação, entre outros. O conjunto disso tudo, disposto espacialmente em determinado sítio, em um entendimento, pode ser atribuída como sendo aquilo que configura a cidade. A forma, como a materialização dessas relações sociais existente entre os diferentes agentes sociais do espaço, em uma interpretação mais abrangente, que desloca a noção de forma a partir dos elementos construídos para a escala da cidade, faz-se pelo conjunto dessas edificações/áreas construídas, a mancha urbana da cidade. Isto é, a mancha urbana é, portanto, a área ocupada pelas construções (ou seja, as áreas construídas) dentro do perímetro da urbanização, contendo um conjunto de tecidos urbanos e sistemas de espaços livre particulares que carregam consigo características semelhantes (MACEDO, Silvio S.; QUEIROGA, Eugenio F.; CAMPOS, Ana C. M. A. et al, 2012) que em uma dada escala de visualização formam o corpo daquela cidade, define a estrutura espacial daquele aglomerado urbano.

As manchas urbanas podem apresentar-se em quatro modelos, das quais: i) Compacta (mancha contínua no território); ii) Linear (conformada por barreiras, dos quais serras, vales etc., em torno de uma via, curso d'água), este ainda é caracterizado por uma ocupação íntima relação com o terreno, rodeando obstáculos e deixando vazios; iii) Geométrica (planejada; regularidade na ocupação) e por último, iv) mancha de configuração mista, como o próprio nome diz, constitui-se a partir de uma mistura de todas as outras, sendo este o tipo mais comum (MACEDO, Silvio S.; QUEIROGA, Eugenio F.; CAMPOS, Ana C. M. A. et al, 2012; PEGORARO, 2015).

3.3.1 Crescimento da mancha urbana

Do ponto de vista espacial é possível considerar o crescimento urbano como sendo o processo no qual ocorre uma ampliação da área urbana existente (ou, uma expansão urbana). Segundo Rigatti (2002), esse crescimento poderá se dar de duas maneiras, a denominar-se: crescimento urbano por extensão e por intensificação (ou adensamento), ou ainda, extensivo ou intensivo, interno ou periférico. De todo modo, esse crescimento por extensão ou adensamento (ou, extensivo ou intensivo) pode encontrar-se diretamente influenciado pela dinâmica de alternância entre períodos de estabilidade e bruscas mutações, pujança e decadência (PANERAI, 2006).

O crescimento por densificação ou intensivo/interno, caracteriza-se pela densificação da área, isto é, uma intensificação do uso e ocupação do solo, aumentando a presença de espaços construídos e uma intensificação na ocupação destes espaços. Esse crescimento territorial interno (ou intensivo) é marcado pelas construções em áreas outrora não edificada no interior da malha urbana, manifestando-se comumente pelo gradual preenchimento das reservas fundiárias nestas áreas e não havendo, portanto, qualquer incorporação de novos espaços ao tecido urbano preexistente (conjunto de camadas que combinadas configuram o desenho da cidade). O modo extensivo (ou periférico, horizontal), consiste em um crescimento pela expansão do tecido urbano, desenvolvendo-se pela conversão de terras de uso ainda não-urbano para o uso urbano, tendo por característica principal o crescimento horizontal, a partir do espraiamento da urbanização. A incorporação de novas áreas pode se dar de duas maneiras, ora por intermédio de uma legislação, ora por meio da ocupação “espontânea” -- mediante a necessidades da população que se coloca naquele lugar. Na inserção de terras por meio da lei, o poder municipal adiciona novas porções de terra ao perímetro urbano e ao fazê-las tornam-se, portanto, terras urbanas. Aplicando o chamado parcelamento do solo urbano, essas terras são parceladas em um ou mais lote, observados sob a forma de loteamentos, conjuntos habitacionais, condomínios etc. (RIGOTTI, 2002). A exemplo deste crescimento extensivo tem-se a construção de conjuntos habitacionais nas áreas periféricas por intermédio do poder público. O baixo custo destas terras age como principal fator para que haja a implantação desses empreendimentos nas franjas da mancha. Mas essa extensão pode se dar ainda de outra maneira, a qual, por meio do processo de apropriação dessas terras mediante a ocupação e construção, em ações

denominadas de irregulares, informais ou ainda de crescimento espontâneo. A incorporação de novas terras urbanas, posterior a ocupação informal dessas terras, é decorrente da ausência da possibilidade de acesso à lotes de terras urbanas ou habitações em áreas centrais da cidade (efeito advindo da especulação imobiliária) que por resultado, se tem a procura por terras nas áreas adjacentes. Estas novas construções vão se configurando junto a malha urbana preexistente, e com o tempo por diferentes interesses são integradas formalmente pelo poder público, constituindo-se bairros ou parte deles, semelhante ao que ocorreu nos bairros da Candolândia e Invasão Nova Santo Amaro, na cidade de Santo Amaro, Bahia.

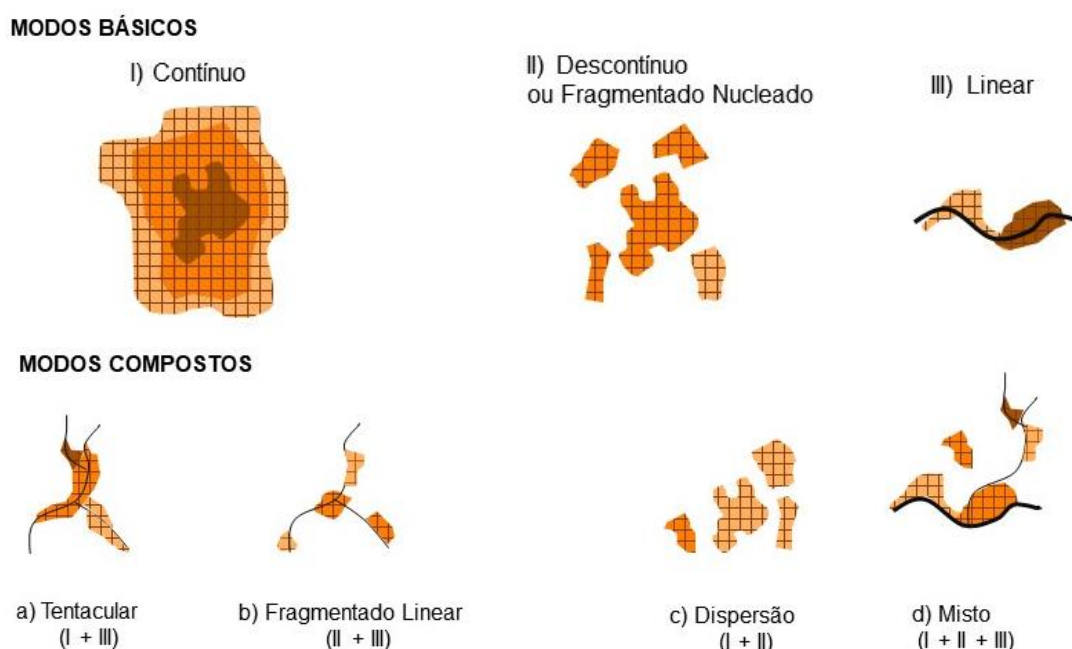
Ao contrário do crescimento territorial extensivo, o processo de densificação, manifesta pelo gradual preenchimento da terra urbana no interior de seu perímetro, tem como característica comum a ocorrência em uma troca e/ou intensificação do uso, ou ainda, pela fragmentação e/ou extensão de unidades residenciais. À exemplo disto, pode-se mencionar os casos em que casarões antigos são demolidos para dar lugar a duas ou mais novas edificações no mesmo lote. Ou ainda, os casos dos “puxadinhos”, no qual, diante do crescimento da família, amplia-se a edificação em área ou pavimento, construindo-lhe novos cômodos, estabelecimentos ou até mesmo outros domicílios. Tudo isso, sem adicionar-lhe qualquer outra porção de terra ao tecido preexistente, sem qualquer prolongamento da área construída.

Para as autoras Japiassú e Lins (2014), o crescimento extensivo pode apresentar-se em cinco modelos. São eles: i) por dispersão urbana (espraiamento da população e serviços em áreas adjacentes ao centro urbano); ii) por difusão (aglomerados exclusivamente residenciais ao redor do centro); iii) pela soma de novas áreas urbanas (adição de terras para o uso urbano); iv) tentacular (ocupação de terras em função do sistema viário) e v) por anéis concêntricos (crescimento radial em torno do centro urbano). Pegoraro (2015) por sua vez, considera que nessa mutação da mancha pela extensão da área manifestara-se em sete modelos, três básicos (contínuo, descontínuo e linear) e quatro composto: a) tentacular; b) fragmentado linear; c) dispersão e d) modo misto.

Considerando então as transformações da mancha exposta por Pegoraro (2015), teríamos no modo contínuo a apropriação sucessiva de áreas sem interrupção do tecido, caracterizado por um espraiamento da população e das atividades

descontínuas no espaço (ou fragmentado nucleado). Uma formação de outros núcleos, semelhante ao modelo de dispersão urbana apresentado pelas autoras Japiassú e Lins (2014). E o terceiro modo básico, o linear. Em que este, caracteriza pela estruturação ao longo de um eixo de circulação. Nos modos compostos, apresentado por Pegoraro (2015), teríamos: a) tentacular, a combinação dos básicos, contínuo e linear – tal como caracterizado por Japiassú e Lins; b) fragmentado linear (os modos fragmentados+linear); c) dispersão, combinação do básico contínuo e do fragmentado, e por último, d) modo misto, a combinação dos três básicos, conforme é possível verificar na figura 6.

Figura 8 – Modelos de transformação da mancha urbana



Fonte: adaptado de PEGORARO, 2015; MACEDO, Silvio S. et al, 2012.

Em relação ao modelo dos primeiros autores mencionado, PANERAI et al. (1993) os apresenta de maneira mais condensada, classificando o crescimento extensivo em contínuo ou descontínuo. O crescimento contínuo seria então caracterizado pelo prolongamento do tecido preexistente e o descontínuo, por um espaçamento da área urbanizada, descontínuo, entremeadas com áreas urbanas livres (destinados à especulação), podendo apresentar estreita relação com o sistema viário. Paralelos a eles ou em função deles, ao passo que o mesmo possibilita conexão ao tecido urbano preexistente. Ou ainda a posteriori, com a implantação de vias a conectar essas novas áreas (JAPIASSU, LINS, 2014; VILLAÇA, 2001). A respeito,

Villaça (2001) ressalta que sistemas de transportes apresentam forte influência não somente na expansão das aglomerações urbanas, assim como, apresentam-se atrelada relação no surgimento e configuração destes espaços urbanos. Os exemplos de cidades resultantes dessa relação sistema viário/meios de transporte são inúmeros. Tenha sido pela ampliação e ou consolidação das condições/implantações das vias hidroviárias, terrestre e/ou ferroviárias. A citar Santo Amaro que se consolida enquanto núcleo urbano em função das boas condições de navegabilidade do rio Subaé (no transporte de mercadorias e pessoas) em um período em que o transporte terrestre era precário.

3.4 OCUPAÇÃO URBANA, DINÂMICAS E ALTERAÇÕES

A cidade está constantemente se modificando, em configuração, em modo de ocupação. Novas porções de terras são incorporadas, outras, transformadas. A demanda por terra urbana está em continuo movimento, ora cresce, ora diminui de acordo com a direção das novas frentes imobiliárias que se formam. Esses espaços vão ganhando novas formas, tomando novas direções. As formas espaciais não possuem uma existência autônoma, uma vez que são elas produtos das condições materiais da sociedade relacionadas com as práticas cotidianas. O espaço urbano assim se constitui de relações distintas quanto ao uso e ocupação do solo urbano, produzindo uma ocupação desigual onde as melhores áreas da cidade são ocupadas pelas populações de maior renda, restando aos demais, as áreas desprezadas pelo mercado da terra urbana.

Assim como em praticamente todas as cidades do mundo, o solo urbano tornou-se um mercado específico, no qual, a terra urbana é uma mercadoria (CARDOSO, 2012). E uma mercadoria cada vez mais cara. Determinadas áreas apresentam-se mais cobiçadas que outras, principalmente, afirma Cardoso (2012), aquelas situadas nas áreas centrais das cidades que dispõe de uma gama de serviço e infraestrutura para a vida cidadina. Delas se beneficiam as pessoas economicamente privilegiadas, que detém de condições para pagar pelas melhores áreas. Neste contexto, tem assim no Brasil, um processo de urbanização caracterizado pela apropriação do mercado imobiliário sobre as melhores áreas, marcada por uma quase que completa ausência de áreas “urbanizadas” destinadas a construção de moradia popular (JORGE, 2011). É, sobretudo, por volta de 1980 que aqui no Brasil ocorre um

expressivo crescimento na demanda por habitação, como consequência do aumento da população urbana. As populações menos abastadas que aglomeravam nas áreas cobiçadas eram removidas, banidas, lançadas para áreas distantes¹², área até mesmo fora da cidade formal (CARDOSO, 2012). Não tendo como pagar pelo acesso à terra urbana, a moradia e diante da ausência de políticas públicas de habitação, estas pessoas ficavam relegadas, às margens da cidade formal. A grande massa de trabalhadoras e trabalhadores que deixavam o campo rumo a cidade (em função das transformações que ocorriam no campo), desprovida de recursos e/ou pouco remunerado, encontravam-se privados do direito de habitar na cidade, restando-lhes, erguer habitações improvisadas e aglomerar-se nas áreas desprezadas pelo mercado, muitas dessas, considerados impróprios ao assentamento. Com pouquíssima ou nenhuma infraestrutura urbana necessária para a construção, se encontravam (e ainda se encontra) em precárias condições de vida, carentes de condições básicas, sem energia, saneamento ou qualquer serviço urbano. Condições que frequentemente resultam em sérios problemas de saúde e ambiental.

As áreas desprezadas pelo mercado, não à toa, são em sua grande maioria áreas ambientalmente frágeis, como: mangues, margens de rios, encostas de morros, vales, entre outros. Terrenos muito acidentado que dificulta a instalação de infraestruturas. Estas condições contribuem para que quando erguidos assentamentos sobre elas, elevem o grau de vulnerabilidade promovendo o desencadeamento de problemas ambientais urbanos das mais diferentes ordens, tornando-as em áreas de risco à vida humana (JORGE, 2011).

A ocupação humana sobre a natureza no processo de urbanização, como um todo, tende a resultar em uma retirada da cobertura vegetal do espaço em questão, tornando-as quase sempre impermeáveis, escavando-as e produzindo sobrepeso a massa do terreno. Construções, aterramentos em áreas de mangues e dunas, degradação das áreas, resultam em perturbações diretas na dinâmica ambiental, hidrológica e morfológica do relevo, implicando em graves problemas ambientais e transtornos à população local. No entanto, é preciso salientar que diferente do

¹² Enquanto os grupos economicamente mais pobre são comumente forçosamente empurrados para essas áreas, carentes de equipamentos e serviços urbanos. Os grupos economicamente favorecidos dirigem-se por conta própria em busca pela melhor qualidade de vida, menos ruído, maiores lotes de terra a baixo custo. Como esse último grupo exerce maior influência sobre a destinação dos investimentos públicos estar distante do núcleo urbano não lhes é um problema.

discurso geral, comumente difundido, sobretudo, por parte das grandes mídias (difusora dessas ideias), estes impactos não são de exclusiva consequência ou um resultado específico das ações das populações economicamente menos favorecidas (os agentes excluídos). Torna-los com o principal e único culpado, omite os demais agentes e os principais fatores que produzem toda problemática ambiental urbana. Mascara a exclusão e a segregação imposta e operante na lógica de produção e do fazer a cidade, a qual, fundada e vigente em uma negação no direito à terra urbana e a moradia. São em princípio, esses grupos sociais excluídos, em grande medida, as principais vítimas dos problemas ambientais urbanos, uma vez que, são esses aglomerados periféricos da urbanização, na maioria das vezes descontínuos ao meio físico, com loteamentos justapostos em diferentes traçados desconsiderando a declividade e o sistema de drenagem, caracterizado pela remoção ou exposição inadequada do solo superficial, que acaba por potencializar as movimentações de terra. Somado a isso, se tem a ausência de recursos técnicos e ou uso de materiais inadequados usados na construção das habitações. Apresentando-se mais expostos aos riscos que aqueles indivíduos economicamente mais abastados.

4 A HISTÓRIA DE UM LUGAR CHAMADO SANTO AMARO

Conforme afirma Santos (1988), tudo que se manifesta no espaço processa-se em um dado tempo, as formas e os objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções sempre que a sociedade sofre uma mudança. Neste sentido, apresenta-se neste capítulo um panorama da Santo Amaro em alguns dos seus processos revelados no tempo-espaço.

4.1 A CIDADE DE SANTO AMARO ONTEM: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A origem do sítio urbano que hoje constitui a cidade de Santo Amaro data-se do início do século XVI, começando pela chegada dos primeiros europeus em uma reentrância de parte da costa litorânea brasileira no dia 1 de novembro de 1501. Ao grande mar interior (ou Kirimurê, como assim o denominava os povos nativos, tupinambás¹³) os navegantes portugueses passaram a denomina-la de Baía de Todos-os-Santos¹⁴, em homenagem a celebração católica comemorada no mesmo dia de chegada a esta porção do litoral brasileiro (ANDRADE, 2010). Passaram-se alguns tantos anos desde as primeiras ocupações dos colonizadores europeus até que houvesse a edificação da capital colonial, Salvador (1549 a 1763), no litoral sul da Baía de Todos-os-Santos. Por conseguinte, Tomé de Sousa é nomeado como governador geral. A partir de então promove-se a divisão e concessão das terras no sistema de sesmarias (instrumento medieval de propriedades de terras) e assim a constituição das capitanias hereditárias¹⁵.

A formação de Salvador enquanto capital colonial encontra-se intrinsecamente ligada ao processo formativo do que hoje compreende-se como o Recôncavo baiano. Com a construção da capital ocorreram profundas mudanças nas terras adjacentes, que

¹³ Tupinambá – povo indígena, pertencente ao tronco linguístico Tupi, aos quais habitavam em uma extensa faixa de terra da costa brasileira antes da chegada dos europeus. Atualmente destaca-se a presença dos Tupinambás de Olivença, localizados no sul do estado da Bahia (Brittanica Escola, 2021)

¹⁴ A Baía de Todos-os-Santos, conhecida também como BTS, é uma reentrância da costa do litoral brasileiro localizado nas adjacências da cidade Salvador, capital do estado da Bahia. Estado este, cujo o nome está relacionado ao citado acidente geográfico. Com uma área de 1.233 km², a BTS é segunda maior baía do Brasil.

¹⁵ As capitanias hereditárias operavam como uma forma de administração territorial portuguesa na colônia da América, em que a Coroa lusitana no intuito de ocupar, explorar terras brasileiras e evitar possíveis ataques, e perdas; concedia a posse das terras à comerciantes e nobres de Portugal, exigindo destes a exploração destas com recursos próprios e o pagamento obrigatório de taxas e tributos ao reino.

até então, configuravam-se cobertas por densas vegetações, bosques e manguezais contornando a baía de Todos-os-Santos. A constituição da sede colonial estabelece ainda o avanço da ocupação e implantação de latifúndios agrícolas pelas terras circunvizinhas (HATJE; ANDRADE, 2009). Adentrar ao continente e ocupar as terras tornou-se elementar no processo de consolidação, pela dominação da coroa portuguesa, sobre as novas terras no continente americano, até então resumidas a feitorias de pau-brasil.

A criação de uma indústria açucareira foi o interesse principal do governo sediado na Bahia desde o seu primeiro momento, segundo as diretrizes contidas no regimento trazido por Tomé de Sousa, o qual previa o estabelecimento e regulamentação desses engenhos (SCHWARTZ, 1988). Deste modo, com o objetivo de implantação do cultivo da cana-de-açúcar (primeira monocultura de exportação do Brasil), os portugueses, encontraram nas terras da região do Recôncavo, condições geográficas propícias que o permitiram instalar os engenhos (estabelecimento agroindustrial especializado em transformação da cana-de-açúcar) e desenvolver a cultura açucareira, conforme afirma Schwartz:

[...] a área do Recôncavo oferecia ótimas condições geográficas e climáticas para o cultivo da cana de açúcar. A região da Baía de Todos-os-Santos apresentava índices pluviométricos apropriados e solos excelentes, especialmente o negro e argiloso massapê, ao longo de toda a margem norte e oeste. A própria baía proporcionava condições de transporte e comunicação acessíveis e baratas para os engenhos litorâneos, e constituía-se em ancoradouro seguro para os navios que transportavam açúcar para a Europa. Tais vantagens foram devidamente apreciadas pela Coroa. (SCHWARTZ, 1988, p. 34).

As contínuas instalações de engenhos e ocupações território adentro promoveram vertiginosa supressão das matas primárias. As madeiras oriundas das árvores derrubadas pelo processo de ocupação eram utilizadas tanto nas construções dos assentamentos quanto utilizadas como combustível ao maquinário à vapor. À vista disso, em 1557, resultante das muitas concessões de terras às famílias portuguesas por meio das sesmarias¹⁶ (aparato utilizado para efetivar a ocupação da coroa portuguesa nas terras brasileiras), e do seguido avanço em direção às áreas interioranas do território, surge à margem do rio Traripe, nas proximidades do mar da Baía de Todos-os-Santos, os primeiros sinais de povoamento que dariam início ao

núcleo urbano que anos mais tarde viria ser a cidade de Santo Amaro (IBGE, 1958 p.294). Ali viveram os nativos e colonizadores por vários anos, construindo suas habitações, estabelecimentos, capelas e tirando do rio e do mar, peixes e crustáceos para sua subsistência, em ambiente social marcado por sucessivas guerrilhas travadas entre esses povos (IBGE, 1958).

Em 1591, os jesuítas¹⁷ que ali se instalaram anos antes, nas proximidades do rio Traripe, em local denominado “Engenho do Conde de Linhares”, em terras que pertenciam a D. Filipa de Sá e D. Fernão de Noronha, ergueram uma igreja dedicada à Nossa Senhora da Purificação. Anos mais tarde, por volta de 1678, decidiu os membros da Companhia de Jesus por não mais permanecerem neste primeiro local, dando por início a primeira transferência da sede da Freguesia¹⁸ para a capela de Nossa Senhora do Rosário. O pequeno templo, situada à margem direita do rio Traripe, foi erguido por volta de meado do século XVI, em uma área denominada de “Pilar” (PEDREIRA, 1977). Conforme descreve Vianna (1893), encontrava-se no local uma vasta cobertura de frondosas matas, as quais, “a mão europeia” ainda não havia chegado.

Atualmente tida como o marco zero de fundação de Santo Amaro da Bahia, as ruínas da pequena capela resistem ao tempo (figura 9), podendo se ver partes da edificação recuada a alguns metros, na margem direita da BR-420, no sentido de quem deixa a cidade de Santo Amaro rumo a rodovia federal 324 (via de ligação Salvador - Feira de Santana).

¹⁶Entre os favorecidos com as doações de sesmarias, o Major João Ferreira de Araújo (bisavô do político santoamarense, João Ferreira de Araújo Pinho, 12º governador do estado da Bahia) e os membros da família Dias Adorno (relacionado com a família do Diogo Alves Correia, o Caramuru) os quais tinham sob seu domínio as terras que mais tarde viriam integrar a cidade de Santo Amaro (IBGE, 2011; IPHAN, 1958)

¹⁷Conforme aponta, Magalhães (2015), os religiosos contribuíram de maneira intensa para o processo de ocupação das terras que viria a constituir anos mais tarde o território brasileiro. A princípio por meio das missões

¹⁸As freguesias, depois de fundadas, precisavam ir demarcando seu território à medida que surgissem freguesias confinantes, já o território onde viviam os fiéis que frequentavam a capela não era delimitado fisicamente. (DERNTL, 2010, p.66).

Figura 9 – Marco zero de fundação, Capela do Rosário, Santo Amaro – Bahia



Fonte: SECULT/BA [20--]; o autor (2021).

No século XVI até meados do século XVII, haviam no Brasil um pequeno número de cidades, contabilizando nesse período pouco mais de 18 em todo território. Em sua maioria, tendo muito mais um caráter político-administrativo, militar-defensivo (a ex.: da capital, Salvador), ou mesmo, portando-se como um ponto de recepção e escoamento de mercadorias (SPOSITO, 1997, p. 40). A respeito dessa expansão de caráter político e militar realizada pelos portugueses sobre as terras do Recôncavo, e do crescimento da indústria açucareira, que seguiu pelos séculos seguintes de colonização das terras brasileiras, enfatiza Schwartz (1988) que tal ocupação realizou-se em detrimento dos povos indígenas habitantes da região. Não foi um processo pacífico, nem espontâneo, houve conflito, disputa pela propriedade das terras, muito derramamento de sangue, sobretudo dos povos originários que habitavam as terras brasileiras antes da chegada dos europeus. Mais do que erguer vilas para ocupar as terras, as mesmas eram antes de tudo um símbolo de poder da coroa, marcando sua presença sobre aquela área.

Passando-se alguns anos, desde a mudança da sede freguesia para a pequena capela do Rosário, na localidade do Pilar, resolveu-se, mais uma vez, transferi-la. Dessa vez, alocando-a para a pequena igreja dedicada à Santo Amaro (ou São Mauro), situada a pouco mais de 2 km em linha reta, a jusante do rio. Por determinados motivos/interesses que se fundavam em argumentos que iam de estruturais à espirituais, resolveu-se lá fixar a sede da freguesia. Erguida pelos monges beneditinos na margem direita do rio Subaé, a igreja encontrava-se em um local, que conforme afirma Pedreira (1977, p. 32) já contava neste período, com “uma povoação e alguns vizinhos”. Área que hoje constitui parte central da atual cidade, encontrando-se entre os bairros do Centro e Trapiche de Baixo.

A sede da Freguesia sofreria mais adiante uma terceira e última mudança quanto a sua localização geográfica. Desta vez, transferida para uma área que se fez permanecer sendo ainda hoje, o local da igreja Matriz do atual povoamento. As obras de construção do edifício matriz iniciaram-se por volta de 1706, e somente a partir da década de 20 do mesmo século foi então inaugurado, sob a denominação de Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, em homenagem a santa, que viria ser a partir de então, padroeira da cidade juntamente ao Santo Amaro (também padroeiro desse povoamento). O edifício, de arquitetura exuberante, foi erguido em um local na confluência dos rios Sergimirim e Subaé, sob um terreno à aproximadamente 150 metros da margem deste segundo, situado ao centro da atual avenida Viana Bandeira, dividindo-a em dois sentidos. O prédio por sua pompa perante as demais construções, destacava-se, e ainda hoje destaca-se na paisagem da cidade. Formada por grandes torres na lateral, da nave central, a igreja caracteriza-se, do ponto de vista arquitetônico, pelo caráter misto, típica do século XVIII, uma vez que a mesma foi sendo adaptada aos modismos de cada época, perceptível em diversos pontos da cidade (IPHAN, 2014). A escolha da mencionada área para abrigar um dos principais edifícios do aglomerado, forneceu condições favoráveis para o processo de ocupação e consolidação do núcleo urbano, uma vez que a estrutura foi construída em uma porção menos acidentada do terreno, de extensa faixa de terra levemente aplainada, situadas as margens de dois dos principais cursos d'água destas terras, bem como a área está localizada a poucos quilômetros da Baía de Todos-os-Santos. Mas não somente, o assentamento encontra-se ainda circundado por morros que, neste período, lhe garantia a proteção de possíveis ataques ao povoado.

Constituía-se assim a então vila de Santo Amaro da Purificação. Centralizada em meio a freguesia, em terra mais ao interior do continente que a sede São Francisco do Conde, e apresentando boas condições fluviais (em grande medida pelo canal do Subaé), surgia como um lugar estratégico para o transporte dos produtos produzidos na região (açúcar, tabaco, farinha entre outros) e pessoas, em contínuo fluxo de transporte com a capital (OLIVEIRA, 2014). Nesse período, Santo Amaro despontava-se na província por sua dinâmica econômica e comercial, favorecidas por sua localização – em rota estratégica de interesse econômico na época – e condições geográficas, que consistiam na presença de solo propício ao cultivo da cana-de-açúcar e notável condição hídrica, principalmente no trecho do baixo curso do rio

Subaé. Estas condições geográficas e o destaque econômico que o povoamento vinha apresentando, resultou por parte dos moradores, na abertura de um requerimento ao rei, solicitando a elevação do povoado à condição de vila, de modo a não mais ter de depender buscar recursos na Vila de São Francisco do Conde – povoamento, ao qual, Santo Amaro encontrava-se dependente administrativamente. O pedido de desmembramento requerido efetivou-se somente em 05 de janeiro de 1727, quase dois anos após o pedido. Elevada da condição de freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro – em homenagem aos dois padroeiros --, a mais nova vila¹⁹ brasileira obtinha a partir de então sua autonomia político-administrativa. Imediatamente a elevação do status do assentamento, oficiais santamarenses pediram recursos para erguer o prédio da Casa de Câmara e Cadeia, uma vez que este era tido como um dos principais atributos estruturais que compunham uma vila. Em terreno defronte a igreja Matriz, local estratégico para consolidação do mais novo vilarejo que se constituía, a construção do edifício (que hoje abriga a prefeitura municipal) durou longos anos, tendo o término das obras quarenta anos após a promulgação da emancipação. O recém criado território da vila Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro constituía-se a partir de então das seguintes freguesias: Freguesia de Nossa Senhora da Purificação, São Domingos de Saubara, Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos, e São Pedro de Traripe e Rio Fundo (PEDREIRA, 1977).

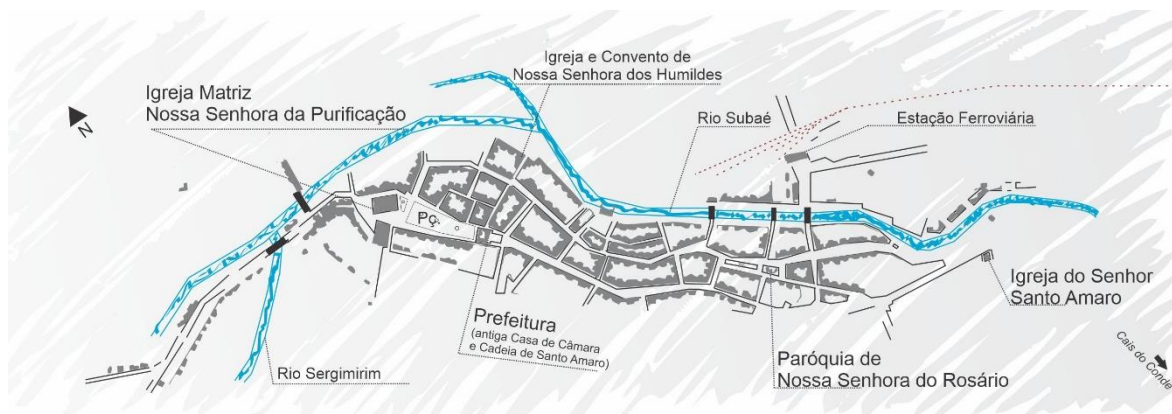
Em 13 de março de 1837, cento e dez anos após sua emancipação político-administrativa da vila de São Francisco do Conde, por meio da Lei Provincial de nº 43, Santo Amaro é elevada então à categoria de cidade²⁰ (IBGE, 1958). Apresentando a seguinte divisão político-administrativo: Santo Amaro (sede administrativa), Bom Jardim, Rosário de Santo Amaro, Lustosa e Saubara (IBGE, 1958) (ver figura 10).

¹⁹ Elevar uma freguesia a condição de Vila neste período era equivalente ao que hoje entendemos como fazer desse povoamento um município. Isto é, outorgando-lhe autonomia político-administrativa para reger seu território.

²⁰ Conforme aponta as autoras Paula e Almeida (2016), “observa-se que, à medida que o cenário econômico de um local se modificava, atrelado ainda a questões políticas, fazia-se necessário alterar a unidade terminológica com que este lugar era nomeado e reconhecido. O que conseqüentemente, se associava a mudanças de suas funções administrativas” (PAULA; ALMEIDA, 2016, p.116).

na porção ao sul do assentamento, a denominada igreja do Rosário. Seguindo mais abaixo do Rosário era possível encontrar também o modesto edifício do Teatro e a igreja do Senhor Santo Amaro, a mais antiga dentre elas (VIANNA, 1893). Vianna (1893) descreve ainda que neste período a cidade já contava com grande número de alambiques e fundições.

Figura 11 – Croqui da cidade de Santo Amaro, Bahia – 1893



Nota: Modelo gerado a partir da descrição de Viana em 1893, juntamente com a adaptação da planta da cidade apresentada segundo o decreto de 1938 em escala original de 1:10.000. Elaboração: o autor (2021).

Conforme observado no esboço exibido na figura 11, é possível entender que a cidade nesse período se resumia quase que completamente a margem direita do Subaé. Nela, se encontravam os principais edifícios e as casas e casarões de seus moradores na época. Em sua extensão era quase toda atravessada por bondes puxados por tração animal (implementado desde 1874) fazendo a principal ligação entre o centro da cidade e o Conde (VIANNA, 1893). Deste lugar, partiam as embarcações a vapor a navegar pela Baía de Todos-os-Santos (VIANNA, 1893). Responsável pelo serviço regular dos bondes com tração animal, a empresa Trilhos Urbanos, com base no projeto apresentado à época, percorria um total estimado de 41,2 km. Sua rota ia desde o Cais do Conde (na porção ao sul da cidade) até a rua Barão de Sergi (na altura da ponte do Sacramento), seguindo mais adiante até o Engenho Subaé (nas proximidades do que hoje encontra-se o povoado de Pedras, a noroeste da cidade).

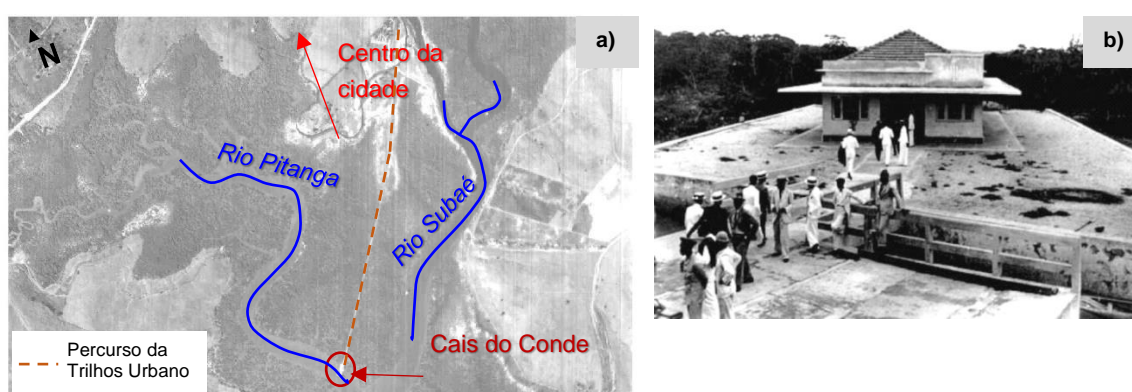
A viabilidade fluvial do Subaé proporcionou a construção do assentamento que daria origem a cidade de Santo Amaro, proporcionando que houvesse notável desenvolvimento comercial e populacional, visto que na época era possível a

circulação de saveiros e pequenas embarcações por alguns quilômetros continente adentro transportando mercadorias e pessoas entre a região do recôncavo e a capital. O tráfego de embarcações pelo percurso possibilitou/ocasionou a presença de cais comerciais ao longo do trecho que margeava o povoamento, a exemplo do mercado municipal, localizado na margem direita do rio, na altura do Convento dos Humildes (disponível na figura 11). Seu leito, de característica sinuosa, sobretudo no trecho que atravessa a cidade, fazia-se à época a principal via de acesso à promissora vila baiana. Em um período que o transporte terrestre era bastante precário e com pouquíssimas estradas de rodagem, o transporte fluviomarinho fazia-se um dos principais e mais eficientes meios de transportes no país. As condições de alta pluviosidade e presença dos solos argilosos na região eram fatores de grande influência para esta propensão ao transporte aquaviário, uma vez que a soma destas condições (solo argiloso e períodos chuvosos) faziam, das poucas estradas de rodagem existente, terrenos altamente lamacentos e escorregadios, o que dificultava em grande maneira o deslocamento. O transporte sobre águas, em Santo Amaro, realizava-se até então, quase que predominantemente por pequenas embarcações fluviomarinhas. A esse respeito, descrevendo sobre a variação da largura entre uma margem e outra do rio Subaé, Vianna (1893) afirmava que na altura do Calolé (situado à montante do rio) o curso d'água estreitava-se consideravelmente. O diretor do arquivo público da Bahia relatava ainda em seu texto sobre episódios recorrente de obstruções nesta parte do rio, atrelando a situação a sinuosidade existente no trecho do curso d'água que, deste modo, provocava acúmulos de sedimentos. Nos períodos de chuvas torrenciais na cidade, dada as suas características, ocorriam recorrentes episódios de enchentes nesse trecho (VIANNA, 1893)

Em 31 de maio de 1847, promulgava-se a Lei Provincial nº 285/47, período que marca a saída das primeiras embarcações a vapor fazendo a rota Santo Amaro-Salvador, pela companhia aquaviária Bonfim (denominada depois de Companhia Baiana). Em um local denominado Conde, a aproximadamente 2 quilômetros abaixo do centro da cidade, a jusante do rio Subaé fora construído um cais de mesmo nome (ver figura 12), no qual, segundo Vianna (1893), pelo fato das embarcações, sobretudo as de grande porte, não mais poderem subir, como antigamente faziam, a montante do rio (VIANNA, 1893). A esta situação, como mencionado no parágrafo anterior, atribui-se as obstruções presente, resultante do acúmulo de sedimentos provocados

pelas cheias (VIANNA, 1893). A figura 12, apresenta por meio da fotografia aérea de 1959 (figura a), de maneira nítida, parte do caminho descrito, percurso que partia do porto do Conde (ao sul) seguindo em direção ao centro da cidade, exatamente como descrito por Vianna sessenta e seis anos antes da captura. Na figura b) a fotografia datada por volta da primeira metade do século XX e de autoria desconhecida, exhibe algumas pessoas transitando entre a embarcação (onde se encontra o fotografo) e o edifício presente no cais.

Figura 12 – Localização e percurso entre o Porto do Conde e o centro da cidade de Santo Amaro, Bahia



Fonte: CBPM, 1959; SANTANA, 2016.

Por volta de 1883, Santo Amaro despontara como sendo uma das poucas áreas brasileiras a possuir uma linha ferroviária. Composta por uma estrada de ferro de 36 km, inicialmente implementada para atender aos engenhos e posteriormente as usinas de açúcar (DIAS, 2015), partia da Estação Santo Amaro – situada a margem esquerda do rio Subaé (ver figura 11) -- em direção ao então povoado de Jacú, no atual distrito do município de Terra Nova. A era ferroviária iniciada na segunda metade do século XIX, afirma Santos (1959), desempenhou um papel decisivo no processo de produção do espaço urbano do Recôncavo. Tendo sido Santo Amaro, o primeiro dos antigos portos, a ter sua ferrovia ligada a capital do estado, Salvador (SANTOS, 1959). A construção da ferrovia desempenhou um importante papel na evolução urbana da cidade de Santo Amaro, uma vez que esta era um dos principais e mais rápidos e eficientes meios de transporte terrestre neste período. Ter em seu sítio urbano uma estação, fez, e também reforçou, Santo Amaro ocupar um lugar importante no contexto regional.

O transporte rodoviário, por sua vez, conforme aponta Pedreira (1977), tem seus primeiros registros em Santo Amaro por volta da segunda metade do século XIX, tendo como ano inicial, 1851. Dispondo da antiga estrada Santo Amaro - Tanque de Senzala que partia da sede sentido à vila de Campinhos e, posteriormente, unindo-se com a estrada Salvador-Feira de Santana (a via à qual, anos mais tarde daria origem a rodovia federal 324). No entanto, ainda que haja registro décadas antes, as primeiras empresas de transporte rodoviário só viriam realizar suas primeiras atividades no município somente no primeiro quartil do século XX (PEDREIRA, 1977).

A primeira metade do século XIX marcou na história santamarense como sendo um período de grande destaque e pujança social, e econômica. De modo que, ao tratar dele, há de se destacar o relevante papel de Santo Amaro nas lutas pelo movimento de independência do Brasil em relação ao reino de Portugal. Santo Amaro tornou-se, na ocasião, uma das primeiras cidades baianas a reconhecer o rompimento com o reino português e a declarar D. Pedro I como regente constitucional do Brasil. A esta iniciativa aderiram outras cidades baianas, dentre elas Cachoeira (a mais importante neste processo). O ocorrido, que se iniciara por volta do ano de 1822, na Bahia teria seu desfecho no simbólico 2 de julho de 1823 (SILVA; LIMA, 2020). É a partir deste feito e participação, dado as muitas colaborações prestadas nesse processo para a independência do país, que a denominaram, em 1837, como sendo a “Leal cidade de Santo Amaro”. Anos mais tarde recebendo o então o título de cidade “Leal e Benemérita”.

Santo Amaro consolidou-se na história do Recôncavo baiano, e deste modo, da Bahia como um todo, como parte constituinte de significativa importância da economia regional, através da produção e exportação da cana-de-açúcar. Tendo sido o principal porto açucareiro do Recôncavo e importante agrupamento na formação territorial baiana até meados do século XIX (PAIM, 1994; ALFREDO, 2019). O núcleo urbano santamarense consagrava-se enquanto ponto de conexão entre os demais espaços do Recôncavo e a capital da colônia (Salvador), sendo ela a primeira, e um dos mais importantes locais da rede urbana regional (ALFREDO, 2019). Segundo Santos (2009), antes do restante do território, foram o “Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste” quem primeiro ensaiaram um então notável processo de urbanização, comandada por Salvador. Para o citado autor, exímio era a urbanização que se fazia, que para o mesmo pode se dizer que de Salvador comandou-se primeira

rede urbana das Américas, juntamente com Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré. Promissores centros de culturas comerciais localizados no estuário dos rios do Recôncavo (SANTOS, 2009). Na cidade de Santo Amaro havia uma movimentação local em função das pequenas atividades comerciais exercidas ali, às margens do Subaé. Nela, encontravam-se feiras livres onde se comercializavam mercadorias vindas, por meio de saveiros, vindos da capital e demais partes do Recôncavo a comercializar mercadorias. Entre o final dos séculos XIX e início do XX a cidade de Santo Amaro, conforme descreve Pedreira (1977), comportava uma infraestrutura de centro urbano considerável à época, a qual, composta pela presença de hotéis, gazetas, iluminação pública, pontes sobre o rio Subaé e o Sergimirm; médicos, farmácias, açougues, agência dos correios, quatro escolas e dois cemitérios bem situados (PEDREIRA, 1977).

4.1.2 A dinâmica econômica na configuração do espaço: do declínio açucareiro à chegada da Petrobras ao Recôncavo

A formação das aglomerações e povoamento nas terras adjacentes da Baía de Todos-os-Santos (área na qual, encontra-se inserida a Santo Amaro), conforme explica Brito (2008), configurou-se entorno da produção açucareira, incluindo a este processo: canaviais, engenhos, usinas, extração de madeiras destinados à combustível, além de áreas destinadas ao cultivo de alimentos e criação de animais (BRITO, 2008). Não à toa do século XVI até meados do século XX esteve a economia santamarense fundamentalmente vinculada à este cultivo, de tal modo que a elevação da Santo Amaro enquanto cidade, teria dentre outros fatores, resultado do encontro de alguns elementos, considerados como a tríade colonial: o solo, favorável para cultivo da matéria base da economia na época; a capacidade de transformação, neste caso em específico, da cana, por meio dos engenhos; e pela presença das oligarquias econômica e religiosa, que em função destes dois outros fatores criaram significativo interesse em apropriar-se dessas terras²¹ (ALFREDO, 2019).

²¹ "...a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior" (Santos, p.22, 2009).

Santos (1959) descreve que no período colonial, os engenhos exerciam na zona açucareira do Recôncavo o papel de povoados, tendo em vista que a presença dos mesmos atraía uma numerosa população. O autor ainda ressalta que eses empreendimentos coloniais, assim o eram, porque requeriam de um elevado contingente de pessoas para atender o processo de fabricação do açúcar, fora as profissões correlatas ou subsidiárias (SANTOS, 1959). Não por acaso, neste período, o açúcar, conforme apresenta Galeano (2020), ficou também conhecido como “ouro branco”, em função do tamanho valor econômico que possuía. Os canaviais multiplicavam-se pelo litoral úmido e quente do nordeste brasileiro. As condições geográficas como a grande fertilidade do solo (bastante rica em húmus e sais minerais), regadas pelas chuvas, em uma extensa área coberta de matas que se estendia do Ceará à Bahia (GALEANO, 2020). A medida em que se abriam as terras para implantação dos canaviais, devastavam-se gradualmente toda essa cobertura vegetal (Idem, 2020). Souza (1943) expõe que ao final do século XVI contabilizavam-se cerca de duas mil famílias portuguesas vivendo no Recôncavo e mais de quarenta engenhos distribuídos. No século seguinte, já por volta de meados de XVII, o Brasil obtinha a posição de maior produtor mundial de açúcar²².

A expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro, em 1654, provocou o início a concorrência externa ao açúcar brasileiro, através da produção açucareira nas colônias nas Antilhas (MACHADO, 2003). Anos mais tarde, por volta da primeira metade do século XIX, a economia açucareira é novamente abalada pela entrada do açúcar derivado da beterraba ao mercado, o qual, tinha como produtor a Europa – outrora, um grande mercado consumidor do açúcar brasileiro. Brito (2008) descreve que por volta do segundo quartil do séc. XIX, os engenhos de açúcar caminhavam para uma posição de cada vez menos importância na atividade açucareira, de tal modo que ao início do século XX, grande parte das terras pertencentes aos engenhos fora adquirida pelos proprietários de usinas de açúcar (BRITO, 2008). As sucessivas crises, que atingiram o ciclo da economia da cana-de-açúcar no exterior colaboraram para o processo de decadência da atividade açucareira no Recôncavo baiano e na

²² Eduardo Galeano nos aponta ainda a relação do plantio da cana-de-açúcar com o mercado de escravos, assinalando que, a medida em que o Brasil tornara-se o maior produtor de açúcar, convertia-se simultaneamente no principal mercado de escravos. Expõe ainda o citado autor, “a mão de obra indígena, muito escassa, extinguiu rapidamente nos trabalhos forçados, e o açúcar exigia grandes contingentes de mão de obra para limpar e preparar a terra, plantar, colher” (GALEANO, 2020, p.89-90).

atividade econômica brasileira como um todo. Muito embora, de acordo com o citado autor, embora tenha contribuído para a decadência, não foram somente as crises fator determinante, mas como consequências delas, ocorreu um “recuo da área antes ocupada com a cultura de cana-de-açúcar, na diminuição do número de usinas e, por consequência, em grande escassez de açúcar no mercado regional” (BRITO, 2008, p.41).

A eclosão da Primeira Guerra Mundial no início do século XX (1914-1918) provocou grande caos e devastação na Europa, de modo que a produção do açúcar europeu foi assolada, acarretando em um aumento do preço do gênero açucareiro no mercado mundial. Este episódio, acabou por favorecer temporariamente o mercado do açúcar brasileiro no exterior, causando uma modesta recuperação da produção nacional. No entanto, esta pequena melhoria não lhe foi perene. Os anos pós-guerra²³, por sua vez, trouxeram sucessivas dificuldades econômicas. Soma-se, a essa decadência, outros fatores que foram corresponsáveis na mudança da relação hierárquica entre os núcleos urbanos dessa região açucareira e fumageira. Dentre eles, é possível citar, a complementação ferroviária e a implementação de uma teia de estradas de rodagem que, à efeito, resultaria na substituição do transporte fluvial, bem como, pelo crescimento da população da cidade de Salvador e a consequente perda da população no Recôncavo entre o final da primeira para segunda metade do século XX (SANTOS, 1959; BRITO, 2008).

Até então, de caráter predominantemente agrário-exportador²⁴, o Brasil, a partir de 1940, passa por expressivas transformações em sua economia. É neste mesmo momento que Santos (1959) afirma ocorrer o início de um novo período na história urbana da região do Recôncavo, promovendo uma espécie de “virada” em relação a esse aspecto de vida (SANTOS, 1959). Marcava-se a partir de então um período de decadência para algumas dessas cidades à beira-rio do Recôncavo, a citar, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré entre outras.

²³ A Primeira e Segunda Guerra Mundial foram dois grandes conflitos que tomaram proporções globais, tendo a primeira ocorrido entre 1914 a 1918, e a segunda de 1939 a 1945. Conflitos que, por assim dizer, abriram o século XX e deixaram marcas profundas de devastação e horror para a humanidade.

²⁴ De acordo com Santos (2009), “Durante séculos o Brasil como um todo é um país agrário” (Santos, p.19, 2009).

É neste cenário pós Segunda Guerra Mundial que se inicia um crescente processo de incentivo a industrialização no Brasil, uma vez que tendo a guerra assolado diferentes países europeus, importar produtos tornava-se cada vez mais difícil. Esta conjuntura impusera ao Brasil a obrigação de fabricar diferentes itens para abastecer o mercado interno. Resultante dessas alterações são criados novos nexos econômicos que regem a urbanização no país e, em consequência, desencadeia-se uma série de transformações socioespaciais (MOREIRA JUNIOR, 2014), dentre elas as sucessivas elevações das taxas de urbanização no país, a formação de um mercado nacional entre as décadas de 1940 e 1950, mas o consequente aumento no consumo, em sua mais diversas formas. A cidade de Santo Amaro, passado os anos áureos, resumia-se neste período à sua antiga função administrativa e algumas outras demais funções (hospitalar e educacional), que muito embora assumindo-as não eram dela uma exclusividade, pois os mesmos serviços, já eram ofertados por outros núcleos do mesmo município (SANTOS, 1959). A ampliação da rede de estradas de rodagem facilitou a articulação desses outros núcleos santamarenses com demais municípios baianos, em alguns casos, dadas as suas localizações, acabavam por articularem-se diretamente com as cidades de Feira de Santana e Salvador sem qualquer intermédio da sede. Isto é, a cidade de Santo Amaro já não ocupava uma posição fundamental para a realização de trocas comerciais e utilização de serviços (SANTOS, 1959).

O Estado brasileiro projeta, a partir de então, na industrialização, o caminho mais rápido para o desenvolvimento, implementando algumas políticas específicas no intuito de fazer do Brasil, até aquele momento predominantemente rural, um país urbano (ROCHA, 2001). Para Cano (2007) é entre 1956 e 1970 que ocorreu no país o período da “industrialização pesada”, momento que, afirmar o autor, foi de inequívoca mudança no padrão de acumulação, visto que houve a perda de importância da agricultura frente a industrialização. E é justamente frente a esse cenário que cidades como Santo Amaro, de economia predominantemente agrícola, perderam prestígio no cenário econômico nacional.

O projeto de industrialização levou eclosão de diversas fábricas em áreas urbanas ou em suas adjacências, em diferentes partes do território nacional, no intuito de manter-se mais próximo dos trabalhadores e do mercado consumidor. Assim, quanto mais industrializava-se, mais urbana tornava-se a população, uma vez que, o

processo de mecanização e inovação tecnológica no campo provocava profundas modificações na estrutura fundiária, modificando as relações de produção (CORRÊA, 2011). Tinha-se em decorrência disso uma expulsão em massa dessa população que migrava para os núcleos urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida. A criação dessas novas áreas de produção (industrial urbana, agroindustrial) ou da profunda transformação de outras, nos períodos seguintes, resulta na criação e/ou crescimento de novas cidades por todo país e conseqüentemente aumentando o número de pessoas residindo nesses espaços, colaborando para que assim houvesse um aumento da população urbana.

As descobertas de petróleo no Recôncavo baiano somadas as iniciativas do governo federal para monopolização nacional na exploração desse petróleo assinalam o início de um novo período para essa região, marcado dentre outras coisas, pela implantação da Petrobrás em 1953. A descoberta deste recurso fóssil, afirma o historiador baiano Cid Teixeira, propiciou para que houvesse o ponto de ruptura da sociedade do açúcar, que em suas palavras, “morria” para a chegada da sociedade do petróleo. A inserção da petrolífera nacional no Recôncavo resultou ainda em um beneficiamento aos proprietários de terra da região, uma vez que a recém surgida estatal comprou grande quantidade de terras nas áreas. Para o historiador Cid Teixeira, a Bahia, frente a todas essas mudanças sociais e infraestruturais decorrentes deste período, assim saía do século XVIII para o século XX (A HISTÓRIA DO PETROLEO..., 2014). A instalação da indústria automobilística, a partir da segunda metade da década de 1950, somada a crescente urbanização que ocorria e o conseqüente aumento do consumo de derivados do petróleo, trouxeram modificações substanciais nas relações e articulações entre esses espaços. A exemplo dessa mudança na articulação dos lugares, Teixeira (A HISTÓRIA DO PETROLEO..., 2014) alude ao caso santamarense, afirmando que anterior a este citado período, deslocar-se à Santo Amaro caracterizava-se por um longa espera do horário da embarcação a vapor, uma vez que este traslado dependia das condições da maré para navegabilidade. Não havendo contratempo em função da maré, fazia-se a viagem, um longo percurso com parada em Madre de Deus (município a borda da baía de Todos-os-Santos que marca exatamente o meio da rota Salvador-Santo Amaro), até chegar ao cais do Conde – localizado na confluência do rio da Pitanga com a foz do Subaé, a jusante do rio. Ao desembarcar no porto do Conde, fazia-se

necessário tomar um bonde movido à tração animal para que transportasse os passageiros e mercadorias até a cidade de Santo Amaro, situada a montante do Subaé, estando a pouco mais de 2 quilômetros distância do citado porto (Idem, 2014). Para Brito (2008) as mudanças na infraestrutura de transportes terrestres, mediante ao processo da abertura, ampliação e pavimentação asfáltica da malha rodoviária estadual caracteriza esse período pós 1950 como um marco nas transformações ocorridas nas cidades do Recôncavo.

A reconfiguração de eixo das relações Salvador-municípios da orla da Baía de Todos-os-Santos, deslocando-se para os municípios ao norte da capital, pós construção dos complexos industriais (Centro Industrial de Aratu - CIA, Complexo Petroquímico de Camaçari) acabou por contribuir para o início de um processo de desvalorização econômica e social das cidades do Recôncavo (PEDRÃO, 2011). As antigas cidades portuárias, à exemplo de Santo Amaro e Cachoeira, foram perdendo cada vez mais importância no contexto comercial com difusão das estradas de rodagem (SANTOS, 1959). Por consequência da abertura de novas estradas e criação de novos eixos comerciais novas cidades surgem nestas rotas e outras passam a ganhar maior destaque, a citar o caso de Feira de Santana, cidade baiana situada entre os tabuleiros terciários e as zonas cristalinas, localizada na proximidade do Recôncavo. Feira de Santana, com o rodoviarismo foi ganhando cada vez mais destaque no papel de cidade em rota estratégica. Ligada a rede viária das estradas BR-5 e posteriormente a estrada Rio-Bahia (respectivamente denominadas posteriormente de BR-101 e BR-116) obteve um impulsionamento em seu já antigo comércio de gado. Feira passou a direcionar para si várias funções, que outrora desempenhadas por antigos núcleos urbanos portuários do Recôncavo, como Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré, entre outras (SANTOS, 1959). Santo Amaro, que outrora detinha de grande influência graças as rotas fluviomarítimas (SANTOS, 1959), via-se, juntamente com Cachoeira, rebaixada da posição de capital regional para a de centro local. Para Pedrão (2011) a construção da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) gerou uma nova discriminação espacial nessa região, uma vez que resultou em um beneficiamento concentrado a uma dada área em detrimento de outras. Condenando, assim, alguns dos importantes núcleos urbanos do Recôncavo ao esquecimento, sobretudo, aqueles ribeirinhos.

4.1.3 A chegada da indústria mineral e a urbanização da cidade santamarense

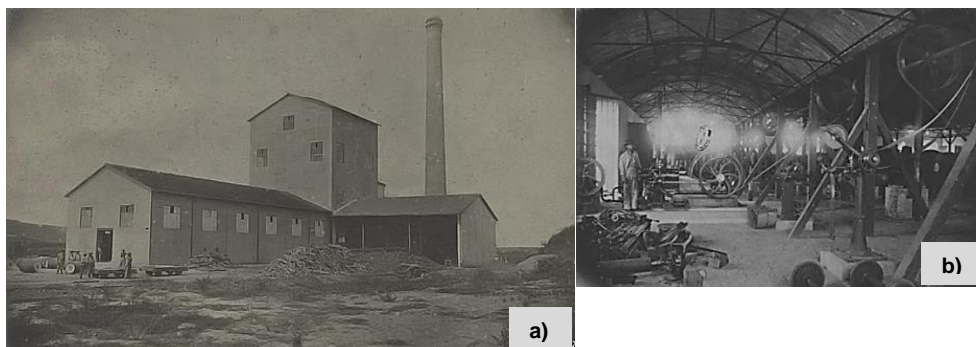
As mudanças econômicas e de transporte ocorridas entre as décadas de 1940 e 1950 conduziu as cidades do Recôncavo a um novo ordenamento de comunicação. Agora, executada principalmente por terra, em decorrência da construção de novas estradas de rodagem que entrelaçavam os diferentes pontos do território.

Até a década de 1940, Santo Amaro detinha em seu território uma expressiva parte dos canaviais existentes na região, além de contar com a presença das mais importantes usinas do país (CUNHA, 1995). Seu território que à época englobava os atuais municípios de Terra Nova, Amélia Rodrigues e Teodoro Sampaio possuía uma população total de 106.303 habitantes, dos quais, viviam em área urbana, 22.494 pessoas (IBGE, Censo 1940). De população predominantemente rural, sua economia encontrava-se, até então, quase que completamente ligada direta ou indiretamente a atividade açucareira²⁵, bem como, ao extrativismo vegetal e animal, destacando o pescado e a mariscagem. Essas duas últimas atividades, exercida desde os primórdios de formação do povoamento santamarense, operou (e opera) como sendo uma das principais fontes de subsistência dessa população.

Neste mesmo período, contabilizavam-se 10 usinas de açúcar, 20 destilarias de aguardentes, 5 torrefações de café, uma usina de dendê, 3 fundições, uma fábrica de charutos, 12 padarias, 4 salinas e 1 destilaria de álcool (CUNHA, 1995, p. 29-30). Denominada de Companhia Alcolica da Bahia (figura 13). A única destilaria presente no território santamarense encontrava-se situada nas adjacências da cidade de Santo Amaro, localizada pouco mais de 1,5 km abaixo do centro da cidade, edificada a margem direita do rio Subaé defronte ao caminho pelo qual passava o bonde partindo do porto do Conde sentido à cidade. Local que anos mais tarde, pela mencionada particularidade, se chamaria rua do Conde.

²⁵ "...enquanto no período colonial os canaviais e engenhos se distribuíam ao longo da orla da Baía de Todos-os-Santos e chegavam a adentrar pelas bordas mais secas do Recôncavo Baiano, por volta de 1940/1950 a lavoura canavieira tinha sua área core restrita aos municípios de Santo Amaro, São Sebastião do Passé e São Francisco do Conde (COSTA PINTO, 1958 *apud* BRITO, 2008, p.42).

Figura 13 – Edifício da Companhia Alcoólica da Bahia, Santo Amaro, Bahia - [193--]



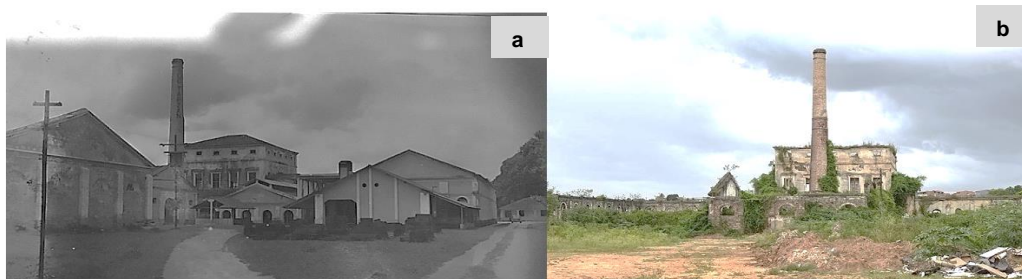
Nota: a) vista lateral do edifício da companhia Alcoólica da Bahia; b) interior da casa de maquinas.
 Fonte: Cooperativa Alcoólica da Bahia via Biblioteca Nacional, [193--].

A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool²⁶, em 1º de junho de 1933, fez com que anos mais tarde a companhia alcoólica fosse transformada numa autarquia federal vinculada ao recém criado instituto, sob a denominação de Destilaria Central. Aproximadamente vinte anos depois, seguidos por uma série de propostas de ação promovidas pelo governo estadual, visando à ampliação da oferta industrial para a região, por meio do Plano Geral de Industrialização (PGI), no qual, dentre outras coisas visava afastar a economia estadual de tamanha dependência do setor agrícola, priorizando atividades ligadas ao setor da indústria petroquímica e de siderurgia (ALFREDO, 2019). Como reflexo desse fomento, via o mencionado plano estadual, ocorre no antigo edifício da Fundação “Tarzan” (outrora da Destilaria Modelo) situado na margem esquerda do rio Subaé, estando a pouco menos de 1 km do centro da cidade (figura 14), a implantação da empresa de mineração, Siderúrgica Santo Amaro. Concomitante a isso, a noroeste da cidade, em terreno a 300 metros da margem direita do Subaé e a 500 metros de distância de seu afluente a direita (o Sergimirim) tem a instalação de outra empresa de mineração à cidade, a denominada Companhia Brasileira de Chumbo (Cobrac). Como resultado de uma concessão da isenção de impostos municipais por um período de 25 anos, oferecidas pelo governo local à multinacional, a subsidiária do grupo francês Penderroya Oxide desempenhava atividades de produção e beneficiamento de lingotes de chumbo extraídos na mina de Boquira, município localizado na região da Chapada Diamantina, (Bahia), à aproximadamente 435 km da cidade de Santo Amaro (MARENGO, 2015). Os minerais

²⁶ O Instituto do Açúcar e do Alcool ou simplesmente IAA, foi uma autarquia do governo federal, criada em 1933 por meio do Decreto nº 22.789, a fim de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e do álcool em todo território brasileiro. A instituição funcionou até o ano de 1990, quando foi assim extinta pelo então presidente da república, Fernando Collor.

eram transportados até as instalações da fábrica então transformados, por meio de um processo de sintetização, em lingotes de chumbo (utilizado na fabricação de peças técnicas usinadas de chumbo, na composição de ligas especiais, ligas industriais etc.).

Figura 14 – Edifício da Siderúrgica Santo Amaro, Santo Amaro - Bahia



a) Entrada das instalações da fábrica; b) Ruínas do edifício, em que ao fundo do edifício já tomado pela vegetação local, é possível ver a chaminé da fábrica ainda intacta.

Fonte: Catálogo da Fundação de Aço Tarzan (1959); o autor (2021).

A chegada dessas empresas de mineração de grande porte possivelmente tenha significado na década de 1960, motivo de grandes expectativas para a população, uma vez que com elas surgiram a possibilidade de novos empregos e renda aos santamarenses. Embora essas indústrias de minérios representassem uma mudança no estilo fabril, não foram elas, de certa forma, uma novidade exclusiva do decênio 50-60, visto que anos antes, ali operava a indústria de ferro e aço “Tarzan”, assim nomeada por uma corruptela do sobrenome de seu proprietário, o iugoslavo Carlos Trzan (leia-se Tirzan) (BRITO E CARMO, 2015). Esse espaço fabril servia de apoio aos engenhos da região, aos quais, segundo Alfredo (2019), fornecia as peças e maquinários para a transformação da cana-de-açúcar, até ser adquirida quinze anos mais tarde pelo grupo Votorantim, tornando-se a então Siderúrgica Santo Amaro (ALFREDO, 2019). Considerada a primeira indústria pesada de ferro e aço instalada no estado, a “mãe das indústrias” conforme afirma Santana (2016), ela foi alocada em local estratégico a margem esquerda do rio Subaé, estando a poucos metros da estação ferroviária, o que lhe permitia fácil escoamento da produção, visto que poderia escoar sua produção por água, estrada de ferro (Leste Brasileiro) ou rodagem (SANTANA, 2016).

A instalação da indústria de transformação de aço e ferros fundidos (a Siderurgia Santo Amaro), em 1960, ocorre dentro do contexto de uma década marcada por problemas econômicos em uma região predominantemente agrícola. A

aquisição da antiga fundição de aço, pelo grupo do pernambucano José Ermírio de Moraes (presidente da Votorantim), ocorre mediante um pedido de apelo do então governador do estado da Bahia, num período em que, fazia-se ela a primeira siderúrgica da região nordeste brasileira (ALFREDO, 2019).

Os dados do censo demográfico demonstram que a presença das duas fábricas instaladas no município dos anos 1960, muito embora tenha tido de relevante impacto na dinâmica e articulação regional, sobretudo na cidade, não causara em si significativos efeitos ao fluxo imigratório à cidade. A essa afirmação, acrescenta-se o massivo decréscimo da população total ocasionado pelos episódios de emancipação, ocorridos em 1961, impulsionados pelas mudanças nos transportes e na reconfiguração das relações espaciais, aos quais fizeram com que o município passasse por uma reestruturação político-administrativa marcada pelo fortalecimento das localidades e um conseqüente enfraquecimento das antigas capitais sub-regionais. Este cenário desencadeou a origem de novos municípios por meio das leis estaduais de nº 1.531/61, 1.532/61, 1.533 e 1.534/61 que ao fim resultaram na emancipação de nove distritos e em diminuição territorial municipal de quase 50% em Santo Amaro. O impacto evidentemente recaiu sobre o contingente populacional santamarense, que outrora, com pouco mais de cem mil habitantes, registrou na década seguinte (1970) uma população total de 46.411 habitantes. Uma diminuição demográfica de 43% em relação ao início da década anterior. Decréscimo quase duas vezes maior que o registrado no decênio anterior (1940-1950), no qual o contingente populacional havia passado dos 106.303 para 85.739 habitantes. Desses quase oitenta e cinco mil habitantes contabilizados no período, 29.931 tinham como local de moradia as áreas urbanas, das quais, 12.258 somente na cidade de Santo Amaro (4.968 moradores a menos do que viria a ter em 1960) (IBGE, censos 1940;1950 e 1960). Este período expõe ainda a ocorrência de uma diminuição maciça de pessoas residentes em áreas rurais, conforme é possível verificar na tabela 1. Outrora, em 1960 correspondesse por aproximadamente 53% da população total, na década seguinte a população rural expressava somente 34% de todo contingente. Enquanto que a população urbana que perfazia 46,5% da população total, na década seguinte equivalia a aproximadamente 66% de toda a população, caracterizando Santo Amaro, a partir de então, como um município predominante urbano. Dado as devidas proporções, os resultados populacionais apresentados em Santo Amaro foram parte

da causa, e também consequência do crescente processo de inversão do lugar de moradia da população brasileira que ocorrera no país, no qual, afirma Santos (2009), ainda que iniciado em 1940, é sobretudo, entre 1960 e 1980²⁷ que se registra um aumento considerável dessa população vivendo nas cidades.

Tabela 1 – Evolução da População de Santo Amaro, Bahia – 1940 a 1991

ANO	RURAL	URBANA	TOTAL
1940	83.809	22.494	106.303
1950	55.808	29.931	85.739
1960	53.658	46.563	100.221
1970	15.797	30.614	46.411*
1980	16.947	40.990	57.937
1991	13.266	40.894	54.160

Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1940-1991).

Elaboração: o autor (2022).

* Resultado intrinsecamente relacionado aos vários desmembramentos ocorridos no município na década de 1960.

Como visto, a partir de 1970 Santo Amaro configurava-se como majoritariamente de população urbana e é justamente neste mesmo período, em que ocorre simultaneamente um adensamento do tecido e um pequeno crescimento extensivo de 850 m² da mancha urbana da cidade. Mesmo tendo sofrido uma expressiva diminuição da população total, registrou-se um aumento no número de pessoas vivendo em áreas urbanas em relação aquelas vivendo em áreas rurais, resulta de dois fatores: o primeiro deles em função da perda de área rurais como consequência dos desmembramentos de antigos distritos; o segundo, em consequência do aumento de pessoas que deixavam essas áreas migrando sentido as áreas urbanas do município, sobretudo, em direção a cidade. Neste mesmo período, inaugura-se no extremo sul da cidade, em terreno a margem direita do riacho do Pitanga, a Indústria de Papel Santo Amaro – INPASA e Bracraft, ao noroeste da cidade, na BA-089, sentido ao distrito de Campinhos. Ambas as fábricas eram voltadas a produção de papel.

²⁷ “O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da Segunda Guerra Mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização” (SANTOS, 2009, p.33).

Ao início de 1980, os então CIA (Centro Industrial de Aratu) e Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC), ambos localizados na região metropolitana de Salvador, proporcionavam cada vez mais um novo dinamismo àquela região. A implantação de diversas fábricas e indústrias no CIA (Centro Industrial de Aratu) e Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC) entre as décadas de 1960-1970, conforme afirma Gordilho (2002), ampliou os fluxos urbanos para os municípios vizinhos, consolidando a instituição da região metropolitana de Salvador. Associados aos intensos fluxos migratórios iniciados ainda nas décadas anteriores, esses investimentos, tendo como o Estado o principal articulador dos novos empreendimentos, deram um novo curso a dinâmicas desses espaços (GORDILHO, 2002). A partir desses movimentos e da reorientação da dinâmica econômica surgem e/ou se consolidam formando novos núcleos urbanos, como: Candeias (1958), Simões Filho (1961), Dias D'ávila (1985), Lauro de Freitas (1962), entre outros. Anos mais tarde, em 1983, ao noroeste da região metropolitana de Salvador, nas adjacências da cidade baiana de Feira de Santana, ergue-se o Centro Industrial Subaé – CIS como parte do plano de industrialização para o estado baiano. Tudo isso reordena o fluxo e reorienta as rotas de mercadorias e pessoas nessa região, deixando cidades como Santo Amaro cada vez mais a margem. Ainda que beneficiada pelo citado plano, a Siderúrgica Santo Amaro ficou fora do âmbito dos polos aglutinadores de desenvolvimento. A concentração de investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras, provocaram as condições nos anos seguintes. A fábrica controlada pelo grupo Votorantim anuncia o encerramento de suas atividades na cidade baiana de Santo Amaro alegando, entre os motivos, a inviabilidade em se manter a fábrica santamarense diante da desmedida concorrência gerada com a criação da Usina Siderúrgica da Bahia - USIBA (Gerdau), fundada pelo Governo do Estado no então Centro Industrial de Aratu, em 1973, de capacidade produtiva muito superior a Siderúrgica santamarense (ALFREDO, 2019). O fechamento da fábrica naquele momento, significou não somente a demissão de muitos trabalhadores, como também provocou a saída de Santo Amaro do cenário siderúrgico, tendo causado ainda relevantes impactos na economia da cidade, uma vez que o número de demissões gerada significou a diminuição no número de pessoas com salário fixo, bem como, ocasionou interferências no comércio (principalmente alimentício) em função do fim da movimentação de trabalhadoras e trabalhadores nas áreas adjacentes a indústria. Alguns moradores mais antigos, que trabalharam ou tiveram familiar que trabalhou na

siderúrgica, relataram que passado algum tempo ao fechamento da fábrica na cidade, a direção chamou alguns dos trabalhadores, ofertando-lhes uma rescisão ou a transferência para uma unidade do grupo na região sudeste do país (situada no estado do Rio de Janeiro), que não tivera grande adesão entre os ex-trabalhadores convidados (CUNHA, 1995; ALFREDO, 2019).

Ao final da década de oitenta ocorre dois novos grandes acontecimentos no contexto econômico e territorial santamarense. O primeiro deles representado pelo encerramento das atividades da indústria de mineração, a Cobrac. Isto é, oito anos após o aumentado número de desempregados ocasionado pelo fechamento da siderúrgica, tem-se mais uma leva de desemprego no setor industrial. A fábrica de lingotes de chumbo foi comprada pela Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda (pertencente ao grupo brasileiro, Trevo), em 1989. Após sucessivos desacordos com órgão ambiental do estado a empresa teria seu então pedido de licença ambiental negado pelo órgão competente, culminando desta maneira pela decisão de encerramento total das atividades em 1993 (MARENGO, 2015). O fechamento da mineradora não somente ocasionou em uma significativa perda de postos de trabalho, bem como gerou a grande parte destes funcionários e demais habitantes de Santo Amaro, um nefasto legado de fortes prejuízos à saúde dessas pessoas, que não somente se encontravam desempregadas como também se encontravam necessitadas de assistências médicas e tratamentos para as sequelas oriundas da contaminação dos materiais químicos, aos quais foram expostas durante o tempo de trabalho na fábrica.

O segundo acontecimento de relevante efeito na reconfiguração do município de Santo Amaro na segunda metade do século XX resulta do desmembramento de parte do território municipal ocorrido em 1989. A reconfiguração territorial oriunda da emancipação do então distrito de Saubara resultaria no surgimento de um município homônimo. Muito embora assim tenha sido, diferente do que teria ocorrido quase duas décadas atrás, este evento causou muito mais efeitos imediatos no território municipal do que propriamente na configuração populacional. Os dados dos censos realizados entre as décadas de 1980 e 1990, permite considerar que o mencionado processo de emancipação ocorrido no ano final da década de 80 não causara alteração substancial no que se refere a população total, uma vez que, em 1991, a população total do município de Santo Amaro registrava 54.160 habitantes, 3.777 a menos que do que

fora apresentado na pesquisa anterior (57.937 habitantes), conforme ilustra a tabela 1. Esta reconfiguração político-administrativa por sua vez, provocou a redução da extensão municipal sobre a orla na Baía de Todos-os-Santos, impactando na economia envolvida nas atividades de pescados e mariscos. Com essas transformações o território municipal passou de aproximadamente 682 km² para 522 km² em área.

Ao final dos anos 90 Santo Amaro novamente sofre outro abalo em sua economia. Após quase dezoito anos de funcionamento, tem-se a declaração de falência da Inpasa e conseqüentemente o encerramento total das suas atividades fabril. Conforme aponta Marengo (2015), o fechamento da fábrica teria não apenas deixado problemas ambientais, como também teria causado consideráveis problemas sociais. O encerramento das atividades da indústria de papel resultou em 300 trabalhadores desempregados, assim como causou notáveis perda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, por parte do município.

Assim, nas décadas finais do século XX, tem-se em Santo Amaro um enfraquecimento da atividade industrial derivando da perda de três de suas grandes fábricas, ainda que paralelamente a isto tenha ocorrido a chegada de duas novas indústrias, de papelaria e produção de óleos vegetais. No entanto, nem mesmo a chegada destas duas fábricas foi suficiente para dar força a este setor que se portava incipiente. A retração econômica, iniciada desde períodos anteriores, contribuía para diminuir cada vez mais a sua expressividade na região, tornando-a agora cada vez mais dependente do terceiro setor (comércio e serviços). Paralelo a isso, observa-se na agricultura a implantação de novas culturas como o dendê, cacau e o bambu, esta última principalmente a fim de atender as novas demandas da indústria papeleira.

4.2 SANTO AMARO, UMA CIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

Como se pode ver, a história do processo de ocupação do espaço da cidade de Santo Amaro encontra-se vinculada às esferas de acumulação capitalista dadas na apropriação das terras, dos recursos naturais e da exploração da força de trabalho como parte das estratégias coloniais adotadas pela coroa portuguesa (OLIVEIRA,

2014). A respeito, Chatel e Sposito (2015) afirmam que este modo de ocupação da terra associada aos interesses capitalistas deriva de 1500 com a chegada dos portugueses às costas atlânticas do território, sendo primeiro mercantil, depois industrial e financeiro.

A Santo Amaro do século XXI é, portanto, resultado do seu papel relevante no cenário econômico canavieiro e da sua realidade histórica, e dos elementos que a fizeram. Sendo ela (a cidade) em cada tempo histórico, resultado da construção humana e de suas interações sociais e com a natureza, em processo de construção e destruição, exclusão e inclusão.

Em uma análise conjunta, do ponto de vista populacional, nota-se que desde os dois últimos decênios do séc. XX ao início deste, há em curso uma espécie de estagnação da população total. Nota-se que entre um intervalo e outro, quase que em movimento pendular, o quantitativo demográfico mantém-se próximo dos 57.000 habitantes (conforme exposto na tabela 1), movendo-se nas três últimas décadas, 1980, 1990 e 2000 há taxa de crescimento populacional, na respectiva ordem, de -0,7%; 0,8% e 0,1% ao ano. A respeito desse movimento ao longo dos últimos trinta anos, é possível atribuir como um dos principais processos promotores destes resultados, a perda do dinamismo econômico vivida em todo município neste período, em função do declínio dos setores agrícola e industrial, visível no fechamento de usinas e fábricas, fomentados pela mudança dos meios de transportes associada a influência dos centros industriais e petroquímico na região metropolitana de Salvador, deslocando as principais rotas comerciais e estabelecendo novos pontos atrativos da mão de obra, esses fora da rota de Santo Amaro e das demais cidades do recôncavo. Tal dinâmica, de perda populacional, não é em si um caso inédito, tendo em vista que, em 1952, situação semelhante já teria sido observada. Na ocasião, existiu um grande fluxo de migração vivido neste período no país, sobretudo, com destino a região sudeste brasileira, Santo Amaro foi o único município do recôncavo que, segundo pesquisas e levantamentos a respeito, aparecera na lista dos 27 municípios baianos que mais perderam população para o estado de São Paulo (BRITO, 2008). Tendo sido estes, alguns dos fatores que contribuíram para o retraimento de Santo Amaro, e que potencializaram a sua constante perda de influência sobre os centros urbanos dessa região.

Ao início do ano 2000 Santo Amaro apresentou um modesto quadro populacional crescente, caracterizado pelo aumento da população total do município passando de 54.161 para 58.414 habitantes. Pode-se observar que este acréscimo influenciou em maior medida para o aumento do número de pessoas morando em áreas urbanas, a qual, correspondia por aproximadamente 76% de toda população. Do ponto de vista populacional Santo Amaro inicia o século XXI como sendo cada vez mais urbana. Concomitantemente, à medida que a cidade se tornava o principal lugar de moradia da população do município, o comércio e os serviços tornavam-se as principais atividades econômicas em detrimento das demais, o que estimulava a população do campo (ex-agricultores e seus descendentes, bem como trabalhadores rurais expulsos de lá) considerarem a cidade como principal destino na busca por empregos.

Tabela 2 – População total do município de Santo Amaro, Bahia, na primeira metade do século XXI, segundo área de residência – 2000 a 2020

ANO	RURAL	URBANA	TOTAL
2000	13.909	44.505	58.414
2010	13.034	44.766	57.800
2020*	60.131*

Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000-2020).

Elaboração: o autor (2022).

Nota: A prévia do censo 2022, registrava em dezembro do mesmo ano, uma população municipal em Santo Amaro de 55.935 habitantes. No entanto, vale destacar que o valor apresentado anteriormente poderá sofrer alterações até o lançamento dos resultados finais da pesquisa do Censo 2022, o qual, até o fechamento deste trabalho ainda não havia sido divulgada pelo IBGE.

(*) Valor obtido a partir da estimativa populacional calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual, alcançada por meio do método matemático denominado AIBi.

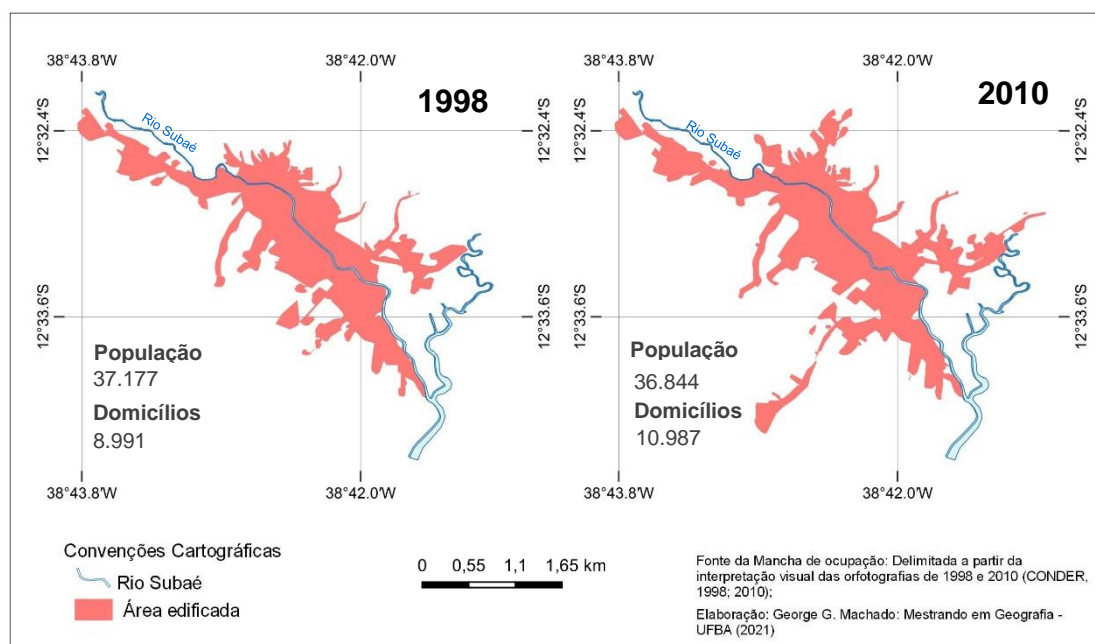
(...) Dado numérico não disponível.

Conforme pode-se verificar na tabela 2, após um moderado acréscimo populacional, observa-se no recenseamento seguinte, apresentado em 2010, mais um movimento de retração demográfica. Decréscimo este que muito embora, dado as devidas proporções, tenha sido de pouca expressividade, traduz uma trajetória de tendência a estagnação demográfica. Por sua vez, a população urbana, ainda que de mais tímido do que foi apresentado no período anterior, permaneceu em ascensão. A este crescimento da população urbana, atribui-se ter ocorrido em função da passagem da população rural do campo para a cidade, do que propriamente pelo seu aumento, tendo em vista que os números de pessoas residindo em áreas rurais apresentou um

encolhimento de -875 pessoas, ao passo que àqueles moradores das áreas urbanas, neste mesmo ano apresentou um aumento de 261 moradores.

A área edificada da cidade, em uma relação independente a dinâmica populacional decrescente apresentada, exibiu uma dinâmica de expansão por meio do surgimento de áreas construídas sob adição ou não de terras ao tecido preexistente. O número de edificações domiciliares neste período entre 1998 e 2010 passaram de aproximadamente 8.991 unidades domiciliares para 10.987. Muito embora, concomitantemente a isso, conforme é possível verificar na figura 15, a população citadina encolhia.

Figura 15 – Dinâmica da mancha de ocupação urbana da cidade de Santo Amaro, Bahia – 1998 e 2010



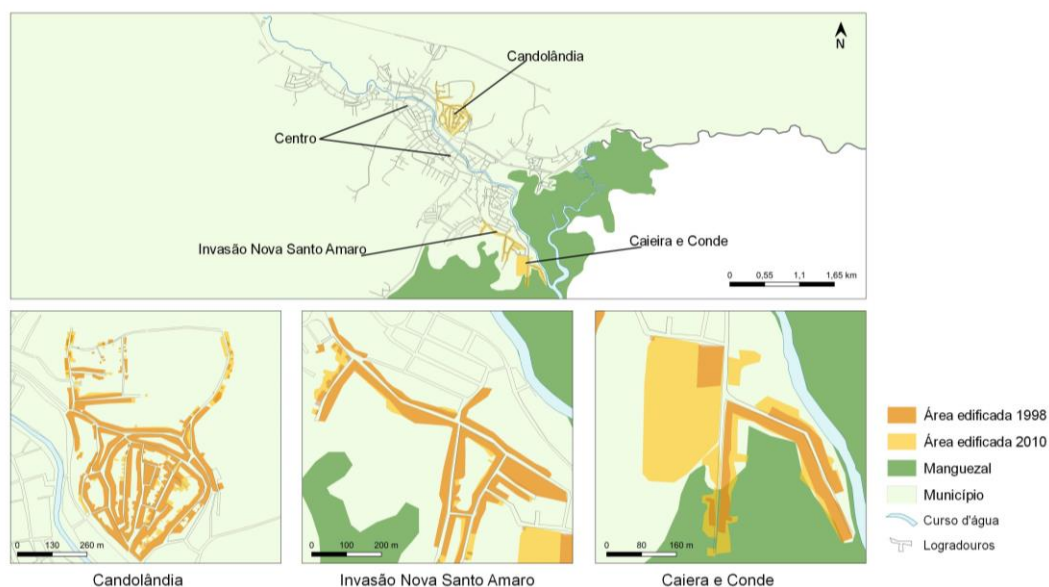
Elaboração: o autor (2021).

Desse modo, observa-se que nesse período descrito e analisado, a dinâmica populacional não se apresentou como sendo um fator de estímulo, uma condicionante para o crescimento do território da cidade, visto que o consumo de novas porções da terra urbana por meio da construção manteve-se independente do decréscimo populacional. Isto é, a dilatação do tecido urbano não necessariamente dependeu do crescimento da população urbana, mas da densidade e da forma de ocupação do solo urbano no aglomerado. Este ocorrido, dentre outras coisas, reitera o que expõe as autoras Chatel e Sposito (2015) quando afirmam que muito embora o crescimento da

população atue no incentivo da expansão urbana, não é ele em si uma condicionante indispensável a esse processo há várias décadas.

Estas novas ocupações na cidade de Santo Amaro, em sua maioria, fizeram-se sob a forma da cidade informal e/ou seminormal. Isto é, compôs-se por moradias em áreas que normalmente não foram destinadas a construção de habitações e/ou sem emissão do título de propriedade. Ou ainda, mesmo que de posse do título do terreno, a construção tenha ocorrido sem orientação, regra, padrão ou qualquer fiscalização. A exemplo, se tem os casos da Invasão Nova Santo Amaro, Caieira (na porção sul da cidade) e da Candolândia mais ao norte (ver figura 16).

Figura 16 – Ocupações espontâneas nos bairros da Candolândia, Caieira e Invasão Nova Santo Amaro na cidade de Santo Amaro, Bahia – 1998 e 2010



Elaboração: o autor (2022).

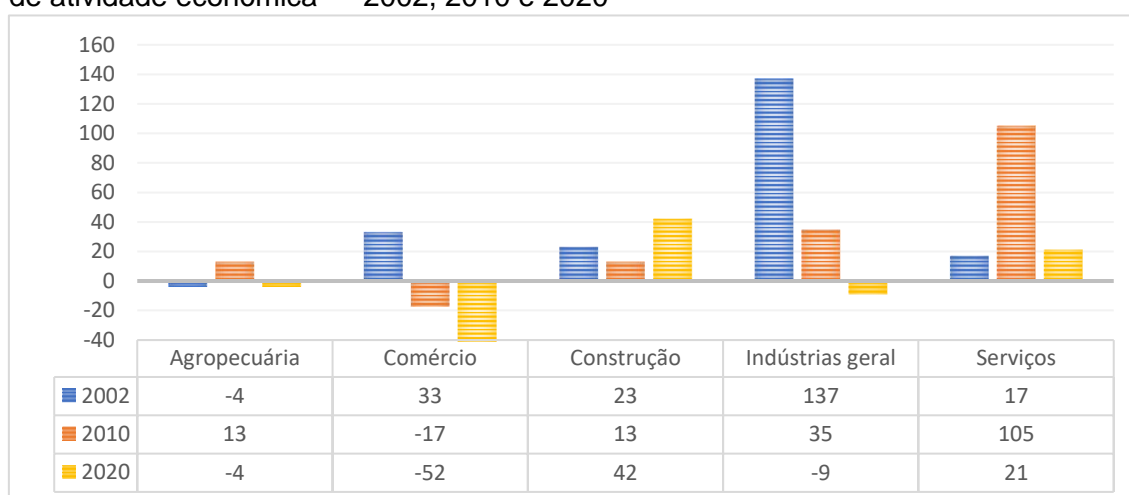
Conforme visto, as mencionadas áreas apresentaram entre 1998 e 2010 uma extensão da área em terra edificada, mediante o surgimento de novas moradias por autoconstrução, conferindo-lhe mais adensamento e/ou novas formas sobre a área ocupada.

Ainda por volta do ano de 2010, Santo Amaro apresentava um grau de urbanização crescente, tendo alcançado uma taxa de 77,5% da população total residindo em áreas urbanas, uma proporção da ainda maior do que a apresentada no início da década anterior. Levantamentos apontam que muito embora tenha havido uma diminuição da população rural neste período, ela se deu em especial quanto ao

lugar de moradia dessas pessoas, uma vez que, neste mesmo intervalo (2000-2010) registrou-se no município de Santo Amaro um aumento da população no setor da atividade primária (em sua maior na agricultura e pesca). Essa atividade econômica que no ano 2000 correspondia a 21% das pessoas ocupadas com 16 anos ou mais de idade, passou no período seguinte a representar 25% do pessoal ocupado. Paralelo a isso, houve a diminuição da população ocupada no setor de serviços, passando de 59% para 52%, assim como registrava-se um leve aumento daqueles ligados a atividade industrial. Na ocasião, os mesmos passavam de 20% no ano 2000, para 23%, em 2010 (IBGE, Censo 2010).

Os resultados entregues pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o CAGED, apresentados no gráfico 1, ilustram o saldo de emprego celetista segundo setor de atividade econômica entre os anos de 2002 e 2021, em todo município de Santo Amaro, Bahia. Nele o setor terciário (comércio e serviços) é apresentado de maneira segmentada entre comércio, construção e serviço. Todavia, o que aqui destaca-se a primeiro momento é justamente o aumento no saldo de empregos (13) no setor agropecuário entre 2002 e 2010, bem como o significativo saldo de emprego apresentado pelo setor de serviços (105), cujo mesmo, é o segmento que o maior número de admissões, no ano de 2010. A atividade apresentou um vultoso crescimento comparado ao período anterior e posterior.

Gráfico 1 – Saldo de emprego celetista do município de Santo Amaro (BA), segundo setor de atividade econômica — 2002, 2010 e 2020



Fonte: CAGED (2002; 2010); MT - Novo CAGED (2020).

Elaboração: o autor (2022).

O comércio, embora relativamente pequeno, é a principal fonte de emprego e renda para a população. Sua presença é apresentada como sendo uma das principais

atividades econômicas do município, caracterizado localmente por sua diversidade, contando com lojas de utensílios domésticos, vestuário, supermercados, materiais de construção, de material escolar. Foi o setor terciário (comércio, construção e serviços) que, no acumulado, apresentou o maior número de contratações de emprego formais em Santo Amaro e o que mais exerceu demasiada influência na economia local, repercutindo diretamente na produção e reprodução do espaço urbano santamarense. No entanto, quando verificado isoladamente, foi o segmento comercial quem nos três anos analisados mais apresentou decréscimo no número de contratações, conforme pode ser observado no gráfico 1.

Ao baixo saldo de emprego apresentado pelo setor terciário em 2020 – em destaque ao setor de comércio, o qual, registrou o maior número de demissões no ano (-52) – pode-se atribuir dois grandes fatores, aos quais, cada com diferentes pesos sobre o resultado. O primeiro, ao contexto político-econômico e social vivenciado no país, sobretudo, pós 2015, no qual aprofundou-se uma grave crise institucional. O segundo, pode-se atribuir ao atípico contexto sanitário mundial causado pela Covid-19, que sobretudo na primeira metade do ano de 2020, levou a uma paralisação de diversas atividades e serviços, uma medida adotada dentre outras para barrar o avanço do vírus sobre a população. Junto a isso, se somaram diversos outros fatores, dos quais, a diminuição da circulação de pessoas, ausência e/ou retardamento de políticas econômicas e sociais para mitigação dos efeitos da pandemia sobre economia, entre tantos outros que comporiam esse calamitoso cenário pandêmico e esse baixo resultado na atividade comercial de Santo Amaro, exibida no gráfico 1.

4.2.1 Demografia, economia e seus aspectos socioambientais

Com densidade demográfica de 117,26 hab./km² no ano de 2010, Santo Amaro é tido como um município relativamente adensado, sobretudo, quando comparada ao município vizinho, Cachoeira (81,03 hab./km²), ou até mesmo, quando comparado a relação população-superfície do território do estado da Bahia que é de apenas 24,82 hab./km². No entanto, ainda que apresente uma densidade numericamente alta, o município baiano, situado na zona costeira brasileira, é caracterizado por ter um baixo povoamento, uma vez que em seus 494,5 km² de extensão territorial, registrava-se em 2010, cerca de 63,7% de toda população contabilizada no município,

concentrava-se em um espaço de pouco mais de 4km², que constitui a cidade de Santo Amaro (sede do município homônimo). Isto é, dos 57.800 habitantes identificados em todo município, 36.844 encontravam-se domiciliados na cidade. Os demais, apresentaram-se distribuídos, em grande medida, entre as vilas dos distritos (Acupe 12,9%; Campinhos 7,7%) e a uma pequena parcela restante distribuída nos povoados que constituem o município, evidenciando, portanto, haver uma aglomeração da população em áreas especificamente urbanas do município, principalmente na cidade. Levantamentos pretéritos a respeito já demonstravam não ser essa concentração populacional em Santo Amaro, uma distribuição típica deste século que se inicia, mas sim, um padrão que remota a segunda metade do século passado (século XX), sobretudo, a partir de 1970, período em que somente na urbe, vivia o equivalente a 68% de toda população urbana registrada no território municipal, conforme pode ser observado na tabela 3, a qual, apresenta o números de pessoas residentes em áreas urbanas, e quantos destes naquele período, viviam na cidade.

Tabela 3 – População residente na cidade de Santo Amaro, Bahia – 1950-1970 e 2000-2010

ANO	ÁREA URBANA	cidade
1950	29.931	12.258
1960	46.563	17.226
1970	30.614	20.877
1980-1990	-	...
2000	44.505	37.177
2010	44.766	36.844
2020

Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950-2020).
Elaboração: o autor (2022).

(...) Dado numérico não disponível.

(-) Dado numérico omitido em função da ausência de informações complementares.

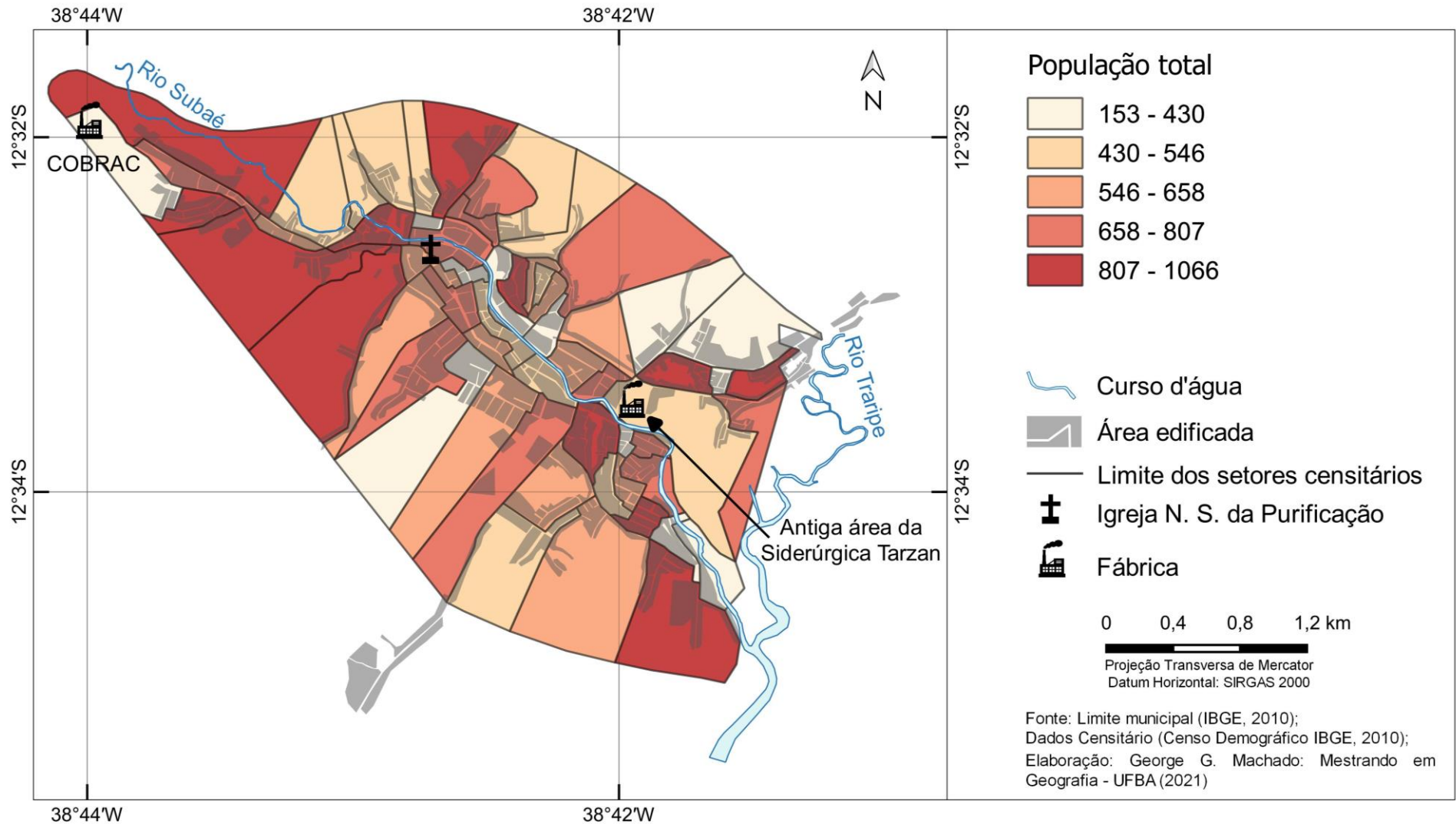
Ao final do ano 2000, os dados revelam que mais da metade dos habitantes registrado em todo o município, ou mais especificamente 63,6% da população municipal, tinham na cidade, o seu lugar de moradia. Ocupando uma área total de aproximadamente de 3,2 km², os 37.177 habitantes ali registrado, distribuíam-se pelos 8.991 domicílios que a compunha.

Os levantamentos apontam para o fato de que, sobretudo, nas últimas duas décadas, o aumento da população urbana vivendo na cidade santamarense tem sido cada vez menos resultante de um crescimento vegetativo, como visto nas décadas anteriores. Mas tem sido sim, em grande medida, resultado de um crescimento demográfico dado sobretudo pelo aumento da expectativa de vida, (potencializado pelo constante progresso das ciências médicas e sanitária, e da relativa melhoria nas condições de vida e da própria urbanização, em certa medida), e do crescente número de pessoas que tem migrado das áreas rurais do município para a cidade de Santo Amaro.

Em 2010 o percentual de pessoas que tinha como lugar de residência a sede do município, manteve-se praticamente estável, ainda que tenha havido um pequeno decréscimo em valores absolutos, tanto da população total quanto da população urbana. A população da cidade de 36.844 habitantes – 333 a menos que a década anterior --, em 2010, distribuía-se por 10.987 domicílios, quase dois mil a mais que na década passada. A mancha urbana, um tanto mais extensa, alcançava 4 km² em área construída.

Na figura 17, apresenta-se um modelo no qual expõe a distribuição dos 36.844 habitantes da cidade de Santo Amaro para o ano de 2010, agrupados segundo o setor censitário (unidade adotada pelo IBGE), contendo sobreposta a ela a mancha das áreas edificadas. A composição, permite-nos captar de maneira aproximada, quais as áreas da cidade continham, em 2010, o maior e o menor número de pessoas residindo nelas e de que maneira esses domicílios apresentavam-se espacialmente.

Figura 17 – População residente na cidade de Santo Amaro, Bahia – 2010



Elaboração: o autor (2021).

O modelo exposto na figura 17, dentre outras coisas revelam que as áreas densamente ocupadas por edificações não necessariamente correspondem (ou corresponderá) as áreas mais populosas, conforme pode-se ver. As áreas de tonalidades mais escura, isto é, com maior adensamento de pessoas é também aquelas que em determinados momentos apresentam-se com grandes vazios (isto é, poucas áreas edificadas). A isto, atribui-se o fato das áreas correspondentes se tratarem de Zonas Predominantemente Residenciais (ZPRs), e que, portanto, por assim serem, tendem a ter mais pessoas que as demais áreas pelo simples fato de suas edificações destinarem preferencialmente ao uso uni e multiresidencial. Ou ainda, por nelas conter um maior número de pessoas por que as demais apresentadas, sobretudo naquelas em tonalidades mais claras, as quais, embora pouco populosa apresentaram mais áreas edificadas.

O decênio 2000-2010 marcou a entrada de uma Santo Amaro de economia ainda mais enfraquecida. Enquanto cidades próximas aos Complexo Petroquímico de Camaçari e CIA galgavam um relativo desenvolvimento, Santo Amaro apresentava-se cada vez mais dependente das atividades de comércio e serviço, e com uma agropecuária e indústria cada vez mais incipiente. Neste mesmo período, ocorre na porção sudeste da cidade a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) por meio da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), situada na margem direita do rio Subaé, erguida em área da antiga Destilaria Central (na localidade da Caieira). A chegada da mesma na cidade, proporcionou não somente uma etapa de promoção na melhoria das condições de saneamento no município, por meio Programa Bahia Azul (PBA)²⁸ assim como promoveu novas vagas de emprego na cidade. Instalada por volta do ano de 2005, a fábrica Penha Papéis (indústria atuante no setor de papel reciclado, cuja a unidade santamarense atua no abastecimento da região nordeste e de sua unidade fabril em Itapira no estado de São Paulo) desponta como um sinal promissor para cidade de Santo Amaro, principalmente, pelo fato de que nos últimos anos havia tido significativas perdas no setor e conseqüentemente vinha sofrendo com a escassez das vagas de emprego na atividade industrial. A Penha, adquiriu duas unidades fabris desativadas nos extremos opostos da cidade, em plantas das antigas fábricas Bacraft²⁹ e Inpasa (MARENGO, 2015). A fabricante de papel, adquiriu ainda algumas plantações de bambu localizadas em diferentes municípios da região do Recôncavo, dentre eles, Santo Amaro (em destaque para o

povoado de São Braz) e Cânions Subaé (ao centro do município), São Francisco do Conde e Cachoeira, em que nelas, constitui a chamada “floresta energética” do grupo. Conforme aponta Marengo (2015), essas imensas plantações de bambu eram de propriedade da Inpasa, que com a chegada da Penha, foram então compradas. O autor expõe ainda que o uso desses bambus na produção também passou por mudança, uma vez que agora não são mais utilizados como matéria prima na fabricação do papel, mas sim como combustível para o maquinário (MARENGO, 2015). Um substituto “sustentável” ao combustível fóssil.

Situada às margens da BR-420, na altura do km 16, sentido sul do município, a planta fabril da Penha em Santo Amaro localiza-se no Pitinga (outrora Pitanga), situado a aproximadamente 30 m do leito do riacho do Pitanga. Consta que até o ano de 2013 a fábrica contava com 1.500 funcionários trabalhando na unidade, mas que conforme afirma Marengo (2015), muito embora tratando-se de uma grande empresa na região, parte da mão-de-obra especializada identificada pelo autor, no citado período, não eram oriundas de Santo Amaro. Aos trabalhadores santamarenses, aponta Marengo (2015), atribuía-lhes comumente os postos de trabalho técnico e chão de fábrica. Situação que dentre outras coisas, expõe problemas locais no que tange a formação profissional, escolaridade e remuneração dessa população.

A presença da indústria de papel na região, encontra-se cercada de questionamentos por parte, sobretudo, da comunidade pesqueira e marisqueira que mora nas adjacências da área da fábrica. Alguns destes trabalhadores que vivem da renda do pescado e mariscagem, e/ou moradores das cercanias dos mangues, relataram durante as entrevistas desta pesquisa que a fabricante de papel estaria deixando escorrer resíduos com produtos utilizados na produção para dentro do manguezal, causando desta maneira escurecimento da água e a mortalidade da vegetação que margeia, de peixes e mariscos na área. Conforme relatou um morador do bairro Invasão Nova Santo Amaro, situado a pouco mais de 2 km da unidade fabril (situado a margem esquerda do rio Pitanga), a situação descrita anteriormente seria

²⁸ O Programa Bahia Azul (PBA) foi concebido entre os anos 90 a início dos anos 2000 no intuito de mudar o quadro de degradação ambiental na Baía de Todos-os-Santos (BTS) e nos centros urbanos em seu entorno. O projeto contemplou uma região de 2.205 km² composto de 12 municípios no entorno da BTS. Aos quais teve como promover ações de saneamento ambiental na região (BORJA, 2006).

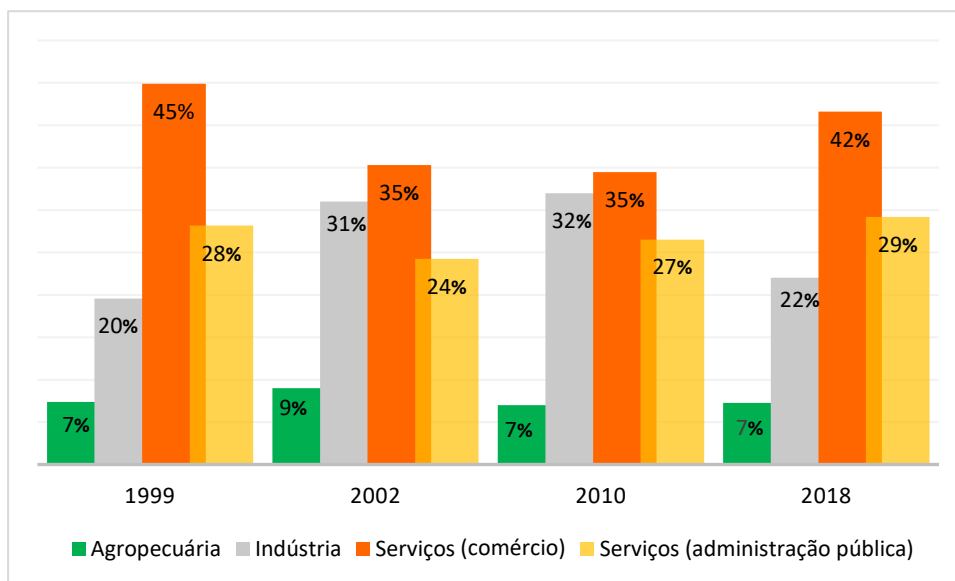
²⁹ Em 2020, a empresa doou o prédio da antiga fábrica Bracraft, localizada na margem da BA-089, na altura do povoado de Pedras, ao município.

de conhecimento das partes (empresa e poder público), visto que, segundo o morador foram aplicadas em tempos recentes, algumas medidas, como o uso de filtro para evitar o despejo direto da substância. No entanto, relata que a ação tomada parece não ter surtido um efeito a longo prazo, uma vez que passado tempo o problema teria se repetido.

As transformações populacionais de cada lugar e região apresentam estrita ligação com a dinâmica econômica desempenhada no período, a exemplo, do que ocorria no passado, quando o rural era quem em certa medida, definia as atividades da cidade, o número de pessoas vivendo nas áreas rurais era muito maior que aqueles em áreas urbanas, visto que a principal atividade econômica acontecia ali no campo e assim, a economia girava em torno do setor primário. Com o passar dos anos o processo de industrialização ocorreu e a intensificação das atividades comerciais, geram novos postos de trabalho e impulsiona a consolidação do setor de comércio e serviços, fazendo com que assim a cidade torne-se o lócus, o principal lugar de moradia, o local de decisões das atividades econômicas. Aqui no Brasil, junto a e/ou por consequência dessas transformações descritas, ocorre um processo de expansão territorial das cidades existentes, bem como, criam-se diversos outros municípios. Com isso, conforme aponta Sampaio (2013), o número de pessoas vivendo em áreas urbanas elevou-se ainda mais.

A Santo Amaro que se apresenta nos primeiros anos do século XXI segundo o levantamento do Produto Interno Bruto Municipal³⁰ (ou PIB Munic.), expressa um perfil econômico quase que completamente voltado ao comércio e serviços, em destaque, para aqueles serviços ligados a administração pública, aos quais, em 2018, foram responsáveis por aproximadamente 71% do valor (VAB) produzido no ano (montante este de R\$ 718.580,15)³¹, sendo o segundo maior valor atingido na série analisada (73% em 1999). Em seguida, apresenta-se o setor industrial, que muito embora incipiente, tem apresentado significativa participação na arrecadação municipal. No gráfico 2, é possível verificar o percentual de contribuição das diferentes atividades econômicas ao PIB Munic., as quais, denominadas de Valor Adicionado Bruto a preços correntes – VAB³², nela, encontram-se a contribuição dos setores econômicos, primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços) no PIB municipal, nos respectivos anos em destaque (1999, 2002, 2010 e 2018).

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto Municipal de Santo Amaro, Bahia por participação dos setores econômicos (%) – 1999, 2002, 2010 e 2018



Fonte: Adaptado da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - SEI/IBGE (1999; 2002; 2010 e 2018).
Elaboração: o autor (2022).

Os resultados apresentados pelo indicador elucidam a correlação direta ocorrida nas mudanças da estrutura econômica com o deslocamento populacional santamarense do rural ao urbano. Mostrando que conforme a população deslocava para as áreas urbanas simultaneamente aumentava-se a participação das atividades de comércio, serviço e indústria. Enquanto que a agropecuária, outrora principal atividade na receita municipal, torna-se com o passar dos anos cada vez menos participativa na soma de todos os bens e serviços finais produzidos.

A agropecuária, ainda que apresentado uma acanhada alta de 2% no ano de 2002, foi o setor que em todo período avaliado, apresentou a menor participação. A atividade, tem como alguns dos principais cultivos, o feijão, a cana-de-açúcar, dendê, coco-da-baía, abacaxi, oriundas quase que em sua totalidade da agricultura familiar, voltadas, em parte, ao abastecimento das demandas local e das regiões adjacentes. Na pecuária tem-se a criação de asinos, bovinos, equinos, galináceos, suínos, caprinos e vacas ordenhadas com boa produção de leite. Enfatiza-se ainda na pecuária, a pesca e a mariscagem que para além da produção artesanal, responsável pela subsistência de muitas famílias e atividade comercial local, conta ainda, com destaque, a produção de camarão no sul do município, no distrito de Acupe.

No setor terciário identificou-se aproximadamente 3.297 empresas inseridas na atividade de comércio e serviços em todo município (ECONODATA, 2021). Ainda que em desenvolvimento inicial, pouco consolidada, a indústria é atualmente o segundo setor da economia de maior participação no PIB santamarense. Ao todo registrou-se a presença de 188 indústrias em todo território municipal, das quais, 186 delas, de transformação – fabricação de produtos alimentícios, embalagens, de celulose, papel e produtos de papel, metalurgia entre outros (ECONODATA, 2021). O maior percentual na série analisada, ocorreu entre 2002 e 2010. No entanto, em 2018 este apresentou um decréscimo, alcançando um patamar percentual próximo do que fora em 1999 (gráfico 2). A respeito, cabe citar a saída da fábrica de papel Bracraft que após funcionar por anos na cidade Santo Amaro, foi transferida, em meados dos anos 2000, para um município no interior do estado de São Paulo. Dentre as indústrias de transformações registradas, destacam-se três delas, (voltadas para fabricação de papéis e embalagens) por estarem presentes nas adjacências da cidade. São elas: A Penha Papéis, produtores de embalagens de papelão ondulado, instalou-se no município em 2005; Fex Indústria, instalada no ano de 2008, produz papel para uso doméstico e higiênico sanitário e a Indústria de Papéis Tissue, estabelecida em 2018, tem como atividade econômica principal, fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário.

Exibindo significativa dependência de recursos repassados pela União e pelo estado ao longo dos últimos dezanove anos, em 2020, 91% da receita municipal total de Santo Amaro foi oriunda das transferências obrigatórias (TCM-BA, 2021). Tamanha dependência o coloca como sendo, em grande medida, um município frágil em recursos próprios, tendo em vista que na ausência dos recursos repassados pela União e estado, Santo Amaro sofreria graves dificuldades em manter-se com receita própria.

³⁰ O Produto Interno Bruto ou PIB, é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos em um país, estado ou município. Assim, tem-se por PIB Municipal, como: um indicador que consolida as informações da atividade econômica dos municípios, tendo como principal objetivo, demonstrar a dinâmica e a performance econômica do município, a partir da consolidação de um conjunto de informações relativas a todos os segmentos produtivos (IBGE/SEI, 2021).

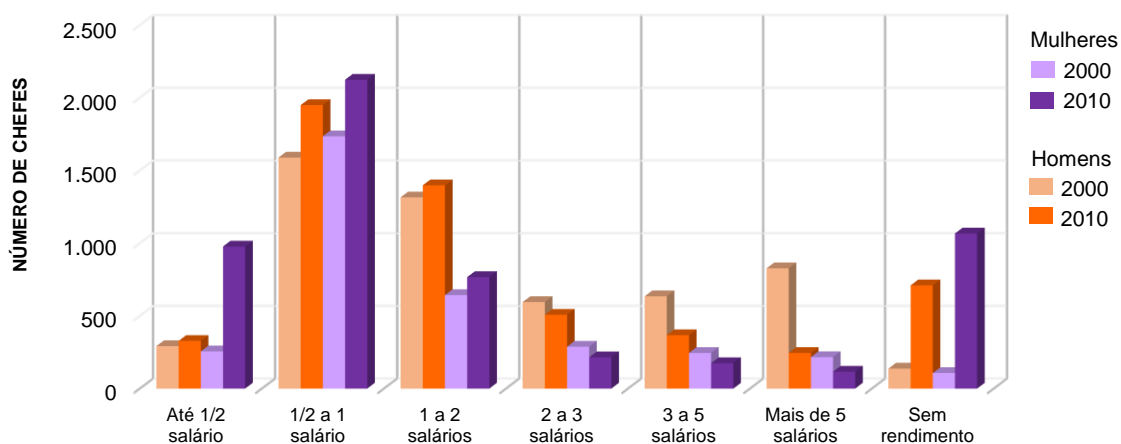
³¹ “VAB é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto - PIB pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades” (Agência CONDEPE/FIDEM).

³² Não inclui a este valor apresentado os demais valores referentes a Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes, PIB per capita que totalizam o PIB Municipal.

No que se refere ao rendimento da população, a renda per capita mensal registrada, apresentou um aumento entre 2000 e 2010 passando de R\$ 245,91, em 2000, para R\$ 392,75 no ano de 2010 (ATLAS BRASIL, 2020). Sendo que neste último ano, o percentual de domicílios com rendimento médio mensal per capita de até 1 salário mínimo foi de aproximadamente 76%. Não muito diferente do percentual apresentado em todo território municipal, na cidade de Santo Amaro, local ao qual, até 2010 concentrava pouco mais da metade de toda população do município (36.844 pessoas ou 63,7%), apresentou um percentual de 78% dos domicílios com rendimento médio na faixa de até 1 salário mínimo (ou R\$ 510,00). Sendo esses domicílios em sua maioria, chefiados por mulheres. Configuração um tanto quanto diferente do que foi apresentada no ano 2000, em que na ocasião, registravam-se dos 8.881 chefes de famílias em toda cidade de Santo Amaro, sendo: 5.391 homens e 3.490, mulheres. Dez anos depois, registrava-se na respectiva ordem, 5.506 e 5.441. Isto é, no primeiro decênio do novo milênio, o perfil dos chefes da família santamarense era composto por aproximadamente 50% de mulheres. Um aumento de quase 11% em relação ao período anterior (IBGE, Censo 2000; 2010).

O crescimento no número de mulheres reconhecida pelos moradores como sendo a principal responsável pelo sustento do domicílio, certamente aponta para uma mudança no modelo das famílias santamarenses como consequência de alguns fatores, entre os quais é possível aqui aludir: novas configurações do modelo familiar, que não mais aquele entendimento único de família patriarcal, isto é, que não somente tem na figura do homem o principal responsável pelo sustento familiar; o possível aumento no número de mães solas e, portanto, um maior número famílias monoparentais femininas; uma maior presença dessas mulheres no mercado de trabalho e assim sendo, tornando-se elas as principais provedora destas famílias, entre outros fatores. Esse aumento em certa medida, sob ótica da independência financeira delas e reconhecimento das múltiplas possibilidades de configuração familiar, pode ser lido como um movimento positivo. No entanto, as análises revelam que ao passo em que crescia o número de mulheres chefiando os lares em Santo Amaro, aumentava-se também a presença delas entre aqueles nas faixas de renda baixa. Em maior parte, compondo as faixas de renda de “até 1 salário mínimo” e também entre os “sem rendimento”, conforme é possível verificar no gráfico 3.

Gráfico 3 – Chefes de família, segundo o gênero e faixa de renda na cidade de Santo Amaro, Bahia – 2000/2010



Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000; 2010).

Elaboração: o autor (2022).

Conforme visto no gráfico anterior (gráfico 3), a tamanha presença das mulheres nas faixas de renda mais baixa, indica, dentre outras coisas, que estas chefes, em maior medida, encontram-se em situação de trabalho informal, e quando inseridas no formal, estão a ocupar em sua maioria, os cargos de menor qualificação e/ou de baixa remuneração. A situação revela ainda a disparidade salarial entre homens e mulheres, bem como, a distinção feita na escolha para determinados cargos, sobretudo aqueles de elevada posição dentro do trabalho e, portanto, de maior remuneração.

No âmbito das questões do saneamento básico, dentre os três serviços que o constitui (esgotamento sanitário, coleta de lixo e abastecimento de água) verificados na cidade de Santo Amaro, no ano de 2010, o esgotamento sanitário foi aquele que apresentou como sendo o serviço de menor cobertura. Foram identificados um percentual de 80% dos domicílios (ou 8.776 dos 10.987) servidos de esgotamento sanitário via rede geral de esgoto. A cobertura do mesmo é menor quando avaliado em todo território municipal, dispondo de somente 52% dos domicílios ligados via rede geral de esgoto (IBGE, 2010). Na cidade foi observado uma quantidade significativa de domicílios que tinha outro destino para os resíduos líquidos que não a rede geral de esgoto. Embora essa ocorrência estivesse presente em quase todas as áreas da cidade, elas se apresentaram, de maneira geral, pouco distribuída, concentrando em pontos específicos da cidade.

Há de se destacar que embora o percentual de domicílios ligado à rede geral na cidade de Santo Amaro tenha sido o menor registrado entre os três serviços avaliados, o mesmo, apresentou um progresso em relação ao período anterior, uma vez que, entre 2000 e 2010 apresentou um aumento de quase 20% no número de domicílios atendidos pelo serviço (IBGE, Censo 2010). Porém, salienta-se ainda, que apesar do aumento no número de domicílios coberto pelo serviço de esgotamento, o mesmo apresentou um descompasso no que se refere a oferta da infraestrutura, não sendo capaz de acompanhar, ou suprir as demandas resultantes do crescimento da cidade. De modo que se apresentou-se estando sempre abaixo da cobertura necessária as demandas da população citadina, ocasionando uma sobrecarga das redes já existentes e/ou lançamentos a céu aberto. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, revelaram ainda que, em 2010 o contingente da população urbana atendida pelo serviço de esgotamento sanitário no município de Santo Amaro foi 22.778 pessoas (SNIS, 2010). Isto é, somente metade da população residente em áreas urbana tinha acesso ao serviço (pop. urbana total: 44.766). Aproximadamente dez anos depois, haviam somente 745 novas pessoas com acesso ao serviço de esgotamento (SNIS, 2019).

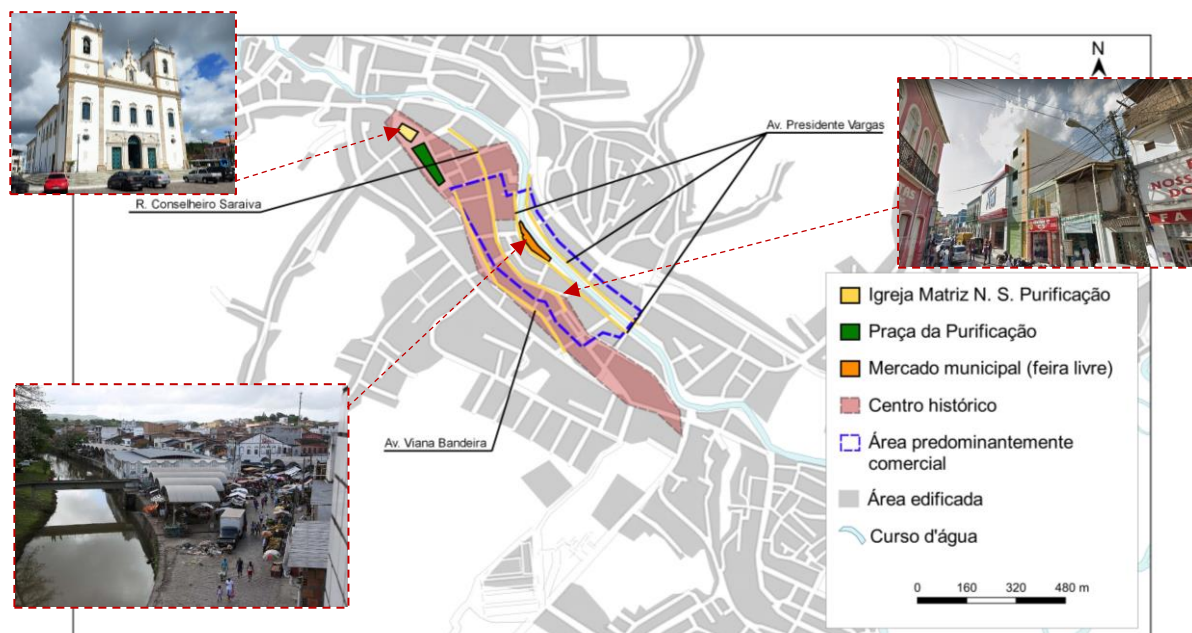
Os demais serviços do saneamento básico analisados, como: abastecimento de água via rede geral de distribuição (fornecidas pela empresa de água e saneamento do estado, a embasa); coleta de lixo, considerando os domicílios atendidos pelo serviço de limpeza (serviço prestado por empresas terceirizadas por meio de licitações apresentados pela prefeitura), apresentaram respectivamente no ano de 2010, 95% e 94% dos domicílios atendidos pelos serviços, frente aos respectivos 88% e 94% apresentado no ano 2000. Sendo em sua maioria atendidos diretamente pelo serviço de limpeza, isto é, tendo o agente de limpeza coletando o lixo na porta de casa, seguido pela forma de destinação do resíduo sólido, por meio de caçamba disponibilizadas pelo serviço de limpeza em um ponto da rua. Isso aponta uma desconformidade entre a dinâmica de ocupação na cidade e da oferta de infraestrutura e serviços de saneamento básico na Santo Amaro. A exemplo da coleta de lixo, cujo serviço praticamente manteve o mesmo percentual de cobertura mesmo tendo sido registrado aumento no número total de domicílios de um ano para o outro.

5 EVOLUÇÃO DA MANCHA DE OCUPAÇÃO URBANA

A cidade de Santo Amaro, constituída em um sítio provido de belezas naturais exuberantes situada em um vale fluvial cercado por resquícios de vegetação ombrófila, tem na sua paisagem a presença constante do rio Subaé e seus afluentes (Traripe e Sergimirim). Os cursos d'água, juntamente com outros acidentes geográficos, marcam a passagem de um lugar para o outro na cidade, como ocorre nos casos da Candelândia-Centro, Bonfim, Ideal, Sacramento, segmentados pelos rios. Na porção central da mancha (parte mais antiga da cidade) as ruas simétricas e planejadas com edifícios exuberantes e palacetes dos séculos XVIII contrastam com uma cidade do século XXI marcada por problemas espaciais, degradação ambiental, pela pobreza e pela desigualdade que tanto agravam as condições de vida de sua população.

Apresentando predominantemente em seu território características ligadas ao rural, expressas ora pela paisagem com o predomínio de espaços naturais manifesto em grande parte de todo território municipal, ora em suas relações sociais, tendo por características a relação de proximidade entre as pessoas e/ou pela sua economia, que em maior medida, voltadas para as atividades de comércio e serviços. É na cidade em que se concentra predominantemente essas atividades agrupadas, em sua maioria, na porção central, entre as duas das principais avenidas: a Presidente Vargas e a Viana Bandeira (figura 18). É nesta porção da cidade que se encontram clínicas, hospitais, restaurantes, secretarias municipais, farmácias, supermercados, diversas lojas, e o mercado municipal (e feira livre). Um pouco mais ao noroeste, encontram-se os prédios da administração municipal, da Igreja Matriz e da praça da Purificação, dois dos principais e mais importantes pontos da cidade, não à toa, faz-se sendo o cartão postal e principal local de encontro da população. É na praça da Purificação, por exemplo, que ocorre os principais eventos, desde os políticos até os festejos cívicos e religiosos, a citar a festa de “Nossa senhora da Purificação”, a celebração de maior destaque que se inicia Igreja Matriz, localizada na praça Purificação e ganha parte das demais ruas do centro da cidade.

Figura 18 – Área comercial e alguns dos principais pontos de referência da cidade de Santo Amaro, Bahia



Fontes: Imagens (Prefeitura de Santo Amaro); Logradouros (IBGE, 2020).
Elaboração: o autor (2022).

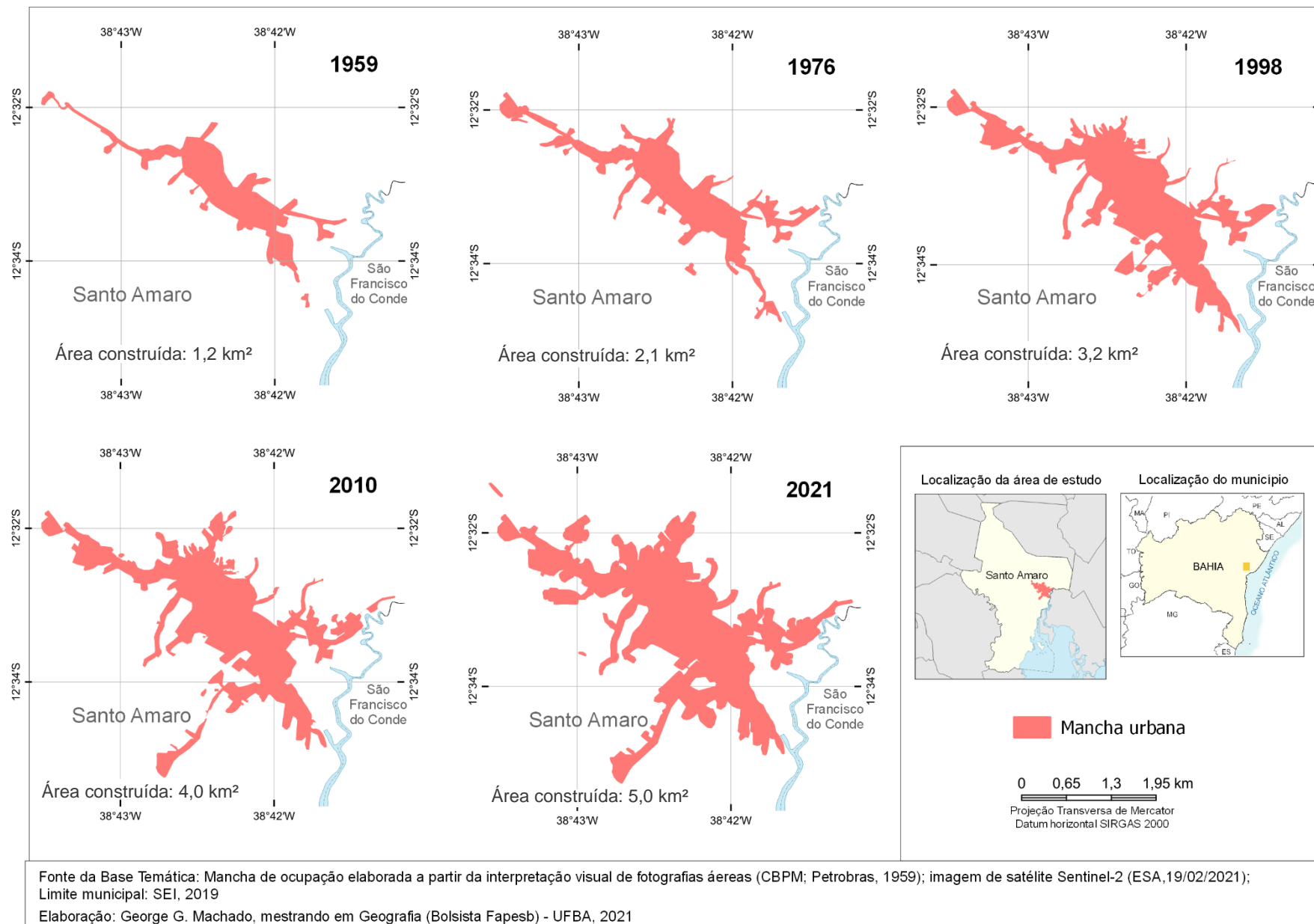
A posição de Santo Amaro na rede urbana local encontra-se diretamente ligada a capital, Salvador, na qual, de acordo com a publicação “Regiões de Influência das Cidades” - REGIC, elaborado pelo IBGE, em 2018, Santo Amaro encontra-se classificada hierarquicamente como um Centro de Zona A (de nível 4 A, em uma escala de 1 a 5). Segundo o citado instituto, Santo Amaro é uma cidade de baixa atividades de gestão que exerce influência sobre cidades vizinhas hierarquicamente inferiores em virtude da atração direta da população por comércio e serviços mais próximos. Muito embora estejam os santamarenses espacialmente mais próximos de Feira de Santana (classificada enquanto Capital Regional B), não há uma influência direta entre elas. No caso de Santo Amaro, a relativa proximidade espacial com a metrópole, Salvador (o elo final da rede urbana, no qual os centros urbanos se direcionam direta ou indiretamente) faz com que ela se ligue diretamente sem passar por centros intermediários como comumente ocorre em casos de hierarquia semelhante.

Partindo do objetivo de representar as transformações da mancha urbana de Santo Amaro ao longo dos anos, em seus movimentos de extensão e adensamento, percebeu-se, por meio desse sequenciamento de sua forma espacial, ter ocorrido um crescimento da área edificada da cidade entre 1959 a 2021 em aproximadamente

307%. Resultado que estaria abaixo do crescimento extensivo observado nas últimas décadas em Feira de Santana (aproximadamente 787%) e acima do ocorrido em Cachoeira (cerca de 126%). Dentre os cinco períodos analisados, aquele que demonstrou ter ocorrido o maior crescimento extensivo da mancha urbana da cidade de Santo Amaro foi entre 1998 e 2010, passando dos 3,2 para 4,01 km² em área edificada. Apesar disso, o modo de crescimento que prevaleceu sobremaneira ao longo de todos os períodos foi o por adensamento das áreas previamente ocupadas, resultando assim, em uma maior ocupação do solo/terra urbana.

Toda mancha urbana ainda que manifestando-se quase que de maneira única para cada cidade, apresentam características que podem ser tipificadas como atributos gerais a uma dada lógica de ocupação do território (linear, continua etc.). Na mancha urbana de Santo Amaro percebeu-se ter havido predominantemente uma configuração linear, dada por uma ocupação distribuída as margens do rio Subaé, ao mesmo tempo em que se modelou pela conformação das demais barreiras naturais, como as serras que circundam o terreno em que se estabeleceu o centro urbano, efetuando-se no transcorrer do tempo em um crescimento relativamente moderado da mancha urbana. Estes acréscimos, intensivos e também extensivos, expressaram-se pelo surgimento de novas construções, resultando na diminuição de espaços vazios no interior da malha e substituição/reutilização de terrenos ou edificações existentes. Ou ainda, decorreu da incorporação de novas porções de terra ao perímetro urbano. A área que ao longo do período analisado (1959-2020) mais apresentou um crescimento intensivo foi o centro da cidade, sobremaneira, em função da infraestrutura, atividades e serviços disponíveis nela. A presença destes elementos a torna como sendo uma área valorizada dentro do mercado imobiliário e, portanto, cada vez mais disputada. De maneira mais gradual e relativamente mais devagar que a ocorrência por meio do crescimento intensivo, a mancha urbana crescia extensivamente a partir da incorporação de novas áreas na franja do tecido preexistente, causando-lhe algumas alterações em sua forma física. A partir de 1959 a mancha urbana demonstra uma tendencia de feição mais ramificada, caracterizada principalmente pelo surgimento de pequenos tentáculos que parecem sair da área mais adensada em direção ao entorno da cidade, ocupando os espaços até então não edificados conforme pode ser observado na figura 19.

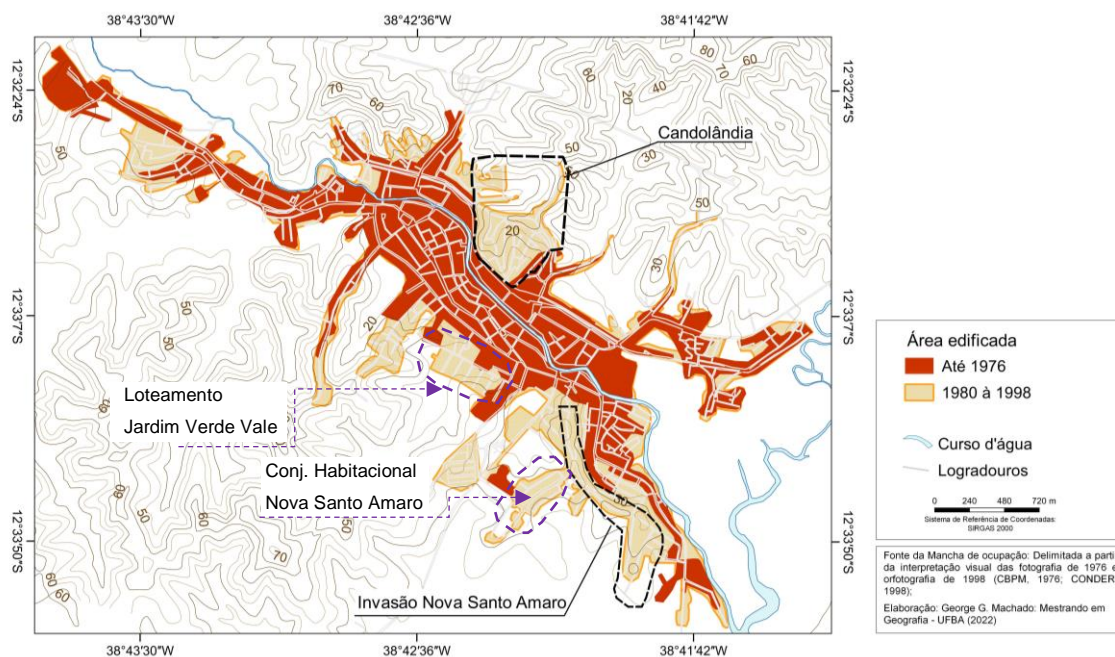
Figura 19 – Transformações da mancha de ocupação na cidade de Santo Amaro, Bahia – 1959-2020



Conforme visto, os modelos gerados revelam a evolução da mancha urbana da cidade em um intervalo agregado de cinco períodos que capta entre os anos 60-70, 80-90, 90-2000, 2000-2010 e 2010-2021 (figura 19). A medida em que a ocupação, por meio da edificação, se estendia por terras até então de uso não-urbano, a forma do tecido pré-existente exibia uma feição cada vez mais tentacular, resultando em uma ocupação de predominância linear, ora em função da limitação exposta pela feição do terreno, ora por orientar-se margeando algumas das principais vias. Ao mesmo tempo a mancha urbana ganhou uma aparência mais corpulenta, tipificada pela ausência de áreas entremeadas por bolsões livres e urbanizadas. A ocorrência dos dois processos simultaneamente (densificação-extensão), constituiu-se sobretudo numa intensificação do uso do solo na porção central da cidade. Por sua vez, na porção periférica do tecido urbano pré-existente, acrescia-lhe novas porções de terra urbana, novos lugares, dando-lhe um novo traçado a malha viária.

É no intervalo entre 1976-1998 que se processa um amplo crescimento da mancha urbana. Também é neste mesmo intervalo em que ocorre a superação do vagaroso crescimento populacional apontado nas décadas passadas. Na porção central, novas vias são incorporadas ao traçado existente, algumas delas, dando continuidade ao traçado reticular, característico da área. Neste mesmo período, final dos anos 70 e início dos anos 80, mediante um processo de ocupação predominantemente informal sobre as cotas mais elevadas do morro, a cidade se modifica. As novas ocupações, a exemplo da Candolândia e Invasão Nova Santo Amaro, efetuam-se, ora estendendo-se pelos cumes e encostas, e com arruamento menos reticular que na porção central (figura 20). Estas áreas, predominantemente constituídas por pessoas baixa renda, constituem-se como sendo áreas de maior suscetibilidade a ocorrências de deslizamentos e outros riscos ambientais. Não à toa, a ocupação informal sobre esses locais somente se estende por serem elas, áreas relegadas, desinteressantes ao mercado imobiliário.

Figura 20 – Topografia das áreas ocupadas, Santo Amaro, Bahia – 1976 a 1998



Elaboração: o autor (2022).

Por entre 1970 e 1980, as principais via de acesso a cidade de Santo Amaro passa a ocorrer por meio das estradas de rodagem. A construção das Rodovias Federais 116, 324 e posteriormente 420, a partir dos anos 60, provocou alterações significativas no acesso a pequena cidade baiana, que até então, em grande medida se dava pelas vias fluviomarítima e férrea. Em decorrência desta reorientação das áreas receptoras dos investimentos públicos por meio da implantação, ora requalificação das estradas de rodagem, para melhor atender aos transportes rodoviário, as ocupações por meio de edificações, passaram a dispor em novos direcionamentos, diferentes daqueles apresentados até então. Consta neste mesmo período a criação do Conjunto Habitacional Nova Santo Amaro, destinado a populações entre as faixas de renda média (o único deste tipo identificado na cidade até a então), situado na parte sul da cidade, em terreno as margens da Rodovia Federal 420 (figura 20). A presença do mesmo na dada porção da cidade deslocou investimentos de infraestrutura e alguns serviços urbanos para aquela área até então pouco povoada. Erguido em terreno a margem do trecho BR-420, sentido sul do município, demonstrou ter havido uma relação simbiótica com a via, uma vez que a que a criação e/ou melhoria da mesma proporcionou oportunidades para investimento imobiliário. Ao sudeste, próxima a porção central da cidade, identificou-se ainda o loteamento Jardim Verde Vale, constituído no período pós anos 80. Semelhante ao

caso do Conj. Nova Santo Amaro (hoje bairro), este surge também como local de moradia para as populações com faixas de renda superior a dois salários mínimos. Os exemplos apresentados demonstram as duas maneiras de crescimento expansivo, sendo que os dois primeiros casos (Candolândia e Invasão Santo Amaro), mediante a ocupação espontânea produz um crescimento extensivo por meio dos grupos sociais excluídos, enquanto que os dois últimos produzindo também uma extensão da mancha, o faz mediante a incorporação formal de novas áreas, caracterizadas pelo parcelamento do solo urbano, pela divisão da gleba em lotes.

No segundo decênio do século XXI, período que abarca os anos de 2010 e 2021, percebeu-se ter havido, predominantemente na área central da cidade, uma transformação por meio da consolidação de áreas previamente ocupadas por edificações, o que resultou em uma menor presença de espaços vazios nestas áreas. Ao mesmo tempo, exibiu-se uma sobreposição, expressa na alteração da volumetria construída, dando novas formas e densidades às áreas ocupadas. Assim, no último ano analisado (2021) a mancha urbana da cidade de Santo Amaro/BA, configurava-se enquanto uma mancha mista, resultando da combinação de uma ocupação linear e geométrica. A cidade exhibe, sobretudo, na parte central, um planejamento e regularidade na ocupação combinado à um crescimento estruturado em torno do curso d'água (posteriormente das rodovias) e/ou conformado pelas barreiras do relevo em que se encontra o sítio urbano. Apresentando dessa maneira, um centro compacto e bordas lineares.

As formas e transformações da mancha, resultando das diferentes ações dos agentes sociais (pessoas, grupos, empresas, organizações ou o Poder público) não somente apresentam correlação entre as dinâmicas econômicas (em pungências e decadências) vividas na esfera nacional, regional e sobretudo, local, bem como são guiados por uma variedade de interesses públicos e/ou privados sobre o espaço urbano da cidade de Santo Amaro, que ora agem de maneira convergente, ora divergente entre eles.

Analisando esses agentes sociais de produção do espaço da cidade de Santo Amaro quanto a sua presença e atuação, identificou-se haver atualmente no núcleo urbano poucos proprietários fundiários com propriedade de grandes lotes de terra. Estima-se que atualmente haja nas áreas adjacentes ao núcleo urbano cerca de 12 imóveis rurais, sendo em sua maioria pequenas propriedades (em sua maioria não

ultrapassando 30 hectares) e estando esses proprietários de pequenos lotes de terra presentes em alguns pontos nos arredores do centro da cidade, a destacar o bairro do Jardim Verde Vale, no qual, atualmente é possível encontrar muitos dos lotes já delimitados com trechos de arruamentos pavimentados ladeados por “meio fio”, como mostra a figura 21. Os demais lotes encontram-se, em sua maioria, situados nas áreas periféricas da cidade, como no Sacramento, Bonfim, Caixa D’água. Enquanto que na porção central, a presença de lotes de terra vazios, é hoje, praticamente inexistente.

Figura 21 – Lotes de terras “vazios”, Jardim Verde Vale, Santo Amaro – Bahia



Fonte: Google Maps (2021).

As análises documentais demonstram que a presença desses grandes lotes vazios era bastante presente na segunda metade dos anos 1980 de modo que a sua existência tenha causado naquele momento significativos impactos no processo de ocupação da cidade, limitando a ocupação em determinadas direções, o que, de certo modo foi um fator contribuinte para a constituição da forma física de mancha da cidade naquele período.

5.1 O DESENVOLVIMENTO DA MANCHA DE OCUPAÇÃO URBANA NOS PRIMEIROS DECENIOS DO SÉCULO XXI

No período que compreende os anos de 2000 a 2010, ainda que tendo havido um declínio da população urbana, expresso pela diminuição no número de habitantes na cidade de Santo Amaro, verificou-se um aumento por extensão das áreas edificadas na mancha urbana. Ao modo que a expansão da malha manifestou em grande medida, por ter tido relação direta com a densidade urbana e as formas de ocupação do solo nesse aglomerado, do que necessariamente uma correlação com o crescimento da população. Embora o aumento demográfico apresente-se como um dos fatores de estímulo para o processo de expansão urbana, não é ele, em si mesmo, um elemento indispensável há algumas décadas como já apontado aqui (CHATEL E SPOSITO, 2015), tendo em vista que é possível que haja cidades estendendo-se

especialmente mesmo tendo sofrido declínio demográfico, semelhante ao que ocorreu em Santo Amaro. Isso, pode se dar em especial naquelas cidades em que o modelo de crescimento e construção é predominantemente horizontalizada, o que leva, portanto, a estar sempre adicionando novas porções de terras ao tecido pré-existente, ou ainda por motivos outros aos quais políticas de habitação por meio da construção de moradias populares, estratégias do mercado imobiliário prevendo valorizar novas áreas.

Para Corrêa (1995) os promotores imobiliários são quem em grande medida realizam a incorporação, financiamento, construção e produção física do imóvel. São esses os agentes de produção do espaço que operam a comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro. Na cidade de Santo Amaro observou-se a pouca presença destes agentes atuando na produção do espaço urbano. Apresentando-se eles, em maior medida, caracterizados enquanto pequenos e médios empresários que adquirem lotes de terras, ou antigas edificações -- principalmente aquelas localizadas na porção central da cidade -- destinando-as a construção de imóveis para uso comercial e/ou residencial para aluguel, tendo ainda, registrado a presença de construtoras voltadas a construção civil de pequeno a médio porte.

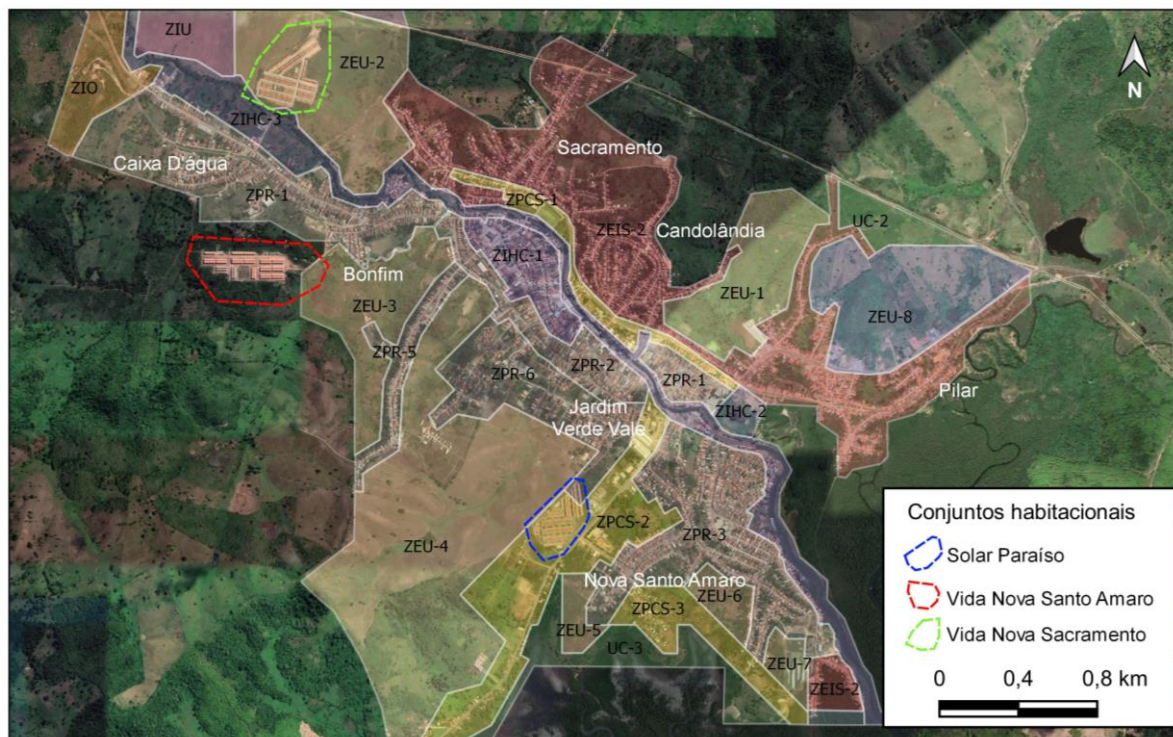
A valorização diferenciada das áreas do tecido urbano é uma questão que se encontra diretamente ligado a atuação desses promotores imobiliários, uma vez que ao escolherem uma determinada área do espaço urbano para empreender (comercial ou residencial), estes agentes levam em consideração fatores como investimento público ou privado na área em questão, condições naturais da área, infraestrutura. Condições essas que se fazem determinantes para a valorização ou não da terra urbana.

No âmbito da infraestrutura, a cidade expressa uma relação direta com o Estado, em grande medida na figura da prefeitura e dos demais agentes existentes. O poder executivo municipal é quem atua como sendo o agente que mais age no âmbito da produção do espaço urbano santamarense, mediante ao que, como já apontara Corrêa (1995, p.24): “através da implantação de serviços públicos, como, sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, coleta de lixo, etc.”. Ao passo que a prefeitura intervém, ora como mera atividade rotineira obrigatória, ora em função

da extensão ou aumento populacional dos bairros, construído e/ou melhorando infraestrutura existentes, a cidade vai gradativamente se transformando. Estendendo-se ou adensando, mais em determinado ponto que outro, conforme o tipo e grau de intervenção infraestrutural aplicado na dada área. Quando o agente Estado constrói estruturas, equipamentos urbanos (postos de saúde, escolas, praças), requalificando vias públicas, construindo conjuntos habitacionais para populações de faixas de renda mais baixa -- empreendimento quase sempre implantados nas áreas periféricas das cidades em função do baixo valor das terras --, o Estado atua não somente como consumidor de espaço e proprietário fundiário como também enquanto promotor imobiliário na construção do espaço urbano da cidade, sem ao mesmo tempo deixar de ser um agente de regulação do uso solo, conforme estabelece Corrêa (1995).

Em Santo Amaro, registrou-se haver atualmente, somente 3 grandes conjuntos habitacionais, de atribuição ao governo federal e municipal, todos eles destinados a moradia popular. Os três grandes conjuntos habitacionais existentes na cidade, beneficiará até 2023 parte da população de faixa renda mais baixa na cidade por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, implantados cada um deles em áreas distintas, na franja da mancha urbana (figura 22). Este caso, evidencia a atuação do Estado, em Santo Amaro, enquanto produtor imobiliário e ao mesmo tempo agente regulador, uma vez que ao implantar residenciais populares nesses lugares ele não somente estende o perímetro como também regula quais terras são urbanas e quais ou qual uso a ela deve ser dado, bem como promove a ação imobiliária na construção de moradias.

Figura 22 – Extensão da franja urbana mediante a construção de conjuntos habitacionais popular segundo Zoneamento do PDDU-PDDM – 2014



Nota: Zona Predominantemente Residencial (ZPR); Zona de Interesse Histórico e Cultural (ZIHC); Zona de Expansão Urbana (ZEUI); Zona Predominantemente de Comércio e Serviços (ZPCS); Zona Industrial Urbana (ZIU); Zona de Interdição de Ocupações (ZIO); Zona de Especial Interesse Social (ZEIS); Zona Portuária (ZP); Unidade de Conservação (UC).

Fonte: Google Earth, Maxar Technologies (2021).

Elaboração: adaptado de Santo Amaro (2016), o autor (2022).

Os conjuntos habitacionais Vida Nova Santo Amaro, situado próximo ao bairro do Bonfim e o Vida Nova Sacramento, localizado na margem esquerda do Subaé, em proximidade com a “estrada da tubulação da embasa”, e o conj. Solar Paraíso, na porção sul da cidade, defronte ao bairro Nova Santo Amaro, encontram-se inseridos em áreas, ao qual, segundo Plano Diretor (PDDU-PDDM), destinadas à promoção de expansão urbana. A implantação destes empreendimentos habitacionais tem como propósito o desenvolvimento de uma expansão radial da mancha de ocupação, conforme previsto no primeiro ponto do art. 39 do Plano Diretor (SANTO AMARO, PDDU, 2014). Juntos totalizam algo em torno de 1.144 novas unidades habitacionais. Faz-se lembrar que no levantamento censitário do IBGE de 2010, a cidade de Santo Amaro possuía 10.987 domicílios, nesse contexto, a produção dessas mil e cem novas unidades terá um efeito expressivo, uma vez que corresponde a um pouco mais de 10% (dez por cento) daquele total. Na figura 23 é possível verificar as edificações conj.

Solar Paraíso, primeiro dos três empreendimentos a ser entregue, o qual conta com 500 unidades.

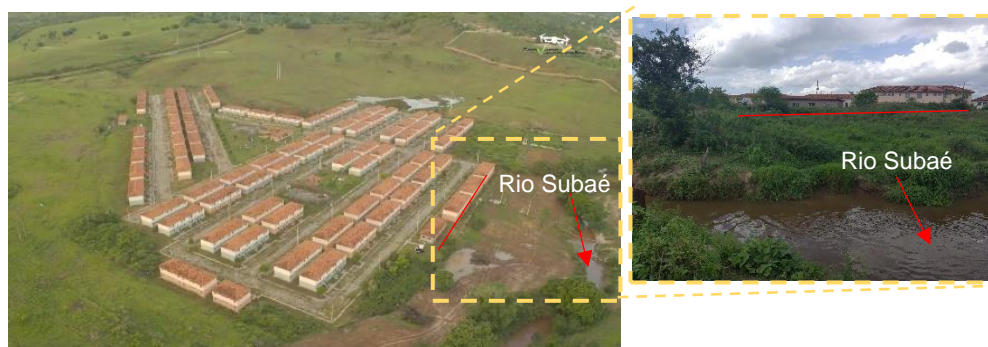
Figura 23 – Conjunto Habitacional Solar Paraíso construídos através do (MCMV) – Santo Amaro, Bahia, 2021



a) edifícios do conj. Solar Paraíso; b) via interna ao conj. Solar Paraíso.
Fonte: o autor (2021).

Implantados na periferia da mancha, distantes do centro da cidade, dois dos conjuntos (conj. Vida Nova Sacramento e o Vida Nova Santo Amaro) foram erguidos em áreas um quanto, discutíveis. O primeiro deles, Vida Nova Sacramento, situado no bairro do Bonfim, foi construído a pouco mais 860 metros de distância de uma área considerada imprópria à ocupação em função do elevado nível de contaminação por chumbo e cádmio em função do passivo deixado pela fábrica Cobrac. O segundo, de nome Vida Nova Santo Amaro, situado na margem esquerda do Subaé, situado a pouco mais de 50 metros do leito do rio, encontra-se em terreno que conforme apontado por Borges (2018), em seu estudo sobre as inundações ocorridas na zona urbana de Santo Amaro (1993, 2000, 2010 e 2015), são áreas de médio à alto risco de inundação nos períodos de cheias (figura 24). Há de se destacar que em função da presença do rio cortando o terreno até o primeiro semestre de 2022, tinha-se por acesso ao conjunto de casas a estrada da embasa (via contorna por fora da cidade) tornando-o ainda mais distante do centro da cidade.

Figura 24 – Conjunto Habitacional Vida Nova Santo Amaro, Santo Amaro, Bahia – 2021



Fonte: Geovane Vasconcellos (2021); o autor (2021).

Para Corrêa (1995), a habitação se apresenta como um dos bens cujo acesso é seletivo, em que uma grande parcela da população não possui renda para pagar aluguel de uma habitação minimamente adequada, quiçá adquirir um imóvel próprio. Por isso faz-se necessário a ampliação, criação e fortalecimento de programas de moradia popular, sobretudo, destinado as populações em faixas de renda mais baixa.

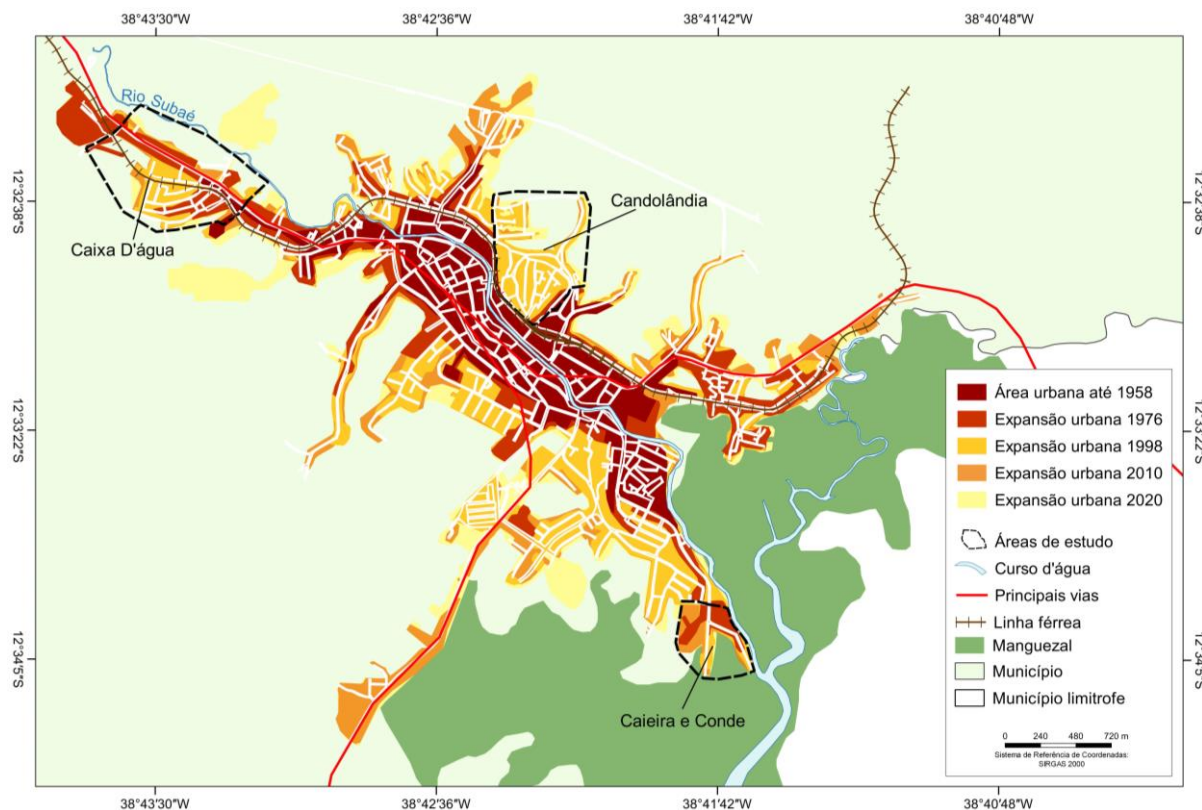
Formado por trabalhadoras e trabalhadores em grande medida inseridos em condições de desemprego ou em situação de subempregos, impossibilitados de acessar o mercado formal de habitação, constata-se que grande parte das ocupações periféricas em Santo Amaro são resultado dessa morosidade/omissão do poder público em oferecer unidades habitacionais e o acesso à terra no ritmo equiparado ao demandado pelo crescimento populacional da cidade. Este descompasso empurrou para que a população, sobretudo aquela de menor poder aquisitivo, resolvesse suas demandas por conta própria com os recursos que lhe cabiam, como resultado frente a urgência da necessidade pela busca ao direito a terra urbana e a moradia. Instalando-se, predominantemente, nas áreas periféricas, essas ocupações originaram alguns dos maiores e mais populosos bairros da pequena cidade (ex.: Candolândia, Invasão Nova Santo Amaro, Sacramento) que conseqüentemente promoveu a expansão do tecido urbano.

6 OCUPAÇÃO E USO NA CIDADE DE SANTO AMARO: OS CASOS DA CANDOLÂNDIA, CAIXA D'ÁGUA E DA CAIEIRA E CONDE

O aumento populacional provocado pelo crescimento vegetativo e pela migração de pessoas que viviam no campo para as cidades, resultou no aumento da procura por espaços para habitação e trabalho ao longo dos últimos setenta anos. Ao passo em que crescia a população urbana de Santo Amaro, cresciam as suas demandas. Os terrenos localizados mais ao centro da cidade, dotados de maior infraestrutura e coberto por mais serviços, valorizavam-se sob ponto de vista imobiliário, tornando esse espaço cada vez mais disputado e de difícil acesso aos trabalhadores de menor poder aquisitivo. Estas trabalhadoras e trabalhadores em situação de maior vulnerabilidade social foram sendo aos poucos empurrados para as áreas periféricas da cidade, ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terrenos de propriedade alheia, particular ou pública, sem infraestrutura e sem disponibilidade de serviços urbanos, estabelecendo-se, de maneira geral, de forma desordenada e demograficamente densa.

Desta maneira, a partir da análise dos capítulos 4 e 5 foram selecionadas três áreas de ocupação urbana espontânea que tenha surgido e/ou adensado no período analisado. Sendo assim, foram elas: a Candolândia, Caixa D'água e Caieira e Conde (figura 25). Objetiva-se, portanto, neste capítulo debruçar-se mais detalhadamente sobre o processo de ocupação e uso, apresentando o perfil populacional das três áreas no citado contexto. Destaca-se ainda, que todas as entrevistas ocorreram dentro da poligonal expressa nas figuras deste capítulo. Embora não haja documentos visuais que apresente a área específica e devidamente delimitada de cada bairro, o desenho da poligonal utilizada nesta pesquisa, resultou de levantamento bibliográficos, cartográfico e das informações apresentadas pela prefeitura.

Figura 25 – Localização das três áreas de expansão urbana na cidade de Santo Amaro, Bahia – 1958-2020



6.1 CANDOLÂNDIA

Situado na porção norte da mancha da cidade de Santo Amaro, a Candolândia é um bairro erguido sobre um terreno acidentado na margem esquerda do rio Subaé, que faz paralelo com um considerável trecho da linha férrea (FCA), conforme é possível verificar na figura 25. Situado a uma distância aproximada de 100 metros do leito do principal curso d'água que banha a cidade, o bairro, de formação considerada, não planejada, tem as primeiras ocupações de origem, nos anos finais das décadas de 1970 e início de 1980. Conforme conta nos levantamentos realizados, as terras em questão tratavam-se de uma propriedade particular que foi ocupada pela população diante da demanda por moradia e acesso à terra urbana. Esse é um período marcado pela ocorrência de ocupações semelhantes em diferentes pontos da cidade de Santo Amaro conforme foi verificado na figura 19 que dispõe da evolução da mancha urbana da cidade ao longo dos cinco períodos. Apossar-se do terreno mediante a ocupação por meio da construção, foi uma estratégia bastante utilizada na reivindicação pelo direito à terra, pelo direito à moradia em Santo Amaro.

Até o ano de 1976, as terras as quais anos mais tarde viria a se tornar o bairro da Candolândia apresentavam-se em quase toda sua totalidade coberta por vegetação arbórea e herbácea com gramínea e arbusto. Conforme expresso na figura 26, a fotografia aérea de 1976 revela e ao mesmo tempo ratifica os relatos e indicações de que o início da ocupação na área tenha ocorrido, mais especificamente entre os dois últimos anos de 1970 e início dos anos 80.

Figura 26 – Delimitação das terras e início de ocupação do bairro da Candolândia, Santo Amaro, Bahia – 1976



Fonte: CONDER (1976); Elaboração: o autor (2022).

Conforme aponta Marengo (2015) as terras sobre a qual, hoje encontram-se erguida o bairro da Candolândia, naquele período, compreendia parte da Fazenda Recreio, de propriedade privada de Dorival Fiuza, no qual, segundo levantamentos feitos junto ao INCRA, a sua área total, atualmente, corresponde a 87,1 hectare. A respeito de sua origem, alguns moradores mais antigos, relatam inclusive, que estaria no processo de nomeação do bairro, uma alusão ao antigo proprietário das terras. A “escolha” desse terreno de acentuado declive como sendo o local para construção de suas moradias por parte da população é ainda questionável. Uma primeira explicação, segundo alguns de seus moradores mais antigos ouvidos nessa pesquisa, seria de que as ocupações na área tenham se dado a partir de uma disputa pela propriedade das terras entre a prefeitura e o ex-proprietário, em que na ocasião o poder municipal, na figura do então prefeito, teria expedido a desapropriação das terras no intuito de promover o crescimento da cidade destinando-a para a construção de moradias

populares -- semelhante ao que teria feito em um terreno mais ao sul da cidade, à margem da BR-420, para construção do Conjunto Habitacional Nova Santo Amaro. No entanto, relatam-se que teria o ex-proprietário (por motivos não identificado) se recusado a cumprir o acordo. Como resultado deste impasse teve início o povoamento irregular a partir de autoconstruções e loteamento sem a devida certificação da prefeitura. A segunda explicação apresentada para o início das ocupações nas terras da Candolândia, seria de que, segundo alguns moradores as ocupações espontâneas teriam resultado da necessidade de morar somados a disponibilidades dessas terras “desocupadas” próxima ao centro da cidade. A urgência por terras disponíveis e acessíveis diante da crescente população citadina fez desse local oportuno para se estabelecerem e ali erguerem suas moradias e, por meio da ocupação mediante a construção de casebres e barracos, fossem garantindo a posse do terreno (MARENGO, 2015). No local, relatam esses moradores, quando os primeiros deles chegaram ali, apresentavam-se desprovido de qualquer infraestrutura. De acordo a esta segunda explicação sobre o início das ocupações na área, a desapropriação das terras da Fazenda Recreio teria ocorrido assim posteriormente ao povoamento irregular, e não o contrário como apresentado na primeira explicação, de modo que somente após as ocupações a prefeitura teria tomado a medida de expropriação, com uma medida para sanar parte da situação, tornando-a somente a partir de então como terras urbanas e parte oficial do tecido da cidade, uma vez que após meado dos anos 1980, o assentamento que se formava naquelas terras tomava maiores proporções.

Viver na ilegalidade, sem água, sem luz, sem saneamento básico, sem calçamento, com arruamentos quase inexistentes em terreno constituído de solo argiloso que em época de chuvas intensas os deixavam em meio a lama. Assim caracterizavam-se os primeiros assentamentos na Candolândia entre os anos de 1980 até meado dos anos 90. Nela tinha-se uma parte da população praticamente esquecida pelo poder municipal. A população improvisava como podia, jogavam entulhos nas ruas para diminuir a lama e facilitar um pouco mais o deslocamento, sobretudo, nos períodos chuvosos, relatam alguns dos moradores mais velhos.

Na periferia do centro da cidade -- que basicamente se concentrava a margem direita do Subaé, em formato linear, paralela ao curso d’água – a poucos metros do mercado Municipal, crescia por meio da auto construção os primeiros assentamentos que dariam origem a Candolândia. Caracterizado pela presença de barracos,

casebres erguidos predominantemente com materiais improvisados (como madeira etc.), construções erguidas pelo proprietário e seus familiares nos dias livres, entre um final de semana e outro, concentrando os aglomerados de casas inicialmente na parte baixa da encosta (próxima a linha férrea). Aos poucos, à medida que chegavam mais pessoas na busca por terrenos livres, avançavam por sobre a encosta até o cume do morro. Ao passo em que desenrolava as novas ocupações, modificava-se a paisagem e edificações de alvenaria espalhavam-se por toda área transformando-a. O número de pessoas crescia paulatinamente e o recém aglomerado, adensava-se conseqüentemente, e por conseguinte aumentava-se as demandas por serviços e equipamentos urbanos progressivamente.

A figura 27 exhibe a evolução têmporo-espacial do bairro da Candoândia, na qual, em 1976 consistia em uma vasta área verde contendo a esquerda da imagem, um casarão, situado na parte mais elevada do terreno, indicado pelo ponto “A”. Em seu extremo oposto, verifica-se um pequeno conjunto de casas paralelo a uma única via de chão de terra em local bem próximo do bairro do Calolé. Ao longo dos mais de vinte anos, conforme abriam-se novas vias, travessas, becos e ruas, a área adquiria uma configuração de feição tentacular, com domicílios situados predominantemente nas margens das vias, entremeadas por “bolsões” livre, conforme é possível verificar na ortofoto de 1998. Nesse período contabilizava-se um pouco mais de aproximadamente 759 domicílios e pouco mais de 17 arruamentos, todos de chão batido, conforme é possível verificar na figura 27. Contornado em amarelo e indicado pela letra “B” verifica-se uma área com cultivo de banana, na porção baixa da encosta.

O modelo de ocupação por meio da construção de moradias na área revela que o aglomerado passou um período de expansão em área edificada, sobretudo, entre 1976 e 1998, com aberturas de vias e acessos predominantemente de chão batido, produzindo um maior adensamento na parte sul. Em 2010, encontra-se principalmente a evolução da ocupação sobre a área que viria formar o bairro da Candolândia que como se percebe entre 1998 e 2010, pouco estendeu-se em área, a ver pela quase permanência no número de vias. O aumento de áreas construídas alterou a paisagem do bairro provocando um adensamento em edificações, constituindo-se, em grande medida, com mais de um pavimento e deste modo alterando a característica da área. A imagem revela ainda que dentre as alterações sofridas na paisagem, tem-se com o passar dos anos o fim da área de cultivo na parte superior da imagem (figura 27).

Figura 27 – Evolução espacial dos lotes edificadas na Candolândia, Santo Amaro, Bahia – 1976-2020



O caso da Candolândia revela em sua construção, a atuação dos agentes excluídos na produção do espaço em concomitância as ações do Estado, ora pela conduta de omissão em não construir habitações, ora por não fornecer as condições necessárias, uma infraestrutura adequada para as ocupações que se estruturavam na área, permitindo que essa população se expusesse aos riscos.

Ao longo dos trinta e quatro anos (1976-2010) o bairro da Candolândia sofreu um aumento de quase mil por cento em área construída, na qual, em sua quase totalidade de uso residencial, de modo que a área edificada passou de 7.269,6 m² para 119.180,1 m². Conseqüentemente, registrou-se uma expressiva diminuição na presença de áreas verdes (vegetação arbórea e/ou herbácea com gramínea e arbusto), a qual, ocupando uma área de 341.405,4 m², em 1976, quase 30 anos depois (em 2010), abrangia 204.069,0 m².

A ocupação desses terrenos vazios e o avanço sobre o topo do morro proporcionou uma feição tentacular à mancha de ocupação, que aos poucos avançava sobre a parte mais ao norte da área, em direção ao vale (exibido na figura 27). Os serviços e novas infraestruturas urbanas eram implementadas no bairro pouco a pouco, em que segundo moradores, primeiro se ocupava com casas e só depois implementavam algumas infraestruturas e cobertura serviços. Eles relatam ainda que serviços como energia, água, esgoto, foram “chegando tempos depois”, sendo vagarosamente implementados. É relatado ainda por uma moradora, que nestas situações, candidatos políticos visitavam a área, observavam e ouviam as reivindicações da população, faziam-lhes promessas e depois “sumiam”, ou quando bem, faziam pequenas intervenções na área. Obras as quais, queixam-se eles, comumente parceladas e com objetivos eleitoreiros.

Estabelecido em um terreno acidentado, a Candolândia é marcada pela presença de áreas de declive acentuado com aproximadamente 11,4% de inclinação. Com cotas de até 50m de altitude, os desníveis da área podem chegar à 40m, de tal modo que as primeiras ocupações se estabeleceram inicialmente nas cotas mais baixa e foram aos poucos avançando encosta acima formando arruamentos íngremes e escadarias para facilitar o deslocamento das pessoas por entre uma área e outras do bairro, conforme é possível verificar na figura 28.

Figura 288 – Topografia da área da Candolândia, Santo Amaro, Bahia



Elaboração: o autor (2022).

De uso majoritariamente residencial, predominantemente constituído por casas de alvenaria, o bairro da Candolândia encontra-se quase que completamente construído na parte sul da área, em posição defronte ao mercado municipal da cidade (situado na área central), conforme verificou-se na figura 28. Seu terreno, quase que por completamente coberto pelas construções, habitações, pavimentação dos arruamentos (calçamento intertravado ou asfalto), calçamento esse das vias, que por sinal, são apontadas pelos moradores do bairro como uma das principais melhorias ocorrida nos últimos anos, uma vez que, a aplicação dos mesmos teria acabado com o “lamaçal” que se formava nos períodos chuvosos e dificultava o tráfego pelo bairro.

Com uma área total de aproximadamente 364 mil metros quadrados, grande parte da área encontra-se coberta pelos serviços básicos de infraestrutura (energia elétrica, saneamento básico), no qual, segundo os entrevistados, 72% dos domicílios avaliados nessa pesquisa possui esgotamento ligado à rede geral de esgoto, 14% destina os efluentes domésticos via fossa séptica e 8% por meio da fossa rudimentar (valas, abertas no fundo do terreno). 6% dos entrevistados afirmaram ainda que destinava os resíduos líquidos domésticos em “rio, lago ou encosta”.

No que se refere ao acesso a água, 96% dos entrevistados afirmaram possuir água encanada nos domicílios. Entretanto, parte considerável desses moradores, afirmaram haver inconsistências no fornecimento do serviço, no qual, relatam eles, em determinadas partes do bairro esses moradores chegam a ficar três dias ou mais sem o fornecimento de água. Identificou-se ainda que nas cotas mais elevadas do bairro (próximo a 45, 50 metros), na denominada rua “Dois de Julho de Cima”, a presença de alguns domicílios sem acesso a água encanada, no qual, segundo os entrevistados, para ter acesso a água precisam caminhar alguns metros de sua casa até uma torneira, situada na extremidade da rua, na altura do cruzamento com a “rua D”. Quando questionados a respeito da destinação do lixo, 90% afirmaram que os mesmos eram atendidos pelo serviço público de limpeza, tendo funcionários e/ou serviço do carro de lixo (em determinados trechos do bairro) que passavam recolhendo o lixo de porta em porta. Outros 10% disseram despejarem em caçamba do serviço. Um dos problemas frequentemente relatado pelos moradores seria a presença de lixo espalhados pela rua, entre sacolas, embalagens descartadas, restos de alimentos. Esta situação ocorre em função da presença de animais soltos pela área, como cachorros, ora cavalos que revirariam o lixo durante o intervalo entre a postagem dos lixos na calçada e passagem do carro do serviço de limpeza.

A Candolândia é atualmente um bairro que conta com a presença de alguns equipamentos, como posto de saúde (a USF Maria Catharina Pires Ribeiro), escolas, alguns pequenos estabelecimentos como salões de beleza, lojas voltadas a aparelho celular, igrejas ou terreiros (bastante frequente por quase toda área do bairro) oficinas mecânicas e ou de serralheria. Mas ainda carece de alguns outros equipamentos e/ou serviços como farmácia, o que, segundo os moradores entrevistados, constitui em um problema, uma vez que necessitam se deslocarem até o centro para obterem os fármacos e serviços. Quando questionados sobre os problemas enfrentados no bairro, as respostas evidentemente variavam conforme o local em que residia o entrevistado, mas ao todo apontaram eles como sendo o maior problema a questão de infraestrutura como: calçamento, muita presença de ladeira, área de lazer (praças etc.), serviços de água e esgoto, coleta de lixo; ausência de médicos, serviços de saúde, colégios e creches para as demais séries do ensino. A questão da segurança apontado quase que predominantemente pelos entrevistados, falta de base policial e/ou ronda policial na área, dado ao que relataram ter havido nos últimos anos aumento da criminalidade

pelo bairro. Apontaram ainda a falta dos serviços de capinação e roçagem, resultando na frequente presença de mato pelo bairro, provocando problemas diversos como, acúmulo de lixo nesses terrenos, proliferação de roedores, insetos e animais peçonhentos pelas casas.

Quanto a situação desses domicílios, mais de 95% dos entrevistados afirmaram serem elas, própria. De acordo ao PDDM de 2015 (revisado em 2016) a Candolândia trata-se de uma Zona Espacial de Interesse Social – ZEIS (SANTO AMARO, PDDU, 2014). Isto é, a área ou seus terrenos encontram-se destinados exclusivamente a serem ocupados por moradia popular e, portanto, o poder público deve melhorar as condições de moradia de quem já mora ali, regularizando, urbanizando, construindo novas habitações ou reformando as já existentes, bem como promover melhorias na infraestrutura urbana local. A respeito desde 2008 foi publicado no diário oficial do município um contrato visando o processo de regularização de loteamentos urbanos irregulares no bairro da Candolândia. No entanto, o processo parece ainda hoje, passados quase treze anos após a publicação, estar por ocorrer. Entrevistada, uma moradora ratifica a informação, ao afirmar estar ainda hoje aguardando a emissão do título de sua casa, a fim de que só assim a mesma possa ter a possibilidade de transferir devidamente aos seus herdeiros.

Com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, estima-se que a população da Candolândia consista em um pouco mais de 3.964 pessoas, distribuindo-se em algo em torno de mais de 851 domicílios. Quando entrevistados, 54% dos moradores abordado pela pesquisa, afirmaram que a residência era chefiada por uma mulher, indicadas ora pelo termo “companheira”, ora “mãe”. 12% declararam ser o domicilio chefiado por ambos. Isto é, a responsabilidade pelas finanças do domicilio era dívida entre um homem e uma mulher. Quanto ao número de moradores por domicilio, os resultados demonstram que 20% dos entrevistados moravam com somente mais uma pessoa. A participação de domicílios com até três moradores foi a que apresentou a maior proporção, 36% dos domicílios, seguido daqueles com 4 ou mais moradores (32%). Expressiva também foi a proporção de domicílios com apenas um morador (12%).

No que se refere à escolaridade dos entrevistados, constatou-se que 44% teriam o fundamental incompleto (1º ao 9º ano) e 38% teria o ensino médio completo.

Estando estes moradores predominantemente em ocupações voltadas a atividade de comércio e serviço, em sua maioria por meio do trabalho autônomo e ou emprego informal, das quais: motorista, armador, marisqueira, doméstica, dona de casa, cuidadora, trancista (tranças de cabelo), professora, estudante, pedreiro, comerciante, quituteira, manicure, porteira, negociante, funcionário público e aposentado. Quanto ao rendimento desses entrevistados, 48% afirmaram não possuir rendimento, sendo que entre essas pessoas sem renda, 71% declaram receber Bolsa Família, os demais, afirmaram não receber qualquer benefício, ou no momento da entrevista alegaram estar recebendo excepcionalmente o auxílio emergencial (benefício pago pelo governo federal entre 2020 até outubro de 2021, a fim de mitigar os efeitos econômicos e sociais da Covid-19). Outros 28% dos entrevistados auto declararam receber até um salário mínimo, os demais 20%, de 1 a 2 salários mínimos. E somente 4% afirmaram possuir renda acima de 3 salários. Os resultados expostos caracterizam a Candolândia como sendo um bairro de baixa renda, uma vez que quase 68% viviam com menos de um salário mínimo.

A população da Candolândia, ouvida, quando questionados sobre o que poderia ser acrescentado/feito para melhoria, predominantemente reivindicaram investimentos em infraestrutura como, construção ou melhoria nos calçamentos, construção de praças e áreas de lazer para a população; melhorias nos serviços de água e esgoto; limpeza da área; iluminação e melhoria na pavimentação das ruas. Além de reforço da segurança, com policiamento no bairro, atividades educacionais, construção de escolas e cursos profissionalizantes, no intuito de incentivar e preparar para o trabalho e emprego, bem como combater a criminalidade.

6.2 CAIXA D'ÁGUA

Situada em uma área localizada entre os rios Subaé e Sergimirim na porção noroeste da cidade, o bairro da Caixa D'água, distante a aproximadamente 130 metros do rio Subaé, é assim denominado em função da presença de um reservatório de água construído em alvenaria, localizado na parte superior da encosta do terreno. O tanque, construído entre segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, serviu durante anos ao armazenamento e distribuição de água para o consumo da população da cidade de Santo Amaro, sob operação da Companhia Aquária

Santamarense (fundada em 1872), responsável pelo fornecimento de água potável para a cidade até os anos de 1965, quando então foi dissolvida em sociedade com o Departamento de Engenharia Sanitária do Estado da Bahia – DESEB (SANTANA, 2016). A água ali armazenada, oriunda da cachoeira da Vitória (queda d'água situada na porção central do município), situada a 7 km de distância do reservatório, tornou-se uma alternativa para melhoria no fornecimento de água para a crescente população da cidade, que até então, abasteciam-se com a turva e lamosa águas do Subaé e de seu afluente, o rio Sergimirim (VIANNA, 1893; SANTANA, 2016). Sua localização no terreno, de maneira estratégica, aproveitava-se da força da gravidade para distribuir a água pela tubulação até os chafarizes, penas ou anéis.

Constam que as primeiras aglomerações de pessoas que deram origem ao bairro da Caixa D'água teriam se formado entre meado dos anos 1960 à metade dos anos 1970. Fotografias aéreas de 1959, fornecidas pela CBPM, demonstram haver naquele período, sinal algum de ocupação, não apresentando até então, qualquer indício de área construída, exceto em porção do terreno, ao noroeste da área, no qual, se viam as obras de instalação da Fábrica Cobrac (iniciada em 1960). As terras em que hoje se encontram eram de propriedade particular, pertencentes a Fazenda Vitória e a outra metade, a fazenda de “Seu Grande” – que anos mais tarde acabaria sendo vendida ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Segundo o senhor Raimundo Arthur Souza, santamarense e pesquisador do Centro de Referência de Documentação de Santo Amaro, as terras que hoje integram o bairro da Caixa D'água, teriam sido, nos primórdios de sua formação, propriedade de engenhos de açúcar, nelas, relata Souza, estendia-se somente o desenho da estrada real (caminho utilizado para escoamento da cana) que cortava a verde paisagem, não havendo em toda sua extensão qualquer presença de casas ou algum outro tipo de edificação. Fora do então perímetro da cidade e despovoada, assim configuravam as terras até então. Souza menciona ainda que é somente por volta da segunda metade do século XX que as terras em questão vão sendo aos poucos loteadas e vendidas, e passando então a contar com a presença de diferentes cultivos em boa parte da área que hoje o constitui.

Com ruas de chão batido e frequentemente sujeita a alagamentos, relatam alguns dos moradores mais antigos, transitar pela área e/ou até mesmo acessar as casas em determinados períodos do ano tornava-se uma grande dificuldade. A

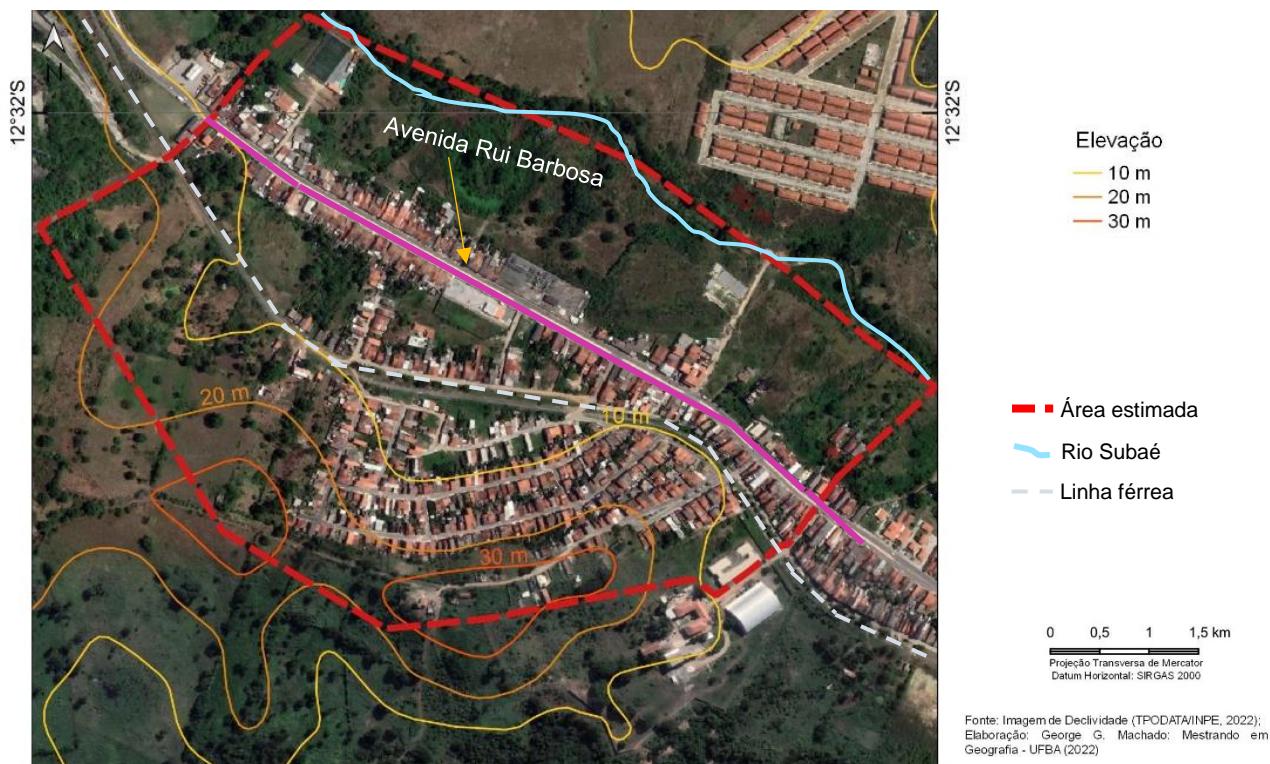
presença de cultivos de banana, mandioca e principalmente, cana-de-açúcar, narram esses moradores, compunham a paisagem do bairro da Caixa D'água no começo das ocupações.

É somente a partir de 1976 em que se tem o avanço da ocupação sobre as terras, até então, tidas como rurais, a partir da construção de casebres nas terras mais ao interior da área, distante da via (avenida Rui Barbosa). Essas edificações de uso integralmente residencial eram erguidas predominantemente na parte baixa da encosta, apresentando em sua maioria, infraestrutura relativamente inferior àquelas situadas as margens da avenida Rui Barbosa. Os loteamentos e arruamentos presentes no período já apontavam uma tendência de um crescimento expansivo sentido ao topo da encosta, em áreas do terreno um pouco acima do local no qual se encontra erguida a caixa d'água. É neste mesmo decênio em que se desativara do reservatório de água da cidade, transferindo-o para uma nova adutora construída no bairro Alto do São Francisco em local a pouco mais de 1km de distância do antigo local. Operado pela nova empresa de abastecimento de água, a Embasa, dentre demais motivações por sua transferência, atribui-se às altitudes mais elevadas encontradas no novo local (aproximadamente 20 metros a mais que as registradas no bairro da Caixa D'água).

Considera-se que ao longo dos anos analisados, o processo de crescimento da Caixa D'água ocorreu vagorosamente, sobretudo se comparada com outras áreas da cidade dentro desse mesmo intervalo de tempo. As novas construções foram surgindo aos poucos na porção interior da área, distribuindo-se espaçadamente por entre as partes de cota de altitude mais alta e mais baixa, variando entre 20 a 30 m (figura 29). De relevo suave, a declividade predominante na área do bairro é de aproximadamente 9,5%, expresso no brando desnível por entre uma rua e outra.

Totalizando uma extensão de aproximadamente 473 mil metros quadrados, a área da Caixa D'água estende-se das terras à margem direita do rio do Subaé, passando pela avenida Rui Barbosa em direção a metade da área do IFBA, contornando o terreno por entre as cotas mais altas, seguindo até a estrada antiga fábrica Cobrac até novamente fechar no curso do rio Subaé (figura 29).

Figura 29 - Topografia da área da Caixa D'água, Santo Amaro, Bahia



Elaboração: o autor (2022).

Situado predominantemente sobre uma área de encosta formada por solos argilosos, o ato de deslocar-se pelo bairro foi durante anos uma ação bastante dificultosa. Nos períodos chuvosos, relata uma moradora, as águas da chuva carregavam a lama das cotas mais alta do terreno e acumulava nas de cotas mais baixa (onde predominantemente encontravam-se as casas). O material transportado, expõe ela, quase sempre ficava contido próximo a linha férrea, e por vezes, chegavam a invadir algumas casas. A situação exposta, fora apontada pelos entrevistados como um dos grandes problemas enfrentados no bairro e o principal motivo das queixas dos moradores. Embora assim o fosse desde a formação da ocupação, a pavimentação das ruas da Caixa D'água, afirmam esses moradores, só viria a ocorrer após o ano de 2010. Atribui-se a intervenção asfáltica e ao calçamento, provavelmente, foram fatores de influência para o aumento do crescimento intensivo da ocupação apresentado neste período (2010-2020). Sem cair em qualquer determinismo, uma vez que essa entre outras intervenções de melhoria e instalação de infraestruturas ocorreu no mesmo tempo, provocando dessa maneira uma valorização e atraindo mais pessoas para a área em questão, é por sinal, neste mesmo decênio, em que se percebeu ter

havido uma celeridade na manifestação do processo de ocupação, realizando em velocidade até então nunca visto nesta área.

Segundo o Plano Diretor do Município, a Caixa D'água encontra-se inserida em uma Zona Predominantemente Residencial (ZPR), a 4ª das 8 zoneadas como de predominância uni e multiresidencial situadas na cidade. Nele, para além da presença de pequenos estabelecimentos, quase sempre improvisados em um cômodo do domicílio ou anexo à, como mercearias, pequenos salões de beleza ou oficinas de serralheria ou mecânica, identificou-se haver somente um equipamento público, uma Unidades de Saúde da Família (USF), situada às margens da av. Rui Barbosa. Em um levantamento realizado com cinquenta moradores, a respeito da presença desses equipamentos ou estabelecimentos de serviços na área, obteve-se variadas respostas, as quais, modificava-se conforme o local de residência da pessoa entrevistada no bairro. Aqueles moradores mais próximos da avenida Rui Barbosa, predominantemente afirmaram haver no bairro: padaria, loja, farmácia. Por sua vez, os residentes das áreas mais ao interior do bairro, diferentemente do primeiro grupo, afirmaram negativamente para presença dos mencionados elementos. E a variação continua, na parte interna do bairro, a menção quanto a presença de templos religiosos, como igrejas, sobretudo de denominações evangélicas e terreiros de candomblé no bairro foi maior que entre aqueles moradores nas imediações da Av. Rui Barbosa. À essa variedade nas respostas entre moradores de um mesmo bairro, atribui-se, dentre outros fatores, como cada um deles se percebem espacialmente dentro daquele bairro, a proximidade e/ou presença ou não das vias e a sua articulação com o centro da cidade. A exemplo daqueles residentes que moram as margens ou bem próximo a av. Rui Barbosa, que percebem todos estabelecimentos presentes ao longo da via como parte do bairro (mesmo que a citada via passe por dois outros bairros). Por sua vez, aqueles que tem suas casas mais ao interior do bairro, os limites lhe são mais perceptíveis e trafegar por entre sua casa e o centro, requer uma maior articulação.

As análises multitemporal do bairro da Caixa D'água demonstram que as primeiras ocupações basicamente encontravam-se reunidas as margens da até então recém inaugurada avenida Rui Barbosa, a qual, entre os anos 60-70 haveria passado por um processo de requalificação e ampliação da estrada. Em uma vasta área verde, constituída de algumas porções de árvores arbustivas, as poucas edificações

caracterizavam por um arranjo disperso, dividindo-se espacialmente entre as margens da avenida e mais ao interior da área, sobre a encosta do terreno. As características dessas moradias também mudavam conforme o local em que se estabelecera. As edificações erguidas as margens da via quase sempre apresentavam uma melhor infraestrutura, marcadas por um certo ordenamento dos lotes, a medida em que se adentrava mais ao interior das áreas, apresentavam estruturas menos qualificadas em relação às primeiras. No ano de 1976 era comum a presença de pequenas áreas de cultivos presentes na paisagem (figura 30). Apresentado pelo ponto “B” essas plantações encontravam-se do outro lado da linha férrea, por sobre a encosta do terreno, entre as cotas 20 e 30 metros de altitude. A configuração espacial da área pós 1976 revela que, à medida que surgiam novas construções sobre o terreno, traçavam-se novas vias, e a ocupação, interiorizava cada vez mais, marcando-se pelo avanço das construções sobre toda encosta do terreno partindo do sentido leste ao oeste da área, conforme pode se verificar na figura 30.

Figura 30 – Evolução espacial dos lotes edificadas na Caixa D'água, Santo Amaro, Bahia – 1976-2020



O modelo de ocupação por meio da auto construção de moradias na área revela que, entre 1976 e 1998, a Caixa D'água passou por um período de expansão em área edificada, aberturas de vias de chão batido, caracterizado por uma ocupação dispersa, que somente a partir do ano de 2010 apresentaria uma mudança no ritmo de ocupação do solo, caracterizado por um adensamento da área que resultou na diminuição dos espaços vazios em especial naquelas áreas previamente consolidadas, bem como produziu uma significativa mudança da paisagem. Não somente pela menor presença de áreas verdes entre um domicílio e outro, o fim das áreas de cultivo (ponto "B2" da figura 30), mas também nas características desses domicílios, tanto quanto o material utilizado na construção, quanto pelo número de pavimento nelas (figura 31).

Figura 31 - Vista aérea de parte da Caixa D'água, Santo Amaro, Bahia - 2021



Fonte: Geovane Vasconcellos (2021). Elaboração: o autor (2022).

A Caixa D'água possui atualmente uma área estimada de 431.731m², o equivalente 3,86% do perímetro oficial total da cidade. As análises revelam que em 1976 haviam 359.524 m² em área verde (vegetação herbácea com gramínea e arbusto), e somente 33.277 m² em área edificada, o restante distribuíam-se em: 20.777,4 m² solo exposto e 20.050,9 m² área destinada ao cultivo. Trinta e quatro anos depois, já por volta de 2010, observou-se uma perda relativamente moderada da área verde, a qual, apresentou uma extensão 339.712,1 m², enquanto que a área edificada, na contramão, quase que triplicou em extensão, correspondendo a 92.019,4 m².

A Caixa D'água não se configura como um bairro planejado. Sua vantagem, relatam moradores mais antigos, estaria na sua boa localização em relação ao centro da cidade, um dos fatores que atraiu as trabalhadoras e trabalhadores oriundos de diferentes lugares, sobretudo, de outros municípios do país para se estabelecerem

naquele lugar. Diferentemente do que ocorrera no caso do bairro da Candolândia, no qual, 96% dos entrevistados, nos diferentes pontos da área delimitada, identificavam o lugar como sendo parte do mesmo bairro. Na Caixa D'água, as respostas dos moradores quanto a nomeação daquele lugar em que se encontravam residindo variaram bastante, apresentando nomes como: Caixa D'água, Subestação e até mesmo como sendo parte do bairro do Bonfim (bairro limítrofe a Caixa D'água). A variação de nomes para o lugar, ocorreu predominantemente nos domicílios situados próximos à avenida Rui Barbosa, tendo sido recorrente a menção de nomes como "Subestação" e "Bonfim" para aquela porção do bairro. Isso demonstra que atualmente para uma parte da população não há clareza entre os limites dos bairros. A ausência de documentos visuais e/ou difusão desses materiais dificultam esse entendimento não somente no sentido simbólico, mas também na gestão da cidade. Assim, o que se tem é um entendimento difuso a respeito destas subdivisões da cidade, em que o entendimento sobre os limites e dimensão em área desse bairro difere entre gestão municipal, instituições (Coelba, Correios, por exemplo) e alguns moradores segundo a localidade em que ele se encontra e da relação do mesmo com os elementos que compõe aquela porção do bairro em que se encontra residindo. A exemplo do que ocorre entre aqueles residentes próximo a margem da avenida Rui Barbosa que tem como grande referência a subestação de energia da Coelba. A edificação é para alguns uma grande referência, de tal maneira que para parte desses moradores, o conjunto de casas na cercania dessa instalação, constitui-se como sendo um bairro da cidade denominado Subestação. Para aqueles moradores próximo à linha férrea, sentido a cumeada do terreno, o entendimento é outro, não lhes restaram dúvida de que aquele lugar se constituía como sendo parte do bairro da Caixa D'água.

Com base no Censo Demográfico de 2010 estima-se que exista atualmente na Caixa D'água uma população de um pouco mais de 2.839 pessoas, distribuídas em cerca de 838 domicílios, predominantemente chefiado por mulheres (60%) dos moradores entrevistados por essa pesquisa afirmaram que a principal pessoa responsável pelo sustento da casa e dos filhos era uma mulher (ora companheira, ora a mãe), 30% chefiados por homens e os 10% restante, chefiado por pessoas de ambos os gêneros. Quanto ao número de moradores por domicílio, os resultados demonstram que 20% dos entrevistados moravam com somente mais uma pessoa. A participação de domicílios com até três moradores foi a que apresentou a maior

proporção, 32% dos domicílios, seguido daqueles com 5 ou mais moradores (22%). Expressiva, também, foi a proporção de domicílios com apenas um morador (16%), sendo a maior parcela dessas moradias, segundo 90% dos entrevistados, própria. Enquanto que os 10% restante estariam na condição de alugada. Esta situação assemelha-se ao caso da Candolândia, que muito embora predominantemente declarado como sendo essas casas de propriedade de seu morador, alguns deles afirmaram, no entanto, não possuir o título de propriedade, mas que ainda sim, ressaltaram esses moradores, a obtenção do terreno teria sido feita de maneira regular, mediante a compra do lote.

No que diz respeito a escolaridade dos moradores entrevistados na Caixa D'água, detectou-se que mais da metade teria entre 5 a 12 anos de formação, sendo 38% deles com fundamental incompleto (1º ao 9º ano), 20% com ensino médio completo, os demais 12% afirmaram possuir somente o fundamental completo, 10% ensino médio incompleto, 10% analfabetos e o restante, dividido entre aqueles com ensino superior completo e incompleto. Esses moradores, predominantemente encontram-se em ocupações voltadas a atividade de comércio e serviço, em sua maioria por meio do trabalho autônomo e ou do emprego informal, entre os quais: doméstica, motorista, balconista, costureira, vendedora, professora, “biscateiro” (aquele que vive de pequenos serviços), professora, estudante, pedreiro, pintor, quituteira, manicure, borracheiro e aposentado.

O elevado percentual de pessoas com pouco tempo de formação e a baixa inserção no emprego formal relaciona-se diretamente ao rendimento apresentado por eles, visto que 44% dos entrevistados afirmaram não possui qualquer rendimento, muito embora, tenham 59% dos moradores desse grupo declarado ser beneficiário do Bolsa Família (atual Auxílio Brasil), enquanto que os demais afirmaram não receber qualquer benefício, ou no momento da entrevista alegaram estar recebendo excepcionalmente o auxílio emergencial (benefício pago pelo governo federal entre 2020 até outubro de 2021, a fim de mitigar os efeitos econômicos e sociais da Covid-19). Os outros 30% dos entrevistados afirmaram possuir um rendimento de até um salário mínimo. Entre aqueles situados nas faixas de renda acima de 1 salário mínimo, o percentual de pessoas nesses grupos foi relativamente menor ao passo em que aumentava a faixa de rendimento. Apenas 18% dos entrevistados apresentavam uma renda de 1 a 2 salários mínimo ao mês, dentre esses, aposentados e pensionistas, e

somente 4% entre a faixa de 2 à 3 salários. Durante a realização dos questionários não foram identificados moradores com rendimento superior a 3 salários mínimos. Esses resultados exibem que o alto percentual de pessoas (aproximadamente 74% dos moradores) entre faixas de sem rendimento e até um salário mínimo caracterizam a Caixa D'água como sendo um bairro em situação de vulnerabilidade econômica, composta predominantemente por uma população de baixa renda.

Quanto a cobertura do serviço de saneamento básico, dos quais esgotamento sanitário, acesso a água encanada e coleta de lixo nos domicílios avaliados, 96% dos moradores entrevistados afirmaram ter cobertura/acesso ao esgotamento sanitário via rede geral de esgoto. Os 4% restante alegaram destinarem os efluentes domésticos por meio de fossa séptica. Entre os motivos, pela destinação inadequada, citam à ausência da cobertura da rede de esgoto na área do bairro em que se encontra o seu domicílio. Inexistência essa, segundo uma moradora, lhe foi afirmada pelos próprios funcionários da companhia responsável pelo serviço. É justamente nesse trecho final da “rua da Caixa D'água”, estabelecido na parte mais elevada da via, em que se registrou a prevalência de moradores descobertos pelo serviço. Há de se destacar que esta mesma porção do bairro, entre 2010 e 2020, apresentou uma tendência de crescimento por meio da extensão em área construída, expandindo-se em direção à cota mais elevada (30m) do terreno. Quanto a presença de domicílios tendo por destinação dos efluentes as demais vias (fossa rudimentar, rio, lago ou mar), não houve registro.

No que diz respeito ao acesso a água, 98% afirmaram possuir água encanada em suas residências. Os demais, constitui-se entre aqueles que afirmaram estarem temporariamente desprovidos do serviço por apresentaram dificuldades no pagamento do serviço, buscando desta maneira por alternativas como a captação de água por meio de cisterna ou por meio de vizinhos e/ou, conforme relatou um morador, mediante à uma torneira instalada na rua próxima a uma calçada. As circunstâncias explicitadas demonstram a vulnerabilidade socioeconômica da população deste bairro, de modo que a escassez e/ausência de condições para o acesso, pela população moradora da Caixa D'água, ao emprego e a renda para a população, em específico aqui, os moradores e moradoras da Caixa D'água recai sobre o acesso aos serviços básicos, como o acesso água portátil.

No que tange ao descarte dos resíduos sólidos domésticos, 82% afirmaram serem atendidos pelo serviço público de limpeza, contando com funcionários e/ou serviço do carro de lixo recolhendo os resíduos descartados, porta a porta. Outros 16% expuseram que o descarte ocorreria mediante o despejo em caçamba do serviço, situados em determinado ponto da rua, posteriormente recolhido pelo caminhão de coleta. Os demais 2% dos entrevistados informaram que por não possuir cobertura do serviço, executam a queima do material descartado (lixo) no fundo ou em local próximo ao terreno.

Entre os principais problemas presente no bairro apresentados pelos entrevistados, estão: a sujeira das ruas, a presença de mato alto nos terrenos baldios, em destaque para o acúmulo deste na extensão da linha férrea e a ausência de uma linha de transporte coletivo que proporcione a mobilidade dos moradores. A presença de esgoto a céu aberto e os recorrentes casos de alagamento das ruas próximo a linha férrea e avenida Rui Barbosa durante as chuvas foram outras questões bastante frisadas. Entre aqueles que moram na parte mais alta do terreno (na Rua da Caixa D'água), a principal queixa apresentada foi justamente a ausência na cobertura do serviço de esgotamento na área.

Para 70% dos entrevistados houve melhorias no bairro, como: calçamento, incremento do saneamento (esgoto, água encanada), energia, a construção de novas casas nos espaços vazios presente no bairro e do canteiro central na avenida Rui Barbosa, cuja a presença melhorou o trânsito local e a circulação de pedestre. Entre aqueles que apresentaram o calçamento foi comum destacar o a pavimentação asfáltica da via, cuja ação é vista positivamente por eles, dado ao fato de que a presença do mesmo não somente denota a ideia de progresso urbano, bem como garante o fim dos "lamaçais" nas ruas vias (ocorrência bem comum em função das características do solo argiloso, predominantemente na área), bem como, facilita o deslocamento de pedestres e veículos até mesmo em períodos chuvosos. Outros 14% dos moradores entrevistados afirmaram não ter havido melhoria alguma ao longo dos últimos 10 anos, enquanto que 16% optaram ou não souberam responder. No entanto, tantos os que afirmaram positivamente ter havido avanços como aqueles que apontaram negativamente ou não quiseram, ora não souberam responder, quando questionados, apontaram/reivindicaram a necessidade das seguintes intervenções para promoção da melhoria no bairro: calçamento nas demais área e/ou melhoria dos

trechos em que há asfaltamento, construção de creche, escola, capinação da área, implementação de transporte coletivo, presença de alguns estabelecimentos como padaria, açougue, supermercado, uma vez que, segundo esses moradores, teriam que muitas das vezes se deslocarem até o centro para acessarem esses serviços. Mas em maior proporção, foi predominante a reivindicação pela construção de áreas de lazer, pracinhas ou parques. Nota-se que semelhante ao caso da Candolândia, esses dois elementos são alvos de comum reivindicação entre a população dos dois bairros, muito embora, as áreas se distinguem em aspectos e características uma da outra, a demanda por espaços de lazer se faz igual. Em semelhante caso, a distância das áreas centrais da cidade, não somente do acesso aos serviços, bem como a ausência de locais de lazer e recreação os impõe a necessidade de se deslocarem por consideráveis distâncias para acessá-lo. Esses moradores relatam ainda que muito dos problemas apontados seriam de conhecimento dos governantes, das mais diferentes gestões e poder (executivo ou legislativo) e alguns deles, perduram por anos, sendo, sobretudo, em períodos eleitorais, utilizados como artifício de campanha por esses políticos, numa constante repetição.

6.2.1 O perigo mora ao lado: contaminação de chumbo no bairro da Caixa

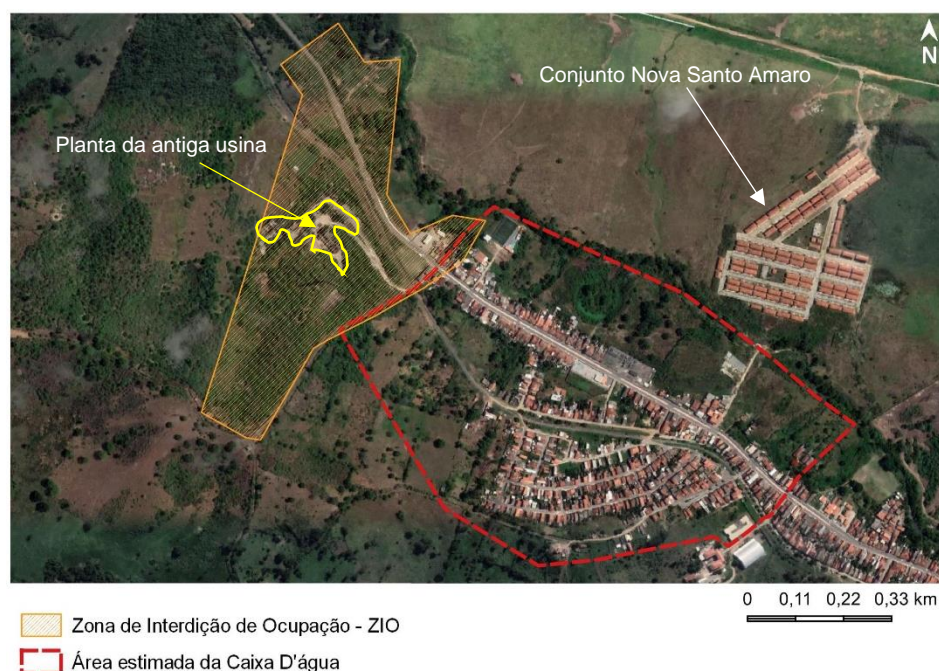
D'água

A ocupação estabelecida na Caixa D'água encontra-se acompanhada por uma complexa situação. Após os anos de 1980 as terras as quais compunha parte da área foram apontadas como locais inseguro à saúde, levantamentos e amostras de parte do solo e água indicavam elevados níveis de contaminação considerados danosos à vida. Ao mesmo tempo em que a população erguia as primeiras moradias na área, no extremo oposto a essas casas, ao noroeste da cidade construía-se as instalações da fábrica Cobrac (metalúrgica que funcionou no local por quase 30 anos). A presença da mineradora de chumbo ao mesmo tempo que proporcionou desenvolvimento, gerando empregos e atraindo pessoas a ocuparem as terras ao noroeste da cidade, produzindo um agrupamento de moradias as margens da avenida Rui Barbosa, deixou também um passivo ambiental de proporções gigantescas, sobretudo, para os moradores da cidade santamarense. Os resíduos de escórias de chumbo gerado – um dos metais mais perigosos à saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) – foram depositados no terreno da empresa, conforme apresentam os levantamentos e análises realizadas por diferentes pesquisadores. O particulado de

chumbo – decorrente do processo de sinterização – expelido pela casa de produção, espalhavam-se pelo ar, junto ao material acumulados no local e exposto a céu aberto, provocavam a contaminação do solo de toda área adjacente as instalações. Anos mais tarde o problema chegaria em um agravamento ainda maior, com a difusão do material contaminante por toda a cidade. Em uma ação da então gestão municipal, a prefeitura utilizou das escórias de chumbo como material para pavimentação de diferentes ruas da cidade, dentre elas a avenida Rui Barbosa (principal via de acesso à cidade), pátio de escolas entre outras finalidades, conforme aponta a professora e pesquisadora Tânia Mascarenhas em seus trabalhos e relatórios publicados pela Universidade Federal da Bahia. Dentre as áreas afetadas da cidade, a Caixa D'água foi entre elas àquela imediatamente exposta aos maléficos efeitos da ação da mineradora. O encerramento das atividades da fábrica, nos primeiros anos da década de 90, resultou no abandono das instalações e no isolamento de toda a área adjacente, tornando-a para a gestão pública como sendo uma zona restrita, inoperante aos interesses do município e assim deveria permanecer a toda população. No entanto, cinco anos após ao fechamento da fábrica as imagens obtidas por meio de sensoriamento remoto da área, demonstram a presença de algumas moradias na terra circunjacente, situada no lado oposto da área, frente as antigas instalações da companhia, a pouco menos de 80 metros da área. A empresa responsável pela operação da fábrica já havia sido notificada a agir com ações mitigadoras ao passivo deixado, mas como resposta obteve a negativa do grupo em atender as exigências. Diante da situação diversas outras instituições deslocaram equipes para desenvolverem ações de mitigação e diagnósticos das áreas contaminadas (FERNANDES et al, 2012; MARENGO, 2015). Dez anos após o fechamento da planta, o governo municipal, por meio do então Plano Diretor, instituiu em maio de 2001 que toda a área de instalação do empreendimento da Plumbum (antiga Cobrac) consistiria em uma “área imprópria para as atividades humanas”. O documento determinava ainda a ação permanente de vigília das instalações, com distribuição de placas de alerta a cada 20 metro do entorno, bem como a proibição de uso da área para qualquer que seja a finalidade, prevendo sanções penais aqueles que se utilizem dela e das escórias depositadas no terreno (Art, 24, PDDU, 31 de maio de 2001). Contudo, ainda que assim oriente o mencionado documento, as análises revelam que o mesmo parece permanecer em parte no papel. Os dados revelam que desde 1998 a área defronte as antigas instalações inseridas na poligonal de restrição disposta no plano,

ainda que vagorosamente, tem passado por um processo de crescimento da ocupação por adensamento. Alternando-se quanto a sua finalidade, entre moradias, pequenos estabelecimentos e galpões. O surgimento dessas novas edificações expõe a fragilidade entre o mecanismo legal que orienta a ocupação do solo urbano na cidade de Santo Amaro e a dinâmica de ocupação estabelecida pela população, assim como perpetua situações que venham a produzir maiores riscos. Desde 2014 o novo Plano define as terras a noroeste da Caixa D'água, delimitando-a num perímetro de 200.390 m² como sendo uma Zona de Interdição de Ocupação – ZIO. Área quase duas vezes e meio o tamanho do bairro da Caixa D'água. O documento prevê em seu texto, ser de obrigação do poder municipal conter a expansão de ocupações sobre esta área da cidade. Entretanto, de maneira um tanto quanto questionável, ocorre nesse mesmo período em local a pouco mais de 700m de distância da então área de interdição, a construção do conjunto habitacional, de moradia popular, Vida Nova Santo Amaro (exposta na figura 32).

Figura 32 – Interdição de zona urbana por alto teor de contaminação por chumbo, Santo Amaro, Bahia - 2021



Fonte: Google Earth, Maxar Technologies (2021).
Elaboração: o autor (2022).

A presença do conjunto prevê que haja um estímulo em orientar o crescimento da cidade àquele sentido da mancha. No entanto, destaca-se que se não ordenada

devidamente esta expansão, a mesma venha a longo prazo provocar um avanço de construções sobre a então área de interdição.

6.3 CAIEIRA E CONDE

Localizadas na porção sudeste da cidade de Santo Amaro, as ruas da Caieira e do Conde constituem uma comunidade ribeirinha que traz características bastante peculiares em relação aos dois outros casos apresentados (Candolândia e Caixa D'água). A área em questão não necessariamente corresponde a um bairro, mas a somente duas ruas paralelas situadas no limite da mancha urbana. O entendimento sobre elas não é consenso, para alguns, entre moradores e gestores municipais, as duas vias comporiam um bairro denominado de Caieira. Esta apreensão pode ser percebida tanto em conversas cotidianas, como no trato de alguns ao referir-se a essa porção da cidade. E vai além, documentos municipais, a exemplo do antigo PDDU-PDDM de 2001, na página 4, ao setorizar a cidade, apresenta a Caieira como sendo um dos cinco bairros situado na porção Sudoeste da cidade. Por sua vez, a versão mais recente e vigente do documento (PDDU, 2014), muito embora não liste os nomes dos bairros especificando-os uma a uma, faz menções a Caieira como sendo tão somente uma rua inserida no bairro do Trapiche de Baixo. Estabelecido desde os primórdios da formação da cidade, o bairro do Trapiche de Baixo é comumente descrito como sendo uma área que se inicia na altura da Igreja do Senhor Santo Amaro, situado na margem direita do Subaé, percorrendo toda rua Santa Luzia, circundando paralelamente a rua do Campo, no limite com a Invasão Nova Santo Amaro, seguindo até o trecho final das ruas do Conde e Caieira no limite extremo da mancha da cidade (figura 33a). Para outros moradores, o bairro do Trapiche teria por fim na metade do trecho da rua João Soldado (principal via do Trapiche de Baixo), que por referência a esse suposto limite entre um lugar e outro, teria o monumento do Cruzeiro (figura 33b), configurando a partir desse monumento sentido ao sul da área, o então bairro da Caieira.

Figura 33 – Trapiche de Baixo e Caieira e suas respectivas áreas estimadas



Fonte: Google Earth, Maxar Technologies (2021).
Elaboração: o autor (2022).

Fato é que muito embora não haja esse consenso entre alguns dos santamarenses, essa questão foi para grande parte dos moradores das ruas da Caieira e do Conde, e parte dos domiciliados da rua João Soldado, entrevistados nesta pesquisa, concordante que as vias pertencem ao bairro do Trapiche de Baixo e não algo a parte deste. Dá-se a entender que pelo próprio processo histórico de formação de povoamento nessas duas ruas e por suas características ribeirinha que a distingue da parte mais ao norte do bairro do Trapiche as vias encontram-se em local de significância distinta que explica estas incertezas e dubiedades sobre elas.

As ruas da Caieira e do Conde, como espaços intraurbanos, manifesta-se por volta dos anos 70, apresentando-se nesse período como uma extensão do tecido da cidade. Embora, os primeiros assentamentos na área, como exibido por meio das fotografias aéreas, manifestavam indícios já por volta do final dos anos 50. Na década seguinte registrava-se o surgimento de pequenos casebres às margens direitas do Subaé, sobre a planície de inundação do rio, em um local de transição da interface terra-mar (em meio a vegetação de mangue).

A origem do nome da rua da Caieira, é um tanto incerta, duas são as prováveis procedências apresentadas. A primeira é de que esta derivaria do fato de haver uma elevada e constante quantidade de conchas de ostras espalhadas, recobrando uma

grande parte do solo, no qual, segundo alguns moradores mais antigos, dessas cascas produziam-se cal e daí o nome, remetendo a presença de cal, de rochas calcárias. Uma segunda narrativa estaria associada a prática/presença de fornos caieira (ora grafada Caeira). Artifício bastante utilizado nestas áreas, esses fornos, cova rasa feita na terra ou em alvenaria, eram utilizados para produção de carvão vegetal, a partir das madeiras retiradas do manguezal, assim como, encontrava-se associado a pequena produção de tijolos.

Foi a pouco mais de 1 km do então limite da cidade, ao sudoeste da povoação, em que se formava a beira do rio, por entre o mangue, uma das importantes rotas para as pequenas embarcações acessar à cidade. O caminho que surgia ganhara um certo destaque por sua proximidade com confluência do rio Subaé com Traripe, num contexto de um período em que o principal meio de transporte se dava por meio flúvio-marítimo, fazendo-lhe assim, em um atracadouro alternativo para essas pequenas embarcações, uma vez que a quantidade de sedimentos presente no leito do Subaé impediam barcos maiores acessarem trechos a montante do rio. Relatos da época afirmam que tentativa dragagem no leito desse rio foram feitas, a fim possibilitar a passagem das navegações a vapor sentido ao centro da cidade. No entanto, em função das características locais, a intervenção permitiu que somente alcançasse o trecho na altura da Caieira – logo desfeita na cheia seguinte a realização da obra. Deste modo, o estreito caminho de chão batido e cheio de pequenas conchas, aberto por entre a vegetação de mangue, fez-se um dos primeiros pontos no curso d'água para embarque e desembarque de pescadores e marisqueiras. Não bastou muito tempo para que o local de pesca e mariscagem fosse se tornando o lugar de moradia dessas trabalhadoras e trabalhadores artesanais, que aos poucos erguiam casas e fixavam-se ali. Ao passo em que surgiam os casebres em materiais diversos e delimitavam-se o caminho, modificava-se a paisagem da margem defronte ao rio. A estreita passagem, apresentava quase o dobro de sua atual extensão. Há aproximadamente 50 anos residindo ali, um morador, relata que o caminho contendo seus mais de 100 metros de extensão, estendia-se por manguezal a dentro, ao qual, segundo ele parte do acesso teria sido, com o tempo e por influência da maré, completamente coberta pela vegetação, que nas palavras do antigo morador, tratou-se da “natureza tomando tudo de volta” (figura 34).

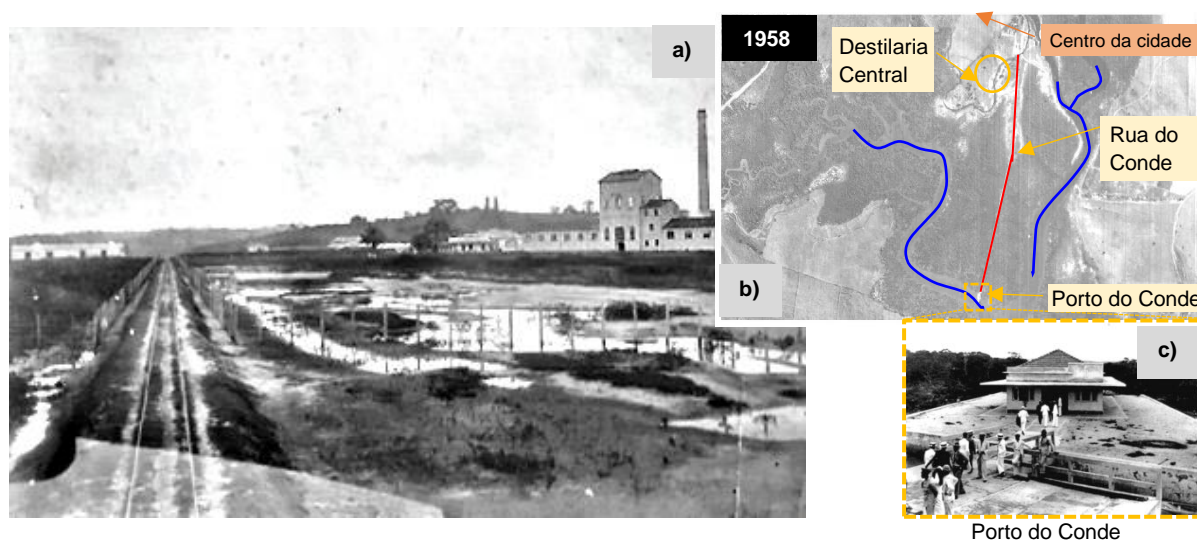
Figura 34 – Vista da rua da Caieira, Santo Amaro, Bahia - 2022



a) Trecho final da Caieira, encontro com o manguezal; b) vista parcial da extensão da rua da Caieira sentido ao porto dos pescadores.
Fonte: o autor (2022).

Do outro lado da Caieira, em sentido oposto à margem do rio Subaé, de origem um pouco mais antiga que o primeiro caminho, denominada de “estrada do conde”, onde ali passavam os trilhos dos bondes puxado por tração animal. A estrada de chão batido fazia-se a principal via entre o centro cidade e o Porto do Conde, em que por meio dos bondes passavam ali pessoas e mercadorias vindos das demais parte do país, que chegavam nas embarcações a vapor para assim acessarem a cidade de Santo Amaro, situada a 2km de distância (figura 35).

Figura 35 – Trilhos do bonde ligando o Cais a cidade de Santo Amaro, Bahia



Nota: a) vista parcial da rua do Conde, em ano desconhecido; b) fotografia aérea da área do trapiche em escala original 1:25.000, em 1959; c) Local onde aportavam as embarcações a vapor, principal via de acesso a capital do estado (autoria e ano desconhecido).
Fonte: Denilson Conceição Santana (2016); CBPM (1958).

O local, até então situado na área rural do município, acomodava ainda o edifício da Companhia Alcoólica da Bahia, cuja construção remete ao final do século XIX. Construída a margem da estrada do Conde, sobre terreno alagadiço, a imponente construção destacava-se na paisagem e podia ser vista de longa distância. A companhia não somente impunha-se pela imponência de seu edifício com sua grande chaminé ao fundo, mas também pela capacidade produtiva que apresentava na época. Por volta de 1930, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), autarquia federal, o então edifício passara por uma ampliação para tornar-se a então Destilaria Central. A extensão da área construída abrigava em seu interior mais ou menos meia dúzia de edifícios, contando com casas, escolas e escritório para acomodação dos trabalhadores do setor administrativo, fora um tanque de alvenaria a céu aberto, situado no lado oposto da estrada (figura 36), destinado ao despejo de parte do material utilizado na produção.

É somente ao final dos anos de 1970 que se tem o primeiro registro de novas construções as margens da via. Pequenas casas de material misto erguidas próximo do limite da rua do Conde com rua da Caieira -- que neste período já apresentava um notável aumento no número de domicílios nos dois lados da via, tendo o lado oposto à margem do rio Subaé, quase que completamente ocupada por pequenas edificações, apresentando parte de sua atual configuração (figura 36).

Figura 36 – Vista aérea das ruas Conde e Caieira, 1976



Fonte: CONDER (1976).

É neste período de crescimento vegetativo dos anos 70, em que se tem o aumento do número de pessoas vivendo em áreas urbanas, o qual, perfaziam 70% de toda população municipal registrada no censo seguinte (1980). Evidentemente o aumento populacional urbano na cidade Santo Amaro direta ou indiretamente influenciou para o crescimento do número de pessoas e construção de edificações entre as ruas do Conde e da Caieira. Nesse momento, desenhava-se então um cenário de aumento demográfico e crescimento do êxodo rural, no qual, as famílias tornavam-se maiores e crescia o número de pessoas em busca de moradias nos espaços urbanos. Soma-se ainda, a todo esse cenário, a indisponibilidade e/ou falta de condições para o acesso à terra urbana e habitação, sobretudo nas porções central da cidade ou nos loteamentos pré-definidos. A vasta quantidade de terras “disponíveis” entre a Caieira e Conde, bem como a proximidade com o rio e o manguezal, tornavam-na uma alternativa para essas trabalhadoras e trabalhadores que tinham a urgência por terra e pela moradia, e que junto a isso, via neste local a possibilidade do sustento e subsistência via a pesca, e mariscagem – atividades fortemente presente na formação santamarense.

Por se tratar de uma área de mangue, as terras as quais encontram-se inserida a comunidade ribeirinha da Caieira e do Conde constituem-se como sendo área de marinha, e, portanto, eram e são de domínio do governo brasileiro. Sendo assim, os terrenos de mangue em toda sua extensão, pertencem a União, e configura-se como uma área de preservação permanente (APP), não podendo, portanto, ter outro uso que não o de manutenção das suas características originais e garantia da sua biodiversidade. Esses ambientes são assim estabelecidos por meio do artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, em seu parágrafo 4º, como sendo um patrimônio nacional, assegurando a sua preservação (BRASIL, 2018) e considerando-as, áreas de preservação permanente pela Lei nº 4.771/1965. Assim, por se tratarem de terras dificultosa aos interesses do mercado imobiliário, e por vezes desprezadas por estes agentes, essas áreas acabam apresentando-se como terras “possíveis/disponíveis” para a parcela mais pobre da população que diante da urgência de morar, veem as terras urbanas por meio formal, inacessíveis (MARICATO, 2011). Sobre isso, Maricato (2011) coloca que muitas dessas ocupações informais são do conhecimento do poder público municipal (ou estadual) e não algo despercebido, desconhecido (as sombras).

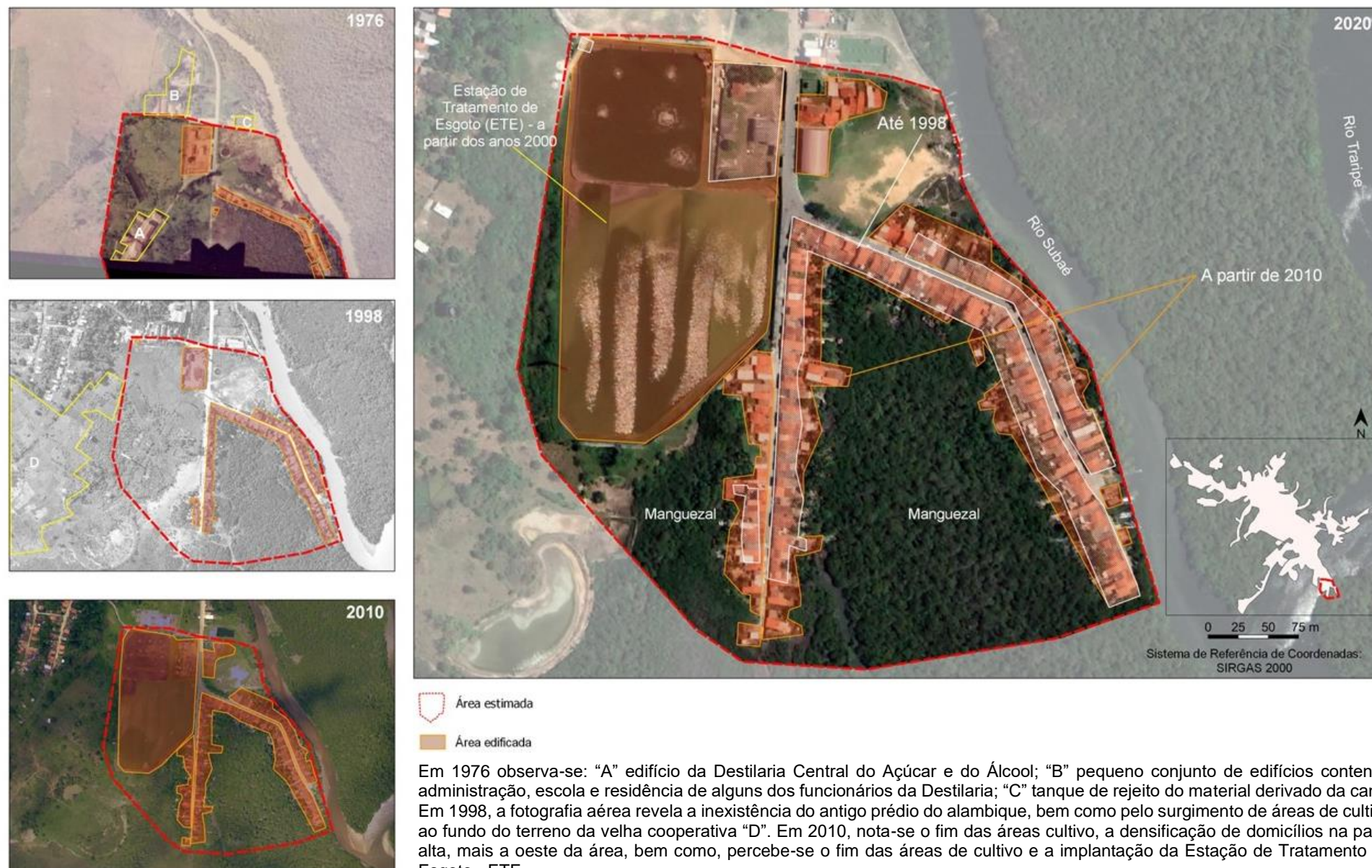
No entanto, estas ocupações são muitas das vezes ignoradas, ou são tratadas tardiamente pelo poder público.

Residindo na rua do Conde há 70 anos, uma moradora relata o processo de formação do local. Segundo ela, a área foi se formando espontaneamente, as pessoas foram chegando pouco a pouco, cercando seus lotes, aterrando parte do mangue com restos de construções e construindo suas casas por conta própria. A presença da maré foi, e ainda é uma constante. Nos meses de fevereiro com as cheias, a água entrava (e ainda hoje entra) nas casas. No passado, relata a moradora, chegava a alcançar a altura dos joelhos de uma pessoa adulta, atualmente, dada algumas intervenções, alcança altura menores. Esses moradores das ruas do Conde e Caieira viveram ali durante anos com ausência de água encanada e luz elétrica. A rua de chão batido, só viria receber calçamento muitos anos depois das primeiras ocupações. A pavimentação asfáltica das ruas após o ano 2010, melhorou bastante a situação dos alagamentos, relata a moradora, citando ainda que as ocupações na área teriam como característica de primeiro ocupar e somente após a ação se ter a presença da prefeitura. Entre os entrevistados, foi frequente a menção de que o poder público municipal, na figura da prefeitura, se fez presente na área por meio de intervenções em infraestruturas após tempos de ocupação (variando a frequência de sua presença a cada gestão), assim como, afirmam eles, faziam de suas reivindicações, recorrentemente, meros objetos de campanhas eleitorais.

Com seus 152.109,8 m², a área formada pelo conjunto das ruas da Caieira e Conde, encontra-se estabelecida em um terreno com declividade que não ultrapassa a cota dos 10 metros de altitude, sendo caracterizada por um relevo baixo e plano, de poucas ondulações, típico de manguezais. Nos períodos chuvosas as cheias recobrem quase todo o terreno, inundando diversas casas. As análises têmporo-espacial da área, expressa na figura 37, revelam um processo de ocupação por meio da edificação, predominantemente lenta em relação as duas outras áreas analisadas nessa pesquisa. Conforme pode-se observar, em 1976 ela consistia-se na presença de uma vasta área verde pertencente a Destilaria Central (expressos nos pontos “A” e “B”), acompanhando de algumas poucas casas na rua da Caieira. Esta configuração assim permanece até por volta dos primeiros anos da década de 90, vindo ao final desse mesmo decênio apresentar uma configuração completamente diferente do que fora. Com a desativação da destilaria de álcool, toda a parte outrora pertencente a

autarquia federal, fora tomada pela vegetação, aumentando desta maneira a presença de áreas verdes. Em 1998, percebe-se parte da expansão da cidade, expressa por um conjunto de casas ao norte e noroeste da cidade. O ponto “D” apresentando na figura 37 aponta para a presença de áreas de cultivo ao fundo do terreno em que funcionara a cooperativa alcoólica. As alterações no tempo demonstram a perda da cobertura vegetal e alteração do uso do solo resultantes das intervenções antrópicas na área, no qual, ao longo dos anos de 1976 e 2010, apresentou exponencial acréscimo em área edificada (em quase sua totalidade de uso residencial), passando, respectivamente, de 7.135,2 m² de área edificada para 54.016,9 m², aumentando quase mil por cento. Em consequência as análises demonstraram expressiva diminuição de áreas verdes (vegetação arbórea e/ou herbácea com gramínea e arbusto), a qual, em 1976 ocupava uma área de 116.834,4 m², quase 30 anos depois, perfazia 8.628,4 m². Não tendo sido identificado por meio das análises, áreas de cultivo ou pecuária na ocasião.

Figura 37 – Evolução espacial dos lotes edificadas nas ruas da Caieira e do Conde, Santo Amaro, Bahia – 1976-2020



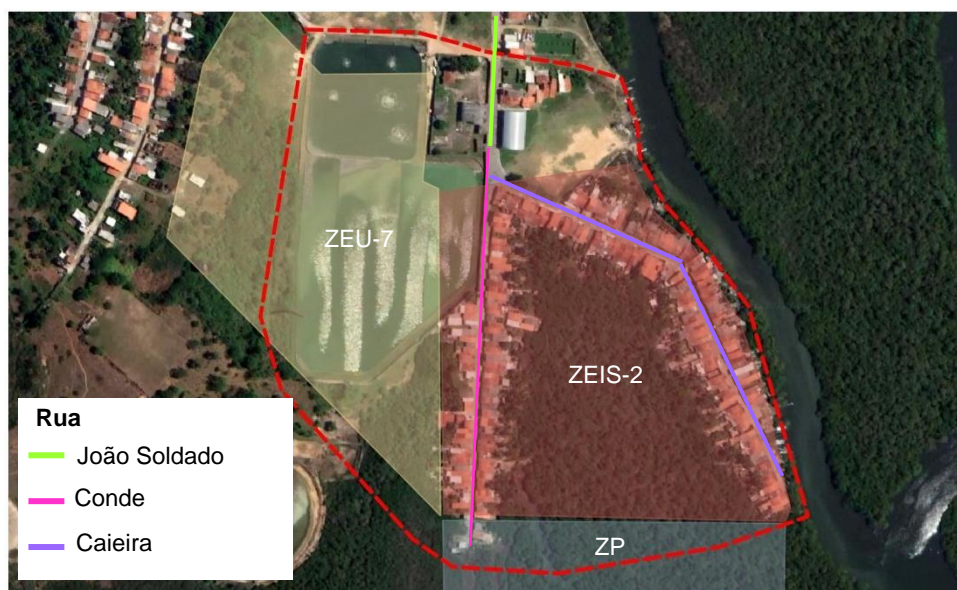
Fonte: CONDER (1976, 1998 e 2010); Google Earth, Maxar Technologies (2021). Elaboração: o autor (2022).

A ocupação da área, conforme pode-se observar, muito embora remeta a primeira metade do século XX, apresentou até o terceiro quartil do século passado um ritmo de crescimento em área construída relativamente vagaroso, de modo que ao processar-se lentamente (ainda que de maneira desordenado), teria condições já naquele momento, de ter recebido intervenções por parte do poder público de modo que evitasse os problemas que lhe sucederam com o passar do tempo. A realocação daquelas pessoas das áreas de riscos e/ou o fornecimento de uma infraestrutura adequada para comportar aquela ocupação dentro dos tramites que colocam a lei. No entanto o que se viu foi uma ação de leniência apresentada por parte dos poderes local, numa espécie de “laissez-faire”, um deixar ocupar e só a partir de então, após consolidada aquele aglomerado, agir. Atuação essa, feita as duras penas, ocorrera, sobretudo, em função das diversas reivindicações da população. A partir do primeiro decênio do século XXI (sobretudo entre 2010 e 2020), a área ocupada por construções mais que dobrou, exibindo um brando adensamento da área e um significativo crescimento linear extensivo em direção sul da rua do Conde, sentido ao antigo Porto do Conde.

De acordo ao PDDU-PDDM vigente, as ruas da Caieira e do Conde muito embora localizadas no bairro do Trapiche, que por sua vez, tratando-se este bairro, uma Zona Predominantemente Residencial (intitulada ZPR-3, segundo o macrozoneamento da cidade), a comunidade formada pelo conjunto das duas vias, configura-se com uma Zona Especial de Interesse Social (semelhante ao caso da Candolândia), a chamada ZEIS-2. Isto é, tendo a ocupação ocorrida ao longo dos anos sobre uma área de preservação, a ocupação que hoje se consolida, encontra-se demarcada pelo plano de ordenamento da cidade e constitui o direito a garantia a permanência do assentamento da população de baixa renda residentes ali. Isso, portanto, reconhece que haja à esta área da cidade, a garantia para um uso predominantemente residencial, bem como, de que lhe forneça o direito e acesso ao processo de regularização dos terrenos e a urbanização por parte da prefeitura, garantindo-lhe o acesso a infraestrutura e equipamentos como, posto de saúde, escolas, espaço de lazer e cultura. O plano expõe ainda que, a zona que se inicia ao final da Rua João Saldado, abarcando os extremos das ruas do Conde e da Caieira, limitadas a sua direita pela margem direita do Subaé e a esquerda pela vegetação de mangue -- ao final da Estação de Tratamento de Esgoto do município (ZEU-7) – deve

ter um crescimento da área orientando que haja uma densificação no espaço não construído entre uma rua e outra, direcionando um crescimento extensivo da ocupação sentido à oeste da rua do Conde, fazendo-se encontrar com os bairros da Invasão Nova Santo Amaro com a BR-420, limitando-se ao sul da área de mangue, zoneada como área de proteção, conforme pode ser visto a seguir na figura 38.

Figura 38 – Zoneamento da área da Caieira e do Conde, Santo Amaro, Bahia



Elaboração: adaptado de Santo Amaro, Bahia (2014).

Nota: ZEU – Zona de Expansão Urbana; ZEIS – Zona Especial de Interesse Social; ZP – Zona Portuária.

A área apresentada, constituída por uma população majoritariamente negra, compõe ainda parte do território quilombola do Cambuta. Comunidade quilombola urbana que em sua totalidade compreende territorialmente os bairros do Trapiche de Baixo e Invasão Nova Santo Amaro (um dos bairros mais populosos deste mesmo município). Comprimida de espaço para construção de casas, a ocupação desde o seu processo de formação enfrenta dificuldades de desenvolver seu processo urbanístico com implantação de novos arruamentos e outros serviços infraestruturais urbanos. Impossibilitada das condições adequadas e tendo ela se formado sobre a área de mangue, as construções, pouco dotadas de tecnologias e técnicas da construção, vão sendo improvisadas e se estendendo linearmente margeando os dois únicos caminhos abertos (ruas da Caieira e Conde), conforme verificou-se na figura 38.

Com base no Censo Demográfico de 2010 estima-se que atualmente exista nesta comunidade ribeirinha, formada pelo conjunto das ruas da Caieira e Conde, uma

população de aproximadamente mais de 1.000 pessoas, distribuindo-se em algo próximo a pouco mais de 150 domicílios, dos quais, diferentes dos dois outros casos (Caixa D'água e Candolândia), apresentam-se aqui, predominantemente chefiado por homens. Com idades que variaram entre 23 e 81 anos, 48% dos entrevistados afirmaram que a principal pessoa responsável pelo sustento da casa e dos filhos era um homem (ora companheiro, ora o pai ou um sobrinho). 28% disseram que esta função era exercida por uma mulher e os 23% restante, de que o domicílio era então chefiado por ambos (um homem e uma mulher). Quanto ao número de moradores por casa, os resultados demonstram que o número de domicílios com somente mais uma pessoa e com até 4 moradores corresponderam em ambos os casos, a 23%. A maior proporção foi daqueles domicílios com até três moradores (28%). Aqueles com apenas um morador correspondeu a 17%. Os demais 11% dos entrevistados disseram até o momento da entrevista, morar no domicílio, mais de 5 pessoas. Esses moradores configuram-se enquanto trabalhadores autônomos, tendo como principal ocupação, atividades voltadas ao marisco e a pesca. Estando quase todos fora do emprego formal, outras ocupações/profissões apresentadas foram: empregada doméstica, cabelereira, agente de saúde, vendedor, soldador, pedreiro e aposentados. Dado as características da área, inserida em manguezal e de seu próprio processo de formação, ocupada predominantemente por pescadores e marisqueiras, faz-se ainda hoje estas atividades a principal ocupação/profissão desses trabalhadores residentes da área.

Quanto ao tempo de escolaridade, atribui-se que esses moradores possuem entre 4 a 8 anos de estudo em média, em que 60% dos entrevistados possuía somente o fundamental incompleto (1º ao 9º ano), 20% teria o ensino médio completo, 8% o ensino médio incompleto. Os demais 11% dos entrevistados, afirmaram serem analfabetos.

Marcados por um baixo rendimento e pela pouca inserção no emprego formal, estas pessoas encontram-se em maior proporção (37%), segundo a autodeclaração, na faixa de renda de até 1 salário mínimo. Seguido daqueles que declararam não possuir rendimento (26%) algum e aqueles inserido na faixa 1 a 2 salários (26%). Entre aqueles que declararam não possui renda ou receber até 1 salário mínimo, quase 3 partes, afirmaram receber algum benefício (entre bolsa família e aposentadoria). Aqueles com rendimento superior a 2 e até 3 salários perfizeram 9%

dos entrevistados. Tendo sido registrado que os demais 3% foram aqueles com rendimento superior a 3 salários mínimos. Os valores apresentados em uma amostragem, sugere as ruas do Conde e da Caieira como sendo uma área constituída por expressiva população em maior situação de vulnerabilidade financeira, tendo em vista que, mais da metade, ou aproximadamente 63% dos moradores, vivem entre as faixas de sem rendimento e até um salário mínimo, que dentre entre outras questões evidencia que eles se encontram longe do emprego formal (celetista), sem rendimento fixo e seguridade trabalhista.

No que diz respeito a cobertura do serviço de saneamento básico (esgotamento sanitário, acesso a água encanada e coleta de lixo), 71% dos entrevistados afirmaram que o domicílio se encontrava diretamente ligado à rede geral de esgoto. Outros 20% declararam que os efluentes líquidos eram descartados diretamente no rio ou no terreno (em função da característica alagadiça, típica do mangue). 6%, alegaram destinar via fossa rudimentar no fundo do terreno e os 3% restante, optando por não especificar, apenas preferiu informar que adotavam outro modo de despejo. Entre os entrevistados que afirmaram não estarem seus domicílios ligados a rede geral de esgoto, foi comum a alegação de que assim o era, em função da ausência de cobertura da rede do serviço no local em que se encontrava a casa (em especial aquelas mais ao final da rua do Conde, próximo ao fim do caminho já adentrando ao mangue). No que tange o acesso a água, 99% afirmaram serem servidos de água encanada em suas residências, enquanto que os demais afirmaram estarem temporariamente desprovidos do serviço por motivos, aos quais, não explicitado.

Entre as ruas da Caieira e do Conde, diferentemente daquele padrão de edificações em extensão vertical, apresentadas nas duas outras áreas analisadas (Caixa D'água e da Candolândia), observou-se uma maior presença de moradias de um pavimento, tendo por característica a extensão horizontal dessas edificações, aumentando-lhe em área ocupada. Aspecto ao qual, pode-se atribuir a característica do próprio terreno, uma vez que por ser alagadiço, apresenta menor resistência a receber sobrepesos, bem como, se tratando de um terreno majoritariamente plano, de poucos desníveis (inferior a 5 metros), apresenta uma maior disponibilidade de áreas não construída, de modo que, expandir-se horizontalmente torna-se uma alternativa de primeira ordem. Conforme afirmou aproximadamente 96% dos entrevistados, a situação desses domicílios são, própria, aos quais, adquiridos mediante a compra do

terreno. Em situação semelhante os dois outros casos, foi também comum a afirmação entre eles de que, muito embora sendo essas casas, próprias, eles não receberam ou ainda não possui o documento de titularidade. Os demais 4%, afirmaram encontra-se em situação de aluguel.

De maneira geral, o descarte de resíduos sólidos domésticos não apresentou ser um problema, uma vez que 90% dos entrevistados afirmaram serem atendidos pelo serviço público de limpeza, sendo 85% deles servidos da coleta direta (carro de lixo recolhendo, porta a porta), enquanto que os demais 5% o faria por meio do despejo em caçambas do serviço de limpeza, ou pontos específicos da rua, para posteriormente ser recolhido pelo caminhão de coleta. 10% dos entrevistados informaram não ser atendidos pelo serviço, tão pouco especificaram a destinação final dada ao material.

Semelhante ao caso da Candolândia (situado no outro extremo da cidade), a maior queixa apresentada pelos moradores entrevistados na área da Caieira e Conde, foi a questão da segurança. Situação marcada pela subida da violência e o pouco policiamento na área como o principal problema. Os moradores apontaram ainda como outro motivo de queixa, a presença constante de mosquitos. Peculiar da área, a ocorrência frequente desses pernilongos, apresenta-se em grande medida, em função de estarem essas residências em meio ao mangue. Essa presença constante é, que se executa na área recorrentemente a prática de acender fogueiras ao final do dia para espantar os mosquitos. Outra queixa bastante presente, foi a falta de uma periodicidade de capinação na área, no qual, os moradores apontaram como sendo locais para abrigos de animais sinantrópicos (rato, barata, mosca, mosquito, escorpião, aranha etc.). Os demais problemas apontados apresentaram bastante variação, indo desde a sujeira pelas ruas, ao barulho, presença de animais de porte médio e grande (apontado como comum aparição nesta área), ausência de posto de saúde (embora haja um Posto de Saúde da Família no bairro do Trapiche, a menos de 1km da área), farmácia próxima, iluminação precária e particular dessa área, o incomodo com o odor provocado pela estação de tratamento de esgoto.

Para 52% dos entrevistados a área passou por melhorias nos últimos anos. Enquanto que para 48%, a respostas foram contrarias, isto é, de que não havia ocorrido melhoria alguma nos últimos tempos. Entre aqueles que afirmaram

positivamente, indicaram as seguintes melhorias: calçamento, sobretudo, pelo asfaltamento da rua – contribuindo para diminuição de poças de lamas e facilidade de mobilidade nos períodos chuvosos --, iluminação, escola e creche na rua da Caieira, construção de uma quadra poliesportiva (apontada como a única área de lazer presente na área), e a construção de novas casas. Entre aqueles que afirmaram não ter havido melhorias, comumente apontou-se não ter havido qualquer alteração na área nos últimos cinco-dez anos. Outros, de que as intervenções de asfaltamento e iluminação foram as últimas e desde então, tantos anos mais tarde nada mais teria sido feita. Entre estes houve ainda aqueles que contrário aos demais, afirmaram ter ocorrido na área uma piora, tendo sido apontada o aumento da violência como fator de deterioração da área. A população das duas ruas mencionadas, apresentou reivindicações bastante diversificadas, foram entre elas as principais demandas apresentadas/apontadas para promoção de melhorias na área: construção de área de lazer para comunidade, ofertas de outros atendimentos nos postos de saúde, promover atividades educacionais e de formação profissional; iluminação; requalificação do calçamento. Foi revelado ainda a demanda pela presença de padaria, farmácia, supermercado, uma vez que essa população precisaria se deslocar até o centro para ter acesso a esses serviços e produtos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco apresentar as transformações da mancha urbana da cidade de Santo Amaro (BA) em cinco períodos que capta entre os anos 60-70, 80-90, 90-2000, 2000-2010 e 2010-2021, em que as análises para compreensão do processo de ocupação ocorrida na cidade Santo Amaro efetivou-se a partir das investigações sobre a dinâmica populacional, seus aspectos econômicos e os arranjos espaciais derivados, verificando o fluxo populacional no município em diferentes períodos destacando o modo em que se processou a expansão das áreas construídas, e em como ela refletiu sobre a configuração espacial urbana. Além disso, pode-se por meio do uso das técnicas de Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas (SIG), mensurar e gerar modelos exibindo uma evolução multitemporal nos respectivos e distintos anos em que se analisou. A principal conclusão é de que a cidade de Santo Amaro tem apresentado um paulatino crescimento populacional e territorial nesses últimos 30 anos, caracterizando-se por um processo de ocupação urbana predominantemente sem ordenamento, espontâneo, e em certa medida, não intencional (porém não acidental), assim como, ao longo dessas últimas três décadas, o município tem apresentado um panorama de estabilidade demográfica. As formas e condições assumida é produto de decisões feitas com propósitos, concepções e interesses variados ao longo dos diferentes anos. Decisões, toda e qualquer que seja, da planejada à negligenciada, tem seus efeitos refletidos na forma espacial em que se apresenta. Os levantamentos feitos por essa pesquisa demonstram ainda que a questão habitacional é um problema que se perpetua na cidade de Santo Amaro, tendo de maneira geral, o processo de transição da sociedade rural para a sociedade urbana, marcado por uma industrialização de baixos salários, produzido uma urbanização de baixos salários e espaços segregados, em que parte considerável da população, conforme apontados nos últimos dados do censo demográfico do IBGE (2000 e 2010), encontram-se em sua maioria, vivendo em aglomerados subnormais, carentes do devido fornecimento dos serviços públicos essenciais (água, iluminação, esgotamento etc.), ou sem o adequado ordenamento do espaço habitável. Muito embora predominantemente erguidos nas “franjas do tecido urbano”, ainda que sob contextos diferentes, manifestam-se sempre como resultado do déficit habitacional e da baixa remuneração. Impossibilitados de acessar

a terra urbana e a moradia via mercado formal imobiliário se veem tendo que forçosamente construir (na maioria das vezes sem nenhuma infraestrutura necessária e materiais improvisados) sobre áreas relegadas, as quais, encostas de morro, fundo de vale, mangues ou dunas. Percebeu-se ainda, ter havido nesses quase últimos 30 anos, uma lacuna em políticas de habitação via a construção de conjuntos habitacionais em Santo Amaro, cuja a retomada somente ocorreu a partir de 2010 com a construção de aproximadamente 1.400 unidades distribuídas em três empreendimentos por meio dos programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal.

As análises da ocupação e configuração da mancha urbana em 1959, 1976, 1998, 2010 e 2021 proporcionaram compreender as modificações ao longo de 62 anos na área de estudo. Esses resultados demonstraram ter havido, principalmente, acréscimos em área construída, por meio do crescimento extensivo que proporcionou um aumento de 307%, entre 1959 a 2021. Por meio das análises identificou-se ainda que foi sobretudo após os anos de 1980 a cidade expandiu-se, concomitante ao período de crescimento da população urbana no município, que na ocasião encontravam-se em sua maioria, residindo na sede do município. Atualmente, a população da cidade de Santo Amaro perfaz 68% da população de todo município (ou 36.844 pessoas) distribuídos em uma área de aproximadamente 5km² que equivale a somente 1% do território municipal. Ao longo de todo período os padrões dos domicílios mudaram, seja pelo número de pessoas, pela idade dos membros ou pela assunção de responsabilidades. A população tem ainda apresentado cada vez mais uma maior expectativa de vida e uma redução no número de filhos.

Outras avaliações foram importantes para compreender esse processo, dentre eles os casos de três áreas da mancha situadas em porções diferente da cidade, originadas em contextos diferentes, mas que assumiu uma expressividade ou tenha originado a partir dos anos 80. Foram elas, os bairros da Candolândia, ao norte da mancha, a Caixa D'água, ao noroeste, e a comunidade ribeirinha formada pelas ruas da Caieira e Conde, no bairro do Trapiche de Baixo, situadas ao sul da cidade. Esses bairros, populares, apresentaram-se majoritariamente ocupados por uma população de baixa renda, baixa escolaridade, inseridas no mercado informal de trabalho, vivendo a escalada da criminalidade, predominantemente caracterizado por precário padrão de infraestrutura urbana estando duas delas coincidentemente dentro da

delimitação institucional de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS (como os da Candolândia e Caieira e Conde). As três áreas, em maior medida, apresentaram problemas especificamente associados as questões de infraestrutura, como calçamento, iluminação, esgotamento e violência. A carência infraestrutural dessas áreas repercute sobre a saúde e segurança de seus habitantes, colocando-os expostos aos riscos ambientais e espaços de exposição a proliferação de doenças, bem como, a forte desigualdade e o baixo rendimento social apresentado os empurram para uma crescente disseminação da violência nessas áreas.

Observa-se que a cidade de Santo Amaro tem apresentado um crescimento da mancha urbana predominantemente intensivo, caracterizando-se pelo adensamento dos espaços vazios nas áreas pré-existentes, exibindo, em menor medida, pequenas extensões do território por meio da adição de terras ao perímetro legal urbano, sobretudo, mediante a ocupação irregular em terras públicas e privadas. Além da escassez relativa de solo para construção (resultante da renda), aponta-se ainda a escassez absoluta do solo, decorrentes da existência de terras classificadas inadequadas à construção por distintos motivos, a citar aqueles sobre áreas de mangue e encostas, e talvez o mais emblemático deles, aqueles tornados impróprios ao uso e ocupação qualquer que seja, em função da contaminação por chumbo causada pela Companhia Brasileira de Chumbo (Cobrac).

Os modelos gerados evidenciam que a cidade de Santo Amaro passou a ocupar um espaço maior ao longo dos anos, ainda que em termos populacionais, tenha até mesmo apresentado decréscimos, a citar os períodos de 1980-1991 e 2000-2010. Atualmente, a cidade apresenta-se quase que predominantemente destinada ao uso residencial, ficando à parte central da cidade, principalmente, reservada as atividades de comércio e serviço, e em certa medida, como local de moradia da população de faixa de renda média à alta, na área estabelecida como o centro histórico. À população mais pobre, restaram-lhes as franjas da cidade, concentrando-os, em grande medida, nos bairros da Candolândia, Invasão Nova Santo Amaro e Caixa D'água (sobre encostas e cumeadas) e, a Caieira e Conde, erguidas sobre área de mangue. Todos eles, espaços produzidos pela ação dos agentes sociais excluídos.

A legislação territorial expressa no plano diretor da cidade demonstram a distância que há naquilo que está previsto em lei e no que está sendo

aplicado/executado, apresentando que há muitas obras sem planos e muitos planos sem obras, desde ações de revitalizações e requalificação do rio às áreas de interdição e proteção que como visto tem ficado no papel. Os direitos básicos previstos em lei não são considerados. Faz-se frisar que a forma urbana é esse resultado de uma infinidade de decisões de agentes públicos e privados que incluem políticos, proprietários de imóveis, construtores, empresas concessionárias de serviços públicos, bancos de investimento, consumidores entre outros. Fazendo-se entender que é preciso pôr no centro da construção da política urbana local a questão do acesso à terra urbanizada e da habitação, controle do uso e ocupação do solo, bem como do cumprimento a meta de universalização do saneamento básico, com ampliação da rede de coleta de esgoto e distribuição de água. É isso que favorece o meio ambiente, dá sustentabilidade e justiça social à população. Faz-se lembrar, como muito bem aponta Henri Lefebvre em algumas de suas obras, o direito à cidade é também o direito à “festa”, a praças, jardins, parques, a cultura etc.

Assim, foram identificados a maneira em que decorreu o processo de ocupação da cidade e como a mesma desdobra-se de diferentes maneiras nas diferentes partes que formam o espaço urbano e de como sua configuração encontra-se diretamente relacionada as condições física, social e econômica daquele lugar.

Conclui-se que o processo de urbanização da cidade Santo Amaro, desigual e excludente, marcado pela dificuldade em acesso à terra e moradia, sobretudo as populações de baixa renda, é o principal fator para o desordenamento e geração de situações de riscos urbanos. Diferente dos casos mais comum ocorrido, sobretudo, a partir da década de 70 com o forte crescimento da urbanização e aumento da população. Santo Amaro, muito embora sendo uma cidade secular, surgida ainda nos primórdios de formação do país e tendo sido uma das cidades mais importante no período colonial e com destaque econômico nesse período, tem desde o século passado apresentado um crescimento urbano vagaroso e uma economia bem incipiente. De modo que a maneira desordenada na qual se dá essa ocupação não provém necessariamente da incapacidade do Estado em antecipar-se ou prover a infraestrutura urbana necessária para a população em função do curto intervalo de tempo, mas sim, ao que mostra, resulta de uma decisão em tardar, postergar estas ações. Quase sempre atuando para mitigar e não evitar os problemas decorrentes. Dessa decisão do poder público em omitir-se durante o processo, não propondo

solução alguma e/ou somente direcionando-se as decisões somente para a cidade legal, faz também do Estado um agente de reprodução destas desigualdades (ROLNIK, 2006).

Neste sentido, a construção desse trabalho coloca-se como uma contribuição as análises, em que, de forma analítica e por meio de modelos de parte de uma realidade numa dada escala, apresenta-se como um fragmento na compreensão do processo de ocupação que se desenvolveu e se desenvolve na cidade de Santo Amaro. Buscando desta maneira, oferecer materiais bibliográficos e cartográficos que contribua para construção de políticas e estudos futuros, possibilitando que a partir do que se apresenta desencadeie novas análises, não somente do ocorrido, mas dos cenários possíveis. Esforçando-se ainda a destacar a importância que se faz a produção de estudos nos pequenos e médios municípios, colocando-se como mais um instrumento que possibilite antever e/ou agrave que haja nesses locais, problemas da urbanização tão recorrentes nos grandes centros urbanos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

A História do Petróleo no Recôncavo Baiano. [S.l.; s.n]. 2014. 1 vídeo (41:21 min). Publicado pelo canal thuba456. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nntjHK0yCGE>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ALFREDO, Maori Castro Ramos de Oliveira. **Patrimônio Industrial: Narrativas de uma ruína santamarense**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. 154 f.

ALMEIDA, Cláudia Maria de; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira; CÂMARA, Gilberto. **Modelos de Simulação e Prognósticos de Mudanças de Uso do Solo Urbano: Instrumento para o Subsídio de Ações e Políticas Públicas Urbanas**, 2004. Disponível em: <<http://mtc-m12.sid.inpe.br/rep/sid.inpe.br/sergio/2005/02.17.10.11>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

AMORIM, Daniela; RODRIGUES, Lorena e RODRIGUES, Eduardo. **Censo demográfico deste ano será adiado, após novo corte no Orçamento**. Estadão: São Paulo, 23 abril de 2021. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,censo-demografico-pode-ficar-para-2023-apos-novo-corte-no-orcamento,70003691006>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ANDERSON, J. R. et al. **Sistema de classificação do uso da terra e do revestimento do solo para utilização com dados de sensores remotos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 78 p.

ANDRADE, Jaison B. de. **De Kirimurê à Baía de Todos os Santos**. Academia Brasileira de Ciências (ABC). Arquivo, 24 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/2010/08/24/de-kirimure-a-baia-de-todos-os-santos/>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

ANDRADE, Maiza Ferreira de; MORAES, Luiz Roberto Santos. Contaminação por chumbo em Santo Amaro desafia décadas de pesquisas e a morosidade do poder público. **Ambient. soc. vol.16 no.2** São Paulo Apr./June 2013.

ANDREATTA, Verena. Uso e Ocupação do Solo. *In: Atlasandreatta: Atlas dos planos urbanísticos do Rio de Janeiro de Beaurepaire-Rohan ao Plano Estratégico*. Editora Mauad, 1ª edição. Rio de Janeiro, 2008, p. 20. Disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/conteudo/estudos/impacto-a-vizinhanca/V.%20Situacao%20Atual%20e%20Futura%205.%20Uso%20e%20Ocupacao%20do%20Solo.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ARAUJO, Alessandra Oliveira; CANEIRO, Danilo da Silva; ARAUJO, Wodis Kleber Oliveira. Dinâmica Territorial no Recôncavo: o caso de Santo Amaro - Bahia – Brasil. **14º Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL)**. Lima - Perú, 2013. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/09.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2021

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Santo Amaro, Bahia: Renda, pobreza e desigualdade**. 2000/2010. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA. 2020.

Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/292860> > Acesso em: 10 set. 2021.

BAHIA. Secretaria de Recursos Hídricos; Universidade Federal da Bahia. **Subsídio para o plano de desenvolvimento sustentável municipal - Santo Amaro – BAHIA**. Salvador, 1999. Disponível em: <<http://www.subaeegeo.ufba.br/pdf/Adote%20uma%20Bacia.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2020.

BORGES, L. F. M. B. **Estudo das inundações na zona urbana de Santo Amaro - Bahia: um resgate entre os anos de 1993, 2000, 2010 e 2015**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2018.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O Espaço Geográfico: um esforço de definição. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 22, pp. 65 - 72, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **225, § 4º, da Constituição Federal**, define como patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. In: Constituição da República Federativa do Brasil. 53.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 168 p.

BRASIL. [Estatuto da Cidade]. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.html>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. **Artigo 32 da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador, BA: EDUFBA, 2008. 236 p.

BRITO, Thaís F.S. de; CARMO, Roney G. do. Ruínas Trzan e seus fluxos: um estudo sobre apropriação do espaço em uma área fronteira. *In: XII Conlab – Congresso Luso-Afro-Brasileiro*, 2015.

CARDOSO, Vanderlei Portela. **Um olhar geográfico sobre as ocupações irregulares na cidade brasileira**. 2012. 65 f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí. 2012.

CARLOS, A.F.A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, 270 p.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e Indústria**. São Paulo, Ed. Contexto/EDUSP, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9 ed., 4 impressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

CASTELLS, M. (2014) [1972]. *La cuestión urbana*, Madrid, Siglo XXI.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1970**. São Paulo: Editora Unesp: 2007 [1981]

CHATEL, Cathy; SPOSITO, Maria E. Beltrão. Forma e Expansão Urbanas no Brasil: Fatos e Hipóteses. Primeiros resultados do Banco de Dados Brasipolis. *In: Revista Cidades*, v. 12, n. 21, 2015, pp. 108-152.

COOPERATIVA Alcoólica da Bahia: Uma secção do edifício. Santo Amaro, BA: [s.n.], [193-?]. 1 foto, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 13,2 x 22 cm em Papel: 16,5 x 23,7 cm em cartão-suporte: 30 x 36 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon629635/icon629635.jpg. Acesso em: 13 abr. 2022.

CORRÊA, R. L. As Pequenas Cidades na Confluência do Urbano e do Rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, 3a. edição, n. 174, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão. *In. A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. (Org.) CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes.; SPOSITO, Maria Encarnação B. 1 ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2012. 234p.

CUNHA, Joaci de Souza. **Amargo açúcar**: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964). Dissertação de Mestrado em História. FFCH/UFBA. Salvador, 1995.

DERNTL, Maria Fernanda: **Método e Arte**: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo 1765-1811. 2010. 225f. Tese (Doutorado em Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAU-USP, São Paulo, 2010.

DIAS, Lilian Nassiff Neves. **Trens turísticos em cidades históricas**: a valorização e o resgate da Estrada de Ferro de Santo Amaro/BA. Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. São Francisco do Conde, 2015.

ECONODATA. **Lista de Empresas em Santo Amaro, BA**. 2021. Disponível em: <<https://www.econodata.com.br/lista-empresas/BAHIA/SANTO-AMARO>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. **XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos** Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

FERNANDES, Francisco R. Chaves; BERTOLINO, Luiz Carlos, EGLER, Silvia G. **Projeto Santo Amaro – BA**: aglutinando ideias, construindo soluções – diagnósticos. 2ª edição. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2012. 252p.

GALEANO, Eduardo H. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, Rio Grande do Sul: L&PM, 2020. 392p.

GERARDI, Lucia Helena de O.; SILVA, Barbara-Christine Nentwing. **Quantificação em Geografia**. São Paulo. DIFEL, 1981.

GORDILHO-SOUZA, A. M. . As cidades na cidade. In: Ana Maria de Carvalho Luz et al.. (Org.). **As cidades na cidade**. 1a.ed.Salvador: Pró-Reitoria de Extensão, 2002, v. 01, p. 167-180.

HATJE, Vanessa; ANDRADE, Jailson B. de (Org.). **Baía de Todos-os-Santos: aspectos oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009. 306 p.

HEPNER, Alexandre. **Desenho urbano, capital e ideologia em São Paulo: centralidade e forma urbana na marginal do rio Pinheiros**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), 2010. FAU-USP, São Paulo, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Santo Amaro**. XX Vol. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. 84p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, 2017b**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 06 out. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: 76 <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico da Bahia, 1940**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p12_t2_ba.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. População ocupada por setores de atividade. Estatísticas de gênero**. 2000 e 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,292860&cat=-1,2,112,113,114,128,129&ind=4740>>. Acesso em: 04 out. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico da Bahia, 1960**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1940_v1_t8_ba.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico da Bahia, 1970-2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, Séries temporais**. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censodemografico/seriestemporais/seriestemporais/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é PIB Municipal.**

Disponível em:<

https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=225&Itemid=311>. Acesso em: 28 set. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@. **Extração Vegetal e Silvicultura**, 2017 e 2020. Disponível

em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santoamaro/pesquisa/16/12705?ano=2020>>. Acesso em: 04 out. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2020.** Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é Setor**

Censitário.2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA. População Urbana Rural Bahia, percentual.**1970-2010. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2016. **Censo agro 2017.** Disponível em: <

<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2013-agencia-de-noticias/releases/9497-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2016.html>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@. **Panorama dos municípios 2020.** Disponível em: <

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/panorama>>. Acesso em: 02 out. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Uso da Terra.** 2ª Ed. Rio de Janeiro, IBGE, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022,** Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico

2022 coletados até 25/12/2022. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

INSTITUTO PÓLIS. **Plano Diretor:** Participar é um direito. (Coord.) SANTORO, Paula Freire; CYMBALISTA, Renato. Editora Instituto Pólis, 1ª edição. São Paulo, 2005.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação.** Disponível

em:<<http://portal.iphan.gov.br/ba/noticias/detalhes/5371/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

JAPIASSÚ, Luana A. T.; LINS, Regina D. B. As diferentes formas de expansão urbana. *In: Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 02, n. 13, 2014, pp. 15-25.

JORGE, Maria do Carmo. Geomorfologia Urbana: Conceitos, Metodologias e Teorias. *In: Geomorfologia Urbana*. (org.) GUERRA, José Texeira. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2011. 280p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. (Le Droit à la Ville). Tradução Rubens Eduardo Frias (Le Droit à la Ville). Editora Centauro, 2001, 5ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo, 2011.

LIMA, Maria Helena Palmer. A delimitação legal dos espaços urbanos. *In: Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI*. (org.) FIGUEREDO, Adma Hamam de. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016. 435p.

MACEDO, Silvio S.; QUEIROGA, Eugenio F.; CAMPOS, Ana C. M. A (et al). **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**: Produção e apropriação (QUAPÁ-SEL II). Paisagem ambiente: ensaios - n. 30 - São Paulo - P. 137 - 172 –2012.

MACHADO, Fulvio de Barros P. **Brasil, a doce terra** - História do Setor, 2003. Disponível

em:<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/historia_da_cana_000fhc62u4b02wyiv80efhb2attuk4ec.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MAGALHÃES, Ana Cláudia Vasconcellos. Conventos. *In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

MARENGO, Shanti Nitya. **Santo Amaro-BA**: um lugar de muitos lugares. 2015. 421 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015.

MARICATO, Ermínia. **A terra é um nó na sociedade brasileira..também nas cidades**. Cultura Vozes, v. no/dez. 1999, n. 6, p. 7-22, 1999.Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001105586>. Acesso em: 16 abr. 2022.

MARICATO, Ermínia. Direito à terra ou direito à cidade? A cidade é nosso palco de luta e muito e muito pouco sabemos sobre ela: terra urbana é terra urbanizada. **Revista de Cultura Vozes**, ano 79 /ago. 1985, n. 6, p. 405-410, 1985.

MARICATO, Ermínia. As tragédias urbanas: desconhecimento, ignorância ou cinismo?. **Revista Minha Cidade**. 129.04 Cidades do Brasil, ano 11. Abril/2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3795#:~:text=A%20principal%20causa%20dessa%20trag%C3%A9dias,a%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20adequada%20do%20solo>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MENEZES, P. M. L., NETO, A. L. C. **Escala**: estudo de conceitos e aplicações. UFRJ. 1999.

MICHAELIS. Ocupação. *In: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos Ltda, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ocupa%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MICHAELIS. Uso. *In: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos Ltda, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/uso/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço**. 2014. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2014.

NUNES, José Horta. Solo Urbano. *In: Enciclopédia Discursiva da Cidade*, 2013. Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=41>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

ROLNIK, R. A Construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. 2006. *In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Políticas sociais: acompanhamento e análise*, (12), 199–210.

OLIVEIRA, Ariomar da Luz. **Usos dos recursos hídricos e ocupação do espaço urbano de Santo Amaro – Bahia**: Algumas considerações socioambientais. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2014.

PAGLIARO, H. (2007). **Níveis, tendências e diferenciais socioeconômicos da fecundidade**. Caderno CRH, 1(8). Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18889/12258>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. Salvador: S. A. Artes Gráficas, 1974.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. (tradução) LEITÃO, Francisco. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2006. 198p.

PAULA, Maria H. de; ALMEIDA, Mayara Aparecida R. de. Entre Arraiais, Vilas, Cidades, Comarcas e Províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. **Revista (Con)Textos Linguísticos**. v. 10 n. 17, 2016.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Memória histórico-geográfica de Santo Amaro**. Brasília, 1977.

PEDRÃO, F. A Baía de Todos-os-Santos na realidade do imaginário da sociedade baiana. *In: CAROSO, C., TAVARES, F., and PEREIRA, C., orgs. Baía de Todos-os-Santos: aspectos humanos [online]*. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 255-266. ISBN 978-85-232-1162-2.

PEGORARO, Rafael Lopez. **Transformação Urbana no Brasil**: Estudo de cinco centros urbanos. Relatório de pesquisa (processo FAPESP nº 2015/04226-9). São Paulo, 2015.

PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA, Bárbara-Christine Nentwing. Geoprocessamento e urbanismo. *In: Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas de Geografia contemporânea.* (Org.) GERARDI, Lucia Helena de O.; MENDES, Iandara Alves. 1 ed. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP; AGETEO, 2001, p. 97-137.

RIGATTI, Décio. Loteamentos, expansão e estrutura urbana. **Revista Paisagem Urbana.** Universidade de São Paulo. São Paulo n. 15 p. 35 - 69 - dez. 2002.

ROCHA, F. G. As discontinuidades da cidade: reflexões acerca do contato rural urbano no Brasil. *In: IX Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago. Anais do IX Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001.*

SAMPAIO, Andrecksia Viana Oliveira. **Mobilidade do trabalho e produção do espaço regional de Vitória da Conquista.** 2013. 241 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2013.

SAMPAIO, Theodoro. **Carta do Recôncavo da Bahia.** Salvador, BA: Litho. Typographia de Reis & C^a., 1899. 1 mapa, col., 55 x 57 cm. Escala 1:250.000 Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart524443/cart54443.jpg. Acesso em: 25 jul. 2021.

SANTANA, Denilson Conceição. **Santo Amaro da Purificação: arquitetura e urbanismo, séculos XIX-XX.** Ed. Faz de Conta. Santo Amaro, 2016. 128 p.: il.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 4^a ed. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5 edição, 2^a reimpressão. Edusp, São Paulo, 2009. 176 p.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. Salvador, 1959. p.61-100. *In: Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.* (org.) BRANDÃO, Maria de Azevedo. Ed. Fundação Casa Jorge Amado. 1998. 260 p.

SANTOS, Patrícia. **Estudo da vulnerabilidade ambiental do município de Santo Amaro-BA.** 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015.

SANTOS, Patrícia Silva dos. **Aplicação de sensoriamento remoto para análise da dinâmica da cobertura e uso da terra no município de Santo Amaro – Bahia.** 2012. 71 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia Salvador, 2012.

SANTO AMARO (Bahia). Lei nº 1990, de 30 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a política urbana do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Santo Amaro e dá outras providências. **Diário Oficial,** Santo Amaro, ano 3, edição 514, 30 dez. 2014.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1635. (tradução: Laura Texeira). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Emprego formal** - Municípios baianos com mais de 30 mil habitantes. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=39Itemid=416>. Acesso em: 4 jun. 2021

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatísticas dos Municípios Baianos v. 1 (2000 -). Salvador: SEI, 2012. v. 4 n.

SILVA, Antonio Soares. Solos Urbanos. *In*. **Geomorfologia Urbana**. (org.) GUERRA, José Texeira. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2011. 280p.

SILVA, Luís Cláudio Requião da; LIMA, Anderson Oliveira. A articulação entre as vilas do Recôncavo baiano nas lutas pela independência do Brasil na Bahia: o patrimônio cultural como testemunho. *In*. **Estudos IAT**, Salvador, v.5, Edição Especial Prêmio Luís Henrique Dias Tavares, 2020. Disponível em: <<http://estudiosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudiosiat/article/viewFile/253/334>> Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVEIRA, Maria Laura Silveira. O Espaço Geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **Geosp**: Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 81 - 91, 2006.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Série Histórica**: Municípios com informações de água e esgoto, 2010 e 2019. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em: 15 set. 2021.

SOKOLONSK, H. H. (Coord.). **Manual técnico de uso da terra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 58 p.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 4 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

SPOSITO, Eliseu Savério, **A vida nas cidades**, São Paulo, Editora Contexto, 1994.

TAKEDA, Tatiana de Oliveira. Uso e Ocupação do Solo Urbano. **Jurisway**, Brasil, 27 nov. 2013. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12363>. Acesso em: 29 jun. 2021.

TCM-BA - Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. **Município**: Santo Amaro, 2020. Disponível em: <<https://www.tcm.ba.gov.br/municipio-post/santo-amaro/>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

VAZ, José Carlos. **Legislação de uso e ocupação do solo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/formacao/pt-no-parlamento/textos-e-publicacoes/legislacao-de-uso-e-ocupacao-do-solo>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Bahia: Typ. e Enc. do Diário da Bahia, 1893. 647, xxv p., [7]. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221732>> Acesso em: 13 jul. 2021.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

ANEXO

A – Descrição da sede de Santo Amaro, 1893.

461

Ha boas soltas entretanto. O clima é optimo. O terreno dá fumo de excellente qualidade, especialmente no districto de Beritingas, que o exporta em grande quantidade e bom. Tambem produz uvas e batatas de todas as qualidades, inclusive a ingleza.

Tem optimas pedreiras, madeiras para construcção, pedras de cal e barro para telhas e tijollos. O logar é antigo. A freguezia é creação da lei de 1º de Junho de 1838, a villa da de n. 1609 de 13 de Junho de 1876, elevada á cathegoria de cidade por acto do governo de 30 de Junho de 1891.

27) *Santo Amaro*—situada sobre ambas as margens do rio Subahé e de seu affluente, o Sergimirim, que n'aquelle desagua dentro da cidade, composta de duas principaes ruas extensas, parallelas e calçadas e de outras transversaes, com excellente edificacão de sobrados, chacaras e palacetes.

Na parte superior da cidade acha-se a vasta praça da Purificacão, que no lado de cima tem a grande e vistosa matriz de Nossa Senhora da Purificacão, a cujo lado direito se acha o excellent edificio do hospital da Misericordia, e no de baixo o grande, vistoso e solido edificio da casa do Conselho. A cidade além da mencionada matriz da Purificacão, possui uma segunda do Rosario, situada em outra praça, d'esta denominaçã, menor, mais para baixo d'aquella onde tambem se acha o edificio do theatro, pequeno, mas decente e commodo. As outras egrejas são a do Amparo, situada na rua de seu nome, atraz da praça Municipal, Bomfim, na estrada de Jericó, Santa Luzia, a mais antiga do logar, outr'ora matriz, n'um pequeno alto na parte inferior da cidade e finalmente a dos Humildes na margem esquerda do Subahé. Em 1805 o padre Ignacio dos Santos Araujo, edificou esta pequena capella, annexando-lhe uma modesta habitacão para algumas senhoras de reco-

B – Núcleo urbano de Santo Amaro, em 1938, escala original 1:10.000



Fonte: Mapa do Município, segundo o Decreto Nacional Nº 311/1939